

Ficam divulgadas Notas Explicativas em complemento às Demonstrações Contábeis da Justiça do Trabalho relativas ao primeiro trimestre do exercício de 2021. As notas têm por objetivo interpretar e esclarecer os principais itens das demonstrações, de forma a dar transparência da gestão patrimonial, financeira, orçamentária e contábil transcorrida no período, no âmbito da Justiça do Trabalho.

1º Trimestre/2021

**Contador Responsável:**

Marco Aurélio Canedo da Silva

CRC N 12451-O/DF

## Sumário

Painel 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa.....	3
Nota 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa .....	4
Painel 2 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo .....	7
Nota 2 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.....	8
Painel 3 – Demais Créditos e Valores a Longo Prazo.....	9
Nota 3 - Demais Créditos e Valores a Longo Prazo .....	10
Nota 4 – Ativo Imobilizado.....	11
Painel 4.1 – Bens Móveis .....	12
Painel 4.2 – Bens Móveis por Tribunal.....	13
Bens Móveis .....	14
Painel 4.3 – Bens Imóveis.....	16
Painel 4.4 – Bens Imóveis por Tribunal.....	17
Bens Imóveis .....	18
Bens de Uso Especial - Registrados no sistema SPIUNET .....	19
Bens de Uso Especial - Não registrados no sistema SPIUNET .....	19
Depreciação Acumulada - Imóveis.....	19
Conciliação de Imóveis .....	19
Painel 5 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais.....	21
Nota 5 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais .....	22
Painel 6 – Patrimônio Líquido.....	25
Nota 6 – Patrimônio Líquido .....	26
Painel 7 – Atos Potenciais Passivos .....	28
Nota 7 – Atos Potências Passivos.....	29
Painel 8.1 – Resultado Patrimonial .....	31
Painel 8.2 – Resultado Patrimonial (Transferências e Delegações Recebidas) .....	32
Painel 8.3 – Resultado Patrimonial (Transferências e Delegações Concedidas).....	33
Nota 8 – Resultado Patrimonial .....	34
Painel 8.4 – Resultado Patrimonial (VPD – Pessoal e Encargos) .....	36
Resultado Patrimonial (VPD – Pessoal e Encargos) .....	37
Painel 8.5 – Resultado Patrimonial (VPD – Benefícios Previdenciários e Assistenciais) .....	38
Resultado Patrimonial (VPD – Benefícios Previdenciários e Assistenciais).....	39
Painel 8.6 – Resultado Patrimonial (VPD – Uso de Bens, Serviços e Capital Fixo) .....	40
Resultado Patrimonial (VPD – Uso de Bens, Serviços e Capital Fixo).....	41
Consolidação de VPAs e VPDs .....	43
Painel 9 – Resultado Orçamentário .....	44
Nota 9 – Resultado Orçamentário.....	45
Receitas .....	45
Despesas.....	46
Painel 10 – Restos a Pagar .....	48
Nota 10 - Restos a Pagar .....	49
Painel 11 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	51
Nota 11 - Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa .....	52

## Painel 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Gráfico 1.1 - Limite de Saque com Vinculação de Pgto - Por Fonte de Recursos (Tesouro e Própria)

Tabela 1.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Conta Contábil Nome	R\$ Milhões				
	31/03/2021	31/12/2020	AH	AV	Var Absoluta
↳ LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PGTO - OFSS	3.516,48	2.993,50	17,47%	99,96%	522,98
↳ LIM DE SAQUE C/VINC.PAGTO- ORDEM PAGTO - OFSS	0,70	0,03	2233,33%	0,02%	0,67
↳ DEMAIS CONTAS - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0,67	0,69	-2,90%	0,02%	-0,02
<b>Total</b>	<b>3.517,86</b>	<b>2.994,22</b>	<b>17,49%</b>	<b>100,00%</b>	<b>523,64</b>

Fonte: SIAFI 2021/2020

Tabela 1.2 - Limite de Saque com Vinculação de Pgto - Por Fonte de Recursos (Tesouro e Própria)

Origem	R\$ Milhões				
	31/03/2021	31/12/2020	AH	AV	Var Absoluta
<b>Fonte Tesouro</b>	<b>1.859,02</b>	<b>1.369,06</b>	<b>35,79%</b>	<b>52,86%</b>	<b>489,96</b>
RECURSOS ORDINARIOS	1.542,13	1.258,06	22,58%	43,85%	284,07
CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV.	99,73	20,33	390,56%	2,84%	79,40
CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	91,22	8,10	1026,17%	2,59%	83,12
CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIARIO	68,52	67,15	2,04%	1,95%	1,37
CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR	48,79	6,80	617,50%	1,39%	41,99
REMUNERACAO DAS DISPONIB. DO TESOURO NACIONAL	8,62	8,62	0,00%	0,25%	0,00
TITULOS DE RESPONSABILID.DO TESOURO NACIONAL	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00
<b>Fonte Própria</b>	<b>1.658,16</b>	<b>1.624,47</b>	<b>2,07%</b>	<b>47,14%</b>	<b>33,69</b>
RECURSOS DE CONVÊNIOS	1.552,57	1.522,60	1,97%	44,14%	29,97
REC.PROPRIOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	104,01	100,27	3,73%	2,96%	3,74
REC.PROP.DECOR.ALIEN.BENS E DIR.DO PATR.PUB.	1,45	1,45	0,00%	0,04%	0,00
RECURSOS DIVERSOS	0,13	0,14	7,14%	0,00%	0,01
<b>Total</b>	<b>3.517,19</b>	<b>2.993,53</b>	<b>17,49%</b>	<b>100,00%</b>	<b>523,66</b>

Fonte: SIAFI 2021/2020

Tabela 1.3 - Limite de Saque c/ Vinculação de Pgto - Por Fonte de Recursos (Vinculada e Não Vinculada)

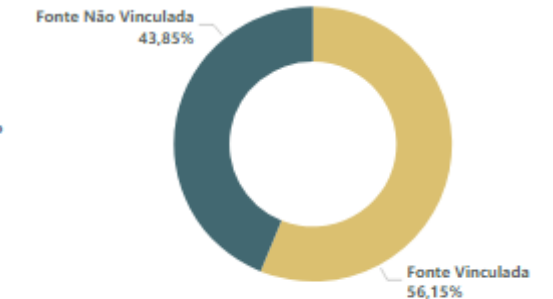
Vinculação	R\$ Milhões				
	31/03/2021	31/12/2020	AH	AV	Var Absoluta
<b>Fonte Vinculada</b>	<b>1.975,05</b>	<b>1.735,47</b>	<b>13,80%</b>	<b>56,15%</b>	<b>239,58</b>
RECURSOS DE CONVÊNIOS	1.552,57	1.522,60	1,97%	44,14%	29,97
REC.PROPRIOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	104,01	100,27	3,73%	2,96%	3,74
CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV.	99,73	20,33	390,56%	2,84%	79,40
CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	91,22	8,10	1026,17%	2,59%	83,12
CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIARIO	68,52	67,15	2,04%	1,95%	1,37
CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR	48,79	6,80	617,50%	1,39%	41,99
REMUNERACAO DAS DISPONIB. DO TESOURO NACIONAL	8,62	8,62	0,00%	0,25%	0,00
REC.PROP.DECOR.ALIEN.BENS E DIR.DO PATR.PUB.	1,45	1,45	0,00%	0,04%	0,00
RECURSOS DIVERSOS	0,13	0,14	7,14%	0,00%	0,01
TITULOS DE RESPONSABILID.DO TESOURO NACIONAL	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00
<b>Fonte Não Vinculada</b>	<b>1.542,13</b>	<b>1.258,06</b>	<b>22,58%</b>	<b>43,85%</b>	<b>284,07</b>
RECURSOS ORDINARIOS	1.542,13	1.258,06	22,58%	43,85%	284,07
<b>Total</b>	<b>3.517,19</b>	<b>2.993,53</b>	<b>17,49%</b>	<b>100,00%</b>	<b>523,66</b>

Fonte: SIAFI 2021/2020

Gráfico 1.2 - Limite de Saque com Vinculação de Pgto - Por Fonte de Recursos (Vinculada e Não Vinculada)

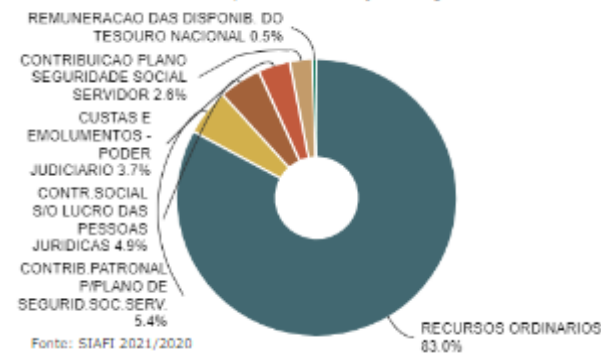


Fonte: SIAFI 2021/2020



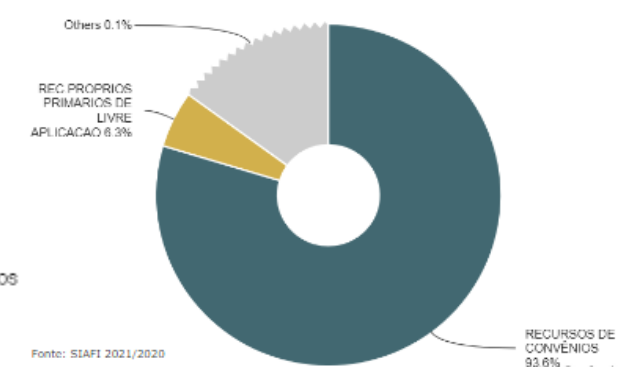
Fonte: SIAFI 2021/2020

Gráfico 1.3 - Limite de Saque com Vinculação de Pgto - Fonte Tesouro



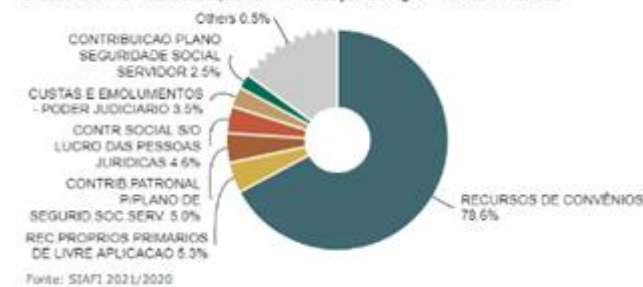
Fonte: SIAFI 2021/2020

Gráfico 1.4 - Limite de Saque com Vinculação de Pgto - Fonte Própria



Fonte: SIAFI 2021/2020

Gráfico 1.5 - Limite de Saque com Vinculação de Pgto - Fonte Vinculada



Fonte: SIAFI 2021/2020

Gráfico 1.6 - Limite de Saque com Vinculação de Pgto - Fonte Não Vinculada



Fonte: SIAFI 2021/2020

## Nota 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

O subgrupo Caixa e Equivalentes de Caixa possui saldo de R\$ 3.517,86 milhões, o que corresponde a 88,01% do montante total do Ativo Circulante. Conforme mostra a Tabela 1.1 (Painel 1), 99,98% do Caixa e Equivalentes de Caixa diz respeito ao direito de saque na Conta Única do Tesouro Nacional, conforme programação financeira executada junto a Secretaria do Tesouro Nacional. O restante corresponde a depósitos recebidos.

Conforme Tabela 1.1 (Painel 1), o total de Caixa e Equivalentes de Caixa em 2021 foi aumentado em 17,49% em relação ao último trimestre de 2020, o correspondente a R\$ 523,64 milhões. Esse aumento se deve majoritariamente à movimentação nas contas de Limite de Saque com Vinculação de Pagamento. Na JT, os respectivos duodécimos dos recursos de custeio são repassados aos tribunais mensalmente durante o exercício. No entanto, no que se refere a projetos, a setorial financeira só repassa os valores efetivamente apropriados ou executados pelos tribunais.

A conta Limite de Saque é detalhada por fonte de recursos, a fim de que a origem da receita arrecadada seja evidenciada. A distribuição por fontes é apresentada na Tabela 1.2 (Painel 1). Verifica-se que apenas duas fontes de recursos representam 87,99% do total do Limite de Saque. Dessa forma, podemos inferir que as maiores fontes de financiamento da Justiça do Trabalho (JT) são, respectivamente, os recursos de convênios firmados entre a JT e instituições financeiras e o Tesouro Nacional - por meio da arrecadação de recursos de livre aplicação, como, por exemplo, os tributos.

Na Tabela 1.2 (Painel 1), é possível verificar a evolução temporal dessas fontes de financiamento, em 2021. De acordo com a Tabela 1.2, a conta Limite de Saque aumentou R\$ 523,66 milhões em relação a dezembro de 2020, o que corresponde a um aumento de 17,49% no saldo. Esse aumento se deve, principalmente, às seguintes movimentações incorridas no período:

a) A fonte Recursos Ordinários apresenta montante de R\$ 1.542,13 milhões e teve seu saldo aumentado em 22,58% (R\$ 284,07 milhões), comparado a dezembro de 2020. Os Recursos Ordinários advêm da arrecadação de recursos de impostos e outros de livre aplicação pelo Tesouro Nacional por entidades arrecadoras e correspondem a 43,85% do total dos recursos da Justiça do Trabalho;

b) A fonte Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas aumentou R\$ 83,12 milhões;

c) A fonte Contribuição Patronal para Plano de Seguridade Social do Servidor aumentou R\$ 79,40 milhões;

d) A fonte Contribuição para Plano de Seguridade do Servidor aumentou R\$ 41,99 milhões;

e) A arrecadação na fonte Recursos de Convênios aumentou 1,97% (o correspondente a R\$ 29,97 milhões) em relação a dezembro de 2020. Esses recursos são originários da remuneração de depósitos judiciais, ou seja, dos bancos oficiais, Banco do Brasil e Caixa Econômica, que disponibilizam uma remuneração correspondente a um percentual do volume de depósitos judiciais mantidos junto a eles, em decorrência de Termo de Cooperação firmado entre os tribunais da JT e os bancos. Essa remuneração é

depositada na Conta Única do Tesouro Nacional por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU) e seu uso está condicionado à inclusão de crédito no Orçamento da União. Tal montante corresponde a 44,14% do total dos recursos.

Quanto ao perfil financeiro do Limite de Saque, analisado pelos critérios de origem e de destinação dos recursos, pode-se classificar as fontes da seguinte forma:

1 – Quanto à origem: “Própria” e “Tesouro” – As fontes Próprias são aquelas decorrentes do esforço próprio da unidade em arrecadar o recurso. As fontes Tesouro são as arrecadações decorrentes de leis ou normativos específicos, cuja destinação será definida no Orçamento Geral da União.

2 – Quanto à destinação: “Vinculada” e “Não Vinculada” ou “Ordinária” – As fontes Vinculadas são aquelas que possuem destinação específica, enquanto as Não Vinculadas não possuem.

Dessa forma, a JT encerrou o primeiro trimestre de 2021 com o seguinte perfil financeiro:

- A) Fonte Tesouro: de acordo com o Gráfico 1.1 (Painel 1), as fontes do Tesouro representam 52,86% do total do recursos do Limite de Saque. Essas fontes são compostas pelos seguintes recursos: Recursos Ordinários; Contribuição Patronal Para o Plano de Seguridade Social do Servidor; Contribuição Social Sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas; Custas e Emolumentos do Poder Judiciário; Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional; entre outras. Os Recursos Ordinários são 83,0% de todos os recursos da Fonte Tesouro, conforme Gráfico 1.3 (Painel 1). Conforme Tabela 1.2 Painel 1, houve variação positiva de 22,58% nos Recursos Ordinários, cuja composição, em grande parte, é oriunda de recursos relativos a duodécimos de custeio repassados à Justiça do Trabalho e, também, de recursos repassados para pagamento de pessoal, de acordo com programação financeira das unidades, e que não foram ainda totalmente pagas. Também compõem esse valor as devoluções de recursos para pagamento de Sentenças Judiciais (Precatórios e Requisições de Pequeno Valor) canceladas pelos tribunais. Os recursos ordinários representam 43,85% da conta Limite de Saque ao final do primeiro trimestre.
- B) Fonte Própria: as fontes próprias representam 47,14% (Gráfico 1.1 Painel 1) do total das fontes da Justiça Trabalhista. Os Recursos de Convênios, responsáveis por 93,60% do valor do grupo (Gráfico 1.4 Painel 1), são a fonte própria mais representativa. A segunda fonte própria mais representativa é a de Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação - decorrente da receita de contratos de cessão de imóveis - que representa 6,30% do total de recursos próprios.
- C) Fonte Vinculada: conforme Gráfico 1.2, as fontes vinculadas representam 56,15% do total dos recursos. O Gráfico 1.5 (Painel 1) detalha os recursos de fontes vinculadas. Conforme Gráfico 1.5, a Fonte Vinculada mais representativa é Recursos de Convênios, 78,60% do Saldo do Limite de Saque. As demais fontes vinculadas do Limite de Saque estão vinculadas aos órgãos arrecadadores, como

as fontes que constituem esforço próprio da unidade em arrecadar recursos, ou ao poder, como no caso das custas e emolumentos, ou vinculadas às despesas com a Seguridade Social de servidores inativos e pensionistas.

- D) Fonte Não Vinculada: as fontes não vinculadas são aquelas que não possuem uma destinação especificada em lei, são recursos livres, tendo o gestor maior margem para alocação dos recursos no orçamento. Na JT, elas representam 43,85% do saldo do Limite de Saque e correspondem em sua totalidade a Recursos Ordinários, conforme evidenciado na Tabela 1.3 e no Gráfico 1.6 (Painel 1).

## Painel 2 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Tabela 2.1 - Demais Créditos e Valores - Composição

CCon - Subgrupo (3)	R\$ Milhões				
	31/03/2021	31/12/2020	AH	AV	Var Absoluta
<b>DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO</b>	<b>439,02</b>	<b>243,54</b>	<b>80,27%</b>	<b>94,23%</b>	<b>195,48</b>
OUTROS CREDITOS A REC E VALORES A CURTO PRAZO	95,44	45,06	111,81%	20,49%	50,38
TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR	0,01	0,00	100,00%	0,00%	0,01
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	341,51	196,48	73,81%	73,30%	145,03
CREDITOS POR DANOS AO PATRIMONIO	2,07	2,02	2,48%	0,45%	0,05
AJUSTE P/PERDA DEMAIS CRED/VALOR CURTO PRAZO	0,02	-0,02	0,00%	0,01%	0,00
<b>ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>26,87</b>	<b>26,28</b>	<b>2,25%</b>	<b>5,77%</b>	<b>0,59</b>
VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA PG ANTECIPADA	0,08	0,00	100,00%	0,02%	0,08
DEMAIS CREDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	26,79	26,28	1,94%	5,75%	0,51
<b>Total</b>	<b>465,89</b>	<b>269,82</b>	<b>72,67%</b>	<b>100,00%</b>	<b>196,07</b>

Fonte: SIAFI 2021/2020

Tabela 2.2 - Demais Créditos e Valores Curto Prazo - Composição

CCon - Titulo (4)	R\$ Milhões				
	31/03/2021	31/12/2020	AH	AV	Var Absoluta
<b>ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS</b>	<b>341,51</b>	<b>196,48</b>	<b>73,81%</b>	<b>77,79%</b>	<b>145,03</b>
↳ 13 SALARIO - ADIANTAMENTO	209,35	60,89	243,82%	47,69%	148,46
↳ ADIANTAMENTO DE FERIAS	100,97	97,49	3,57%	23,00%	3,48
↳ SALARIOS E ORDENADOS - PAGAMENTO ANTECIPADO	21,32	30,64	30,42%	4,86%	9,32
↳ ADIANTAMENTO AUXILIO-ALIMENTACAO	8,52	7,44	14,52%	1,94%	1,08
↳ ADIANTAMENTO A PRESTADORES DE SERVICOS	0,70	0,00	100,00%	0,16%	0,70
↳ ADIANTAMENTO CONCEDIDO	0,65	0,02	3150,00%	0,15%	0,63
↳ ADIANTAMENTO AUXILIO-TRANSPORTE	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00
<b>OUTROS CREDITOS A REC E VALORES A CURTO PRAZO</b>	<b>95,44</b>	<b>45,06</b>	<b>111,81%</b>	<b>21,74%</b>	<b>50,38</b>
↳ CRED A REC POR VALOR ARREC OUTRAS ENTIDADES	65,91	15,83	316,36%	15,01%	50,08
↳ ADIANTAMENTO - TERMO EXECUCAO DESCENTRALIZADA	15,36	15,48	-0,78%	3,50%	0,12
↳ CRED A REC DE ACERTO FINAN C/SERVIDOR/EX SERV	7,67	7,91	3,03%	1,75%	0,24
↳ CRED A REC DECORRENTES DE FOLHA PAGAMENTO	2,97	2,42	22,73%	0,68%	0,55
↳ CRED A REC POR CESSAO DE AREAS PUBLICAS	2,31	2,54	9,06%	0,53%	0,23
↳ CRED A REC DECOR DE INFRAC LEG E CONTRATUAIS	1,09	0,51	113,73%	0,25%	0,58
↳ CRED A REC POR PAGTO DESP DE TERCEIROS	0,09	0,07	28,57%	0,02%	0,02
↳ CRED A REC POR CESSAO DE PESSOAL - ESTADO	0,02	0,23	91,30%	0,01%	0,21
↳ CREDITOS A REC POR CESSAO DE PESSOAL - MUNIC	0,02	0,05	60,00%	0,00%	0,03
↳ CREDITOS A RECEBER POR PGTO EM DUPLICIDADE	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00
↳ OUTROS CRED A REC E VALORES A CURTO PRAZO	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00
↳ VALORES A REC POR DEVOLUCAO DESP. ESTORNADAS	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00
<b>CREDITOS POR DANOS AO PATRIMONIO</b>	<b>2,07</b>	<b>2,02</b>	<b>2,48%</b>	<b>0,47%</b>	<b>0,05</b>
<b>TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR</b>	<b>0,01</b>	<b>0,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,01</b>
<b>AJUSTE P/PERDA DEMAIS CRED/VALOR CURTO PRAZO</b>	<b>0,02</b>	<b>-0,02</b>	<b>0,00%</b>	<b>-0,01%</b>	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>439,02</b>	<b>243,54</b>	<b>80,27%</b>	<b>100,00%</b>	<b>195,48</b>

Fonte: SIAFI 2021/2020

Gráfico 2.1 - Demais Créditos e Valores - Composição

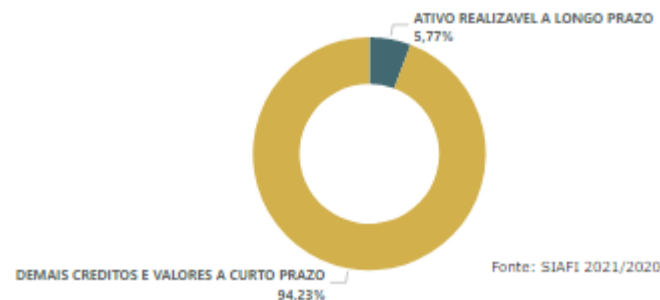


Gráfico 2.2 - Demais Créditos e Valores de Curto Prazo - Composição

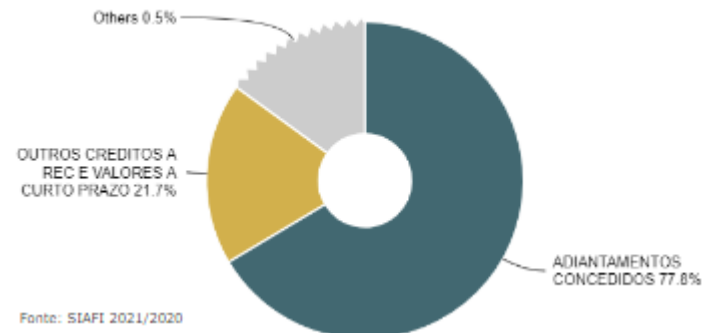


Gráfico 2.3 - Demais Créditos e Valores Curto Prazo - Detalhamento

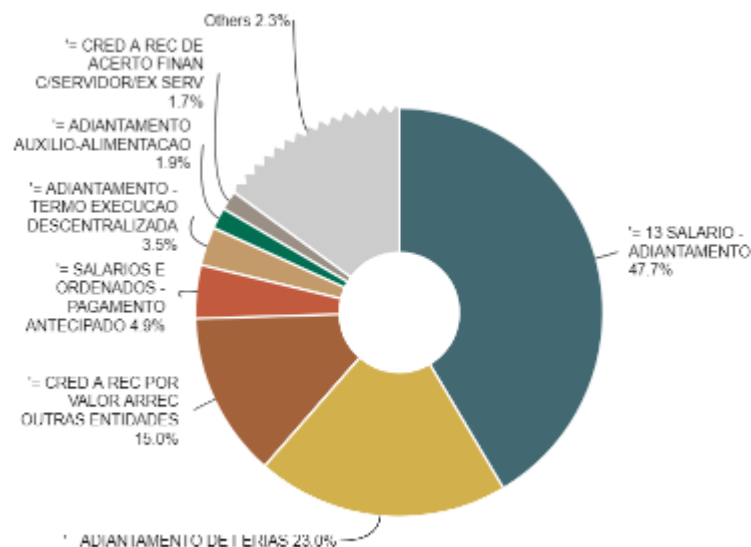
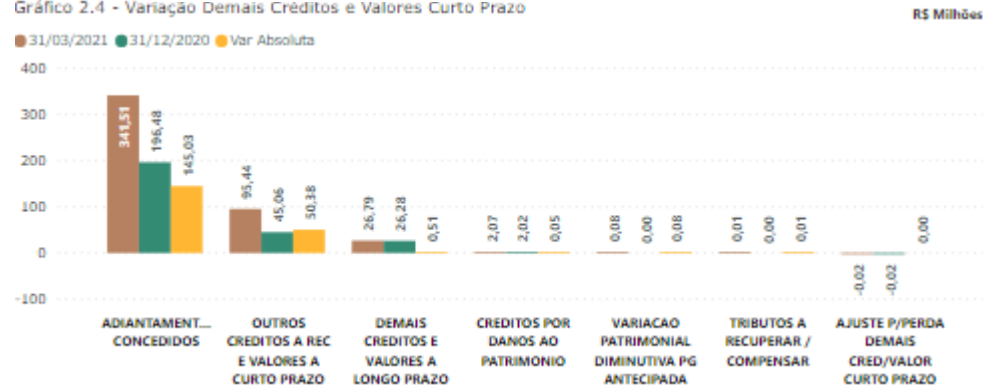


Gráfico 2.4 - Variação Demais Créditos e Valores Curto Prazo



## **Nota 2 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo**

Os Demais Créditos e Valores compreendem os valores a receber por transações realizáveis a curto e a longo prazo. Conforme Gráfico 2.1 (Painel 2), 94,23% do total de R\$ 465,89 milhões do grupo (Tabela 2.1 Painel 2) está programado para recebimento em até 12 meses.

O saldo de R\$ 439,02 milhões de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo (Tabela 2.2 Painel 2) corresponde a 10,98% do montante total do Ativo Circulante. A Tabela e o Gráfico 2.2 detalham a composição desse valor. Segundo essa tabela, 47,69% do grupo corresponde a adiantamento da primeira parcela do 13º Salário de 2021, 23,00% do grupo diz respeito a adiantamentos de férias concedidos a servidores antes de concluído o período aquisitivo de férias, 15,01% correspondem a Créditos a Receber por Valor Arrecadado de Outras Entidades e 4,86% do grupo correspondem a adiantamentos salariais.

Na Tabela 2.2, é verificável que houve aumento de 80,27% no total de Demais Créditos e Valores a Receber no Curto Prazo, com relação a 2020. Esse percentual corresponde a R\$ 195,48 milhões e é resultado, principalmente, do adiantamento da primeira parcela do 13º salário de 2021 e da remuneração a receber decorrentes de convênio firmado entre a JT e as instituições financeiras Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal para guarda dos depósitos judiciais da Justiça do Trabalho.

De acordo com o Gráfico 2.3, a conta 13º Salário - Adiantamento corresponde a 47,69% do grupo e se refere ao pagamento da primeira parcela do 13º salário de 2021. A conta Adiantamento de Férias, que corresponde a 23,00% do total do grupo, aumentou seu saldo em R\$ 3,48 milhões quando comparado a dezembro de 2020. Esse adiantamento se dá pela contabilização do pagamento de férias a servidores antes do período aquisitivo, conforme particularidade, prevista na Lei 8.112/1990, de acordo com a qual o servidor pode gozar férias a partir do mês de janeiro de cada ano independente do cumprimento do período aquisitivo, exceto no primeiro ano de exercício.

A conta Créditos a Receber por Valor Arrecadado de Outras Entidades é responsável por 15,01% do grupo e aumentou R\$ 50,08 milhões (Tabela 2.2 Painel 2), ou seja, 316,16% de acréscimo em relação a dezembro de 2020. Essa variação é resultante da contabilização, pelos tribunais, dos valores a receber arrecadados por meio de convênios firmados com instituições financeiras e se refere à remuneração pela captação e manutenção dos saldos de depósitos judiciais, precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV) a ordem da justiça do trabalho. A variação decorre da contabilização do valor a receber consignado no orçamento de cada tribunal que será repassado pela setorial, quando da arrecadação dos recursos, face à centralização no órgão setorial. Portanto, a tendência é que, ao final de cada exercício, o saldo fique zerado, devido a sua quitação ou permaneça algum saldo residual. Já, no início do exercício, é contabilizado todo o valor que consta do orçamento de cada unidade.



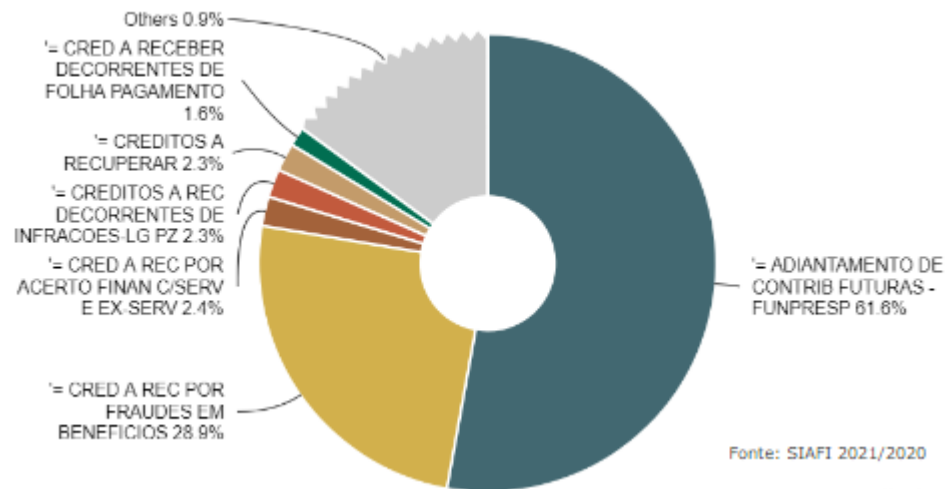
### Painel 3 – Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

Tabela 3.1 - Demais Créditos e Valores Longo Prazo - Composição

CCon - Título (4)		31/03/2021	31/12/2020	AH	AV	Var Absoluta
<b>DEMAIS CREDITOS E VALORES A LONGO PRAZO</b>		<b>26,79</b>	<b>26,28</b>	<b>1,94%</b>	<b>99,69%</b>	<b>0,51</b>
<b>OUTROS CREDITOS A REC E VALORES A LONGO PRAZO</b>		<b>18,44</b>	<b>17,91</b>	<b>2,96%</b>	<b>68,62%</b>	<b>0,53</b>
↳ ADIANTAMENTO DE CONTRIB FUTURAS - FUNPRESP		16,55	16,13	2,60%	61,57%	0,42
↳ CRED A REC POR ACERTO FINAN C/SERV E EX-SERV		0,65	0,65	0,00%	2,42%	0,00
↳ CREDITOS A RECUPERAR		0,62	0,48	29,17%	2,31%	0,14
↳ CREDITOS A REC DECORRENTES DE INFRACOES-LG PZ		0,62	0,62	0,00%	2,29%	0,00
↳ CRED ADMINISTRATIVOS POR AUTOS DE INFRACAO		0,00	0,00	0,00%	0,02%	0,00
CRED POR CONCESSAO DIREIT USO/EXPLORACAO BENS		0,00	0,03	-100,00%	0,01%	-0,03
<b>CREDITO POR DANO AO PATRIMONIO - DECISAO TCU</b>		<b>7,76</b>	<b>7,76</b>	<b>0,00%</b>	<b>28,89%</b>	<b>0,00</b>
↳ CRED A REC POR FRAUDES EM BENEFICIOS		7,76	7,76	0,00%	28,89%	0,00
<b>CRED POR DANO AO PATRIMONIO DE CREDITO ADM</b>		<b>0,42</b>	<b>0,46</b>	<b>-8,70%</b>	<b>1,58%</b>	<b>-0,04</b>
↳ CRED A RECEBER DECORRENTES DE FOLHA PAGAMENTO		0,42	0,46	-8,70%	1,58%	-0,04
<b>DEPOSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS</b>		<b>0,09</b>	<b>0,08</b>	<b>12,50%</b>	<b>0,34%</b>	<b>0,01</b>
↳ DEPOSITOS JUDICIAIS EFETUADOS		0,09	0,08	12,50%	0,34%	0,01
<b>ADIANTAMENTOS CONCED A PESSOAL E A TERCEIROS</b>		<b>0,07</b>	<b>0,07</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,26%</b>	<b>0,00</b>
↳ ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL		0,07	0,07	0,00%	0,26%	0,00
<b>AJUSTE DE PERDAS DE DEMAIS CREDITOS E VALORES</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>-0,01%</b>	<b>0,00</b>
↳ AJUSTE DE PERDAS DE CREDITOS ADMINISTRATIVOS		0,00	0,00	0,00%	-0,01%	0,00
<b>VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA PG ANTECIPADA</b>		<b>0,08</b>	<b>0,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>0,31%</b>	<b>0,08</b>
<b>ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR</b>		<b>0,08</b>	<b>0,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>0,31%</b>	<b>0,08</b>
ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR		0,08	0,00	100,00%	0,31%	0,08
<b>Total</b>		<b>26,87</b>	<b>26,28</b>	<b>2,25%</b>	<b>100,00%</b>	<b>0,59</b>

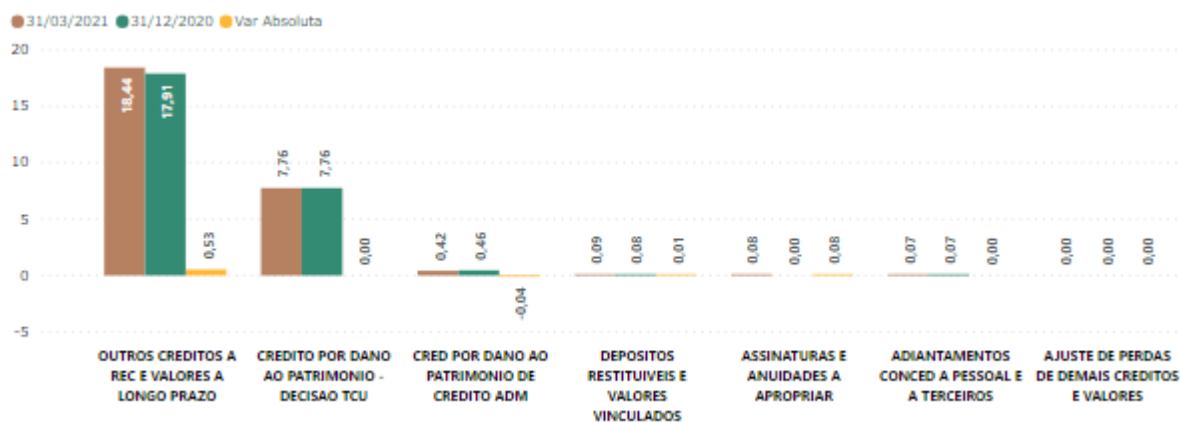
Fonte: SIAFI 2021/2020

Gráfico 3.1 - Demais Créditos e Valores Longo Prazo - Detalhamento



Fonte: SIAFI 2021/2020

Gráfico 3.2 - Variação Demais Créditos e Valores Longo Prazo



Fonte: SIAFI 2021/2020

### **Nota 3 - Demais Créditos e Valores a Longo Prazo**

Os Demais Créditos e Valores a receber no Longo Prazo se referem aos direitos a receber em prazo superior a doze meses da data do Demonstrativo Contábil. Conforme Gráfico 2.1 (Painel 2), os Demais Créditos e Valores a receber no Longo Prazo representam 5,77% de todos os Créditos e Valores a receber. Em números absolutos, o montante de R\$ 26,87 milhões desse grupo corresponde a apenas a 0,42% do total de R\$ 6.411,72 milhões do total do Ativo Não Circulante.

O Gráfico 3.1 (Painel 3), mostra a composição do grupo e a Tabela 3.1 (Painel 3) mostra que o saldo do grupo aumentou 2,25% em relação a 2020. As contas mais significativas serão analisadas abaixo:

A conta de Adiantamento de Contribuições Futuras à Funpresp se refere ao aporte inicial efetivado em 2013 a título de adiantamento de contribuições futuras para a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário – FUNPRESP-JUD, que é atualizado mês a mês conforme IPCA, até que seja totalmente amortizado. Essa conta representa 61,57% do total do grupo e teve seu saldo aumentado em 2,60%, correspondente a correção monetária no período.

A conta Créditos a Receber por Fraudes em Benefícios representa 28,89% do grupo e se refere a créditos a receber por danos ao patrimônio público por uma aposentadoria voluntária fraudulenta ocorrida no TRT da 3ª Região. A conta não sofreu movimentação no período analisado.

## Nota 4 – Ativo Imobilizado

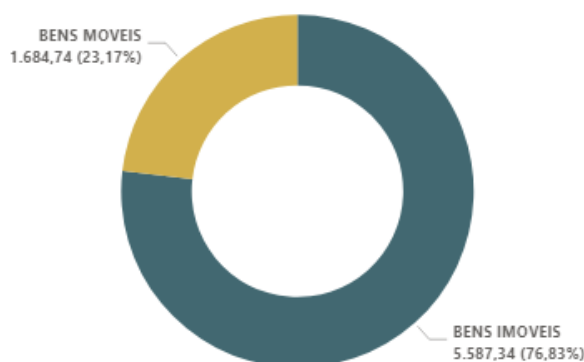
O Imobilizado compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos (móveis e imóveis) destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, representa R\$ 6,24 bilhões (valor líquido contábil) que correspondem a 97,27% do Ativo não Circulante e 59,92% de todo Ativo pertencente à Justiça do Trabalho, conforme Balanço Patrimonial de 31/03/2021.

Tabela 4.1 - Imobilizado Composição

Grupo Imobilizado (grupos)	R\$ Milhões				
	31/03/2021	31/12/2020	AH	AV	Var Absoluta
☐ 1. Valor Líquido Bens Móveis	784,39	818,96	-4,22%	12,58%	-34,57
1. Bens Móveis	1.684,74	1.692,57	-0,46%	27,01%	-7,83
1.1 Depreciação Bens Móveis	-893,46	-866,72	3,09%	-14,32%	-26,74
1.2 Redução ao Valor Recuperável	-6,89	-6,89	0,00%	-0,11%	0,00
☐ 2. Valor Líquido Bens Imóveis	5.452,73	5.238,34	4,09%	87,42%	214,39
2. Bens Imóveis	5.587,34	5.371,84	4,01%	89,58%	215,50
2.1 Depreciação Bens Imóveis	-134,61	-133,50	0,83%	-2,16%	-1,11
<b>Total</b>	<b>6.237,11</b>	<b>6.057,31</b>	<b>2,97%</b>	<b>100,00%</b>	<b>179,80</b>

Fonte: SIAFI 2021/2020

Gráfico 4.1 - Composição Imobilizado - Valor Bruto



Fonte: SIAFI 2021/2020

Depreende-se das informações da Tabela 4.1 que 87,42% do valor líquido contábil do Imobilizado estão alocados nos bens imóveis, enquanto que 12,58% nos bens móveis. Quando se verifica a composição do imobilizado pelo valor bruto, verifica-se que a aplicação em imóveis fica em 76,83% e em bens móveis em 23,17%, conforme demonstrado no gráfico 4.1. Além disso, constata-se a política de renovação do estoque de bens móveis quando se observa que a depreciação acumulada somada à redução ao valor recuperável representa apenas 53,44% do valor bruto contábil, porém o impacto no imobilizado fica reduzido a 12,38% devido ao baixo grau de depreciação dos bens imóveis.

## Painel 4.1 – Bens Móveis

Tabela 4.2 - Composição Bens Móveis

CCon - Título (4)	31/03/2021	31/12/2020	AH	AV	RS Milhões
					Var Absoluta
BENS MOVEIS	1.684,74	1.692,57	-0,46%	214,78%	-7,83
REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE IMOBILIZADO	-6,89	-6,89	0,00%	-0,88%	0,00
DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADA	-893,46	-866,72	3,09%	-113,91%	-26,74
<b>Total</b>	<b>784,39</b>	<b>818,96</b>	<b>-4,22%</b>	<b>100,00%</b>	<b>-34,57</b>

Fonte: SIAFI 2021/2020

Gráfico 4.2 - Composição Bens Móveis

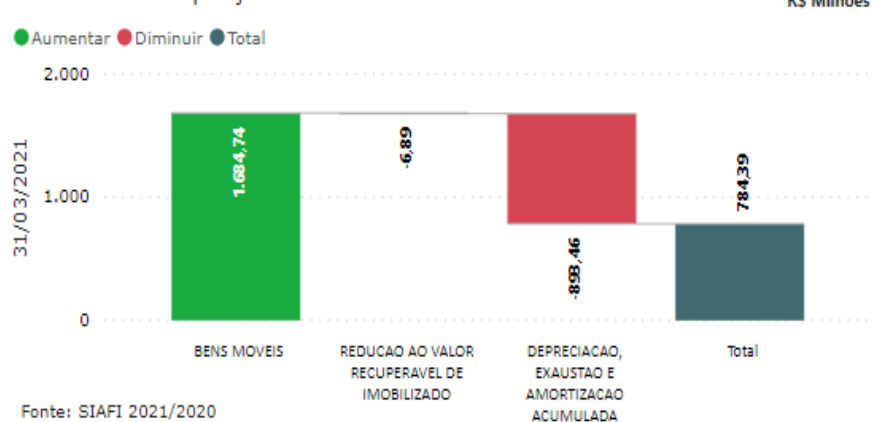


Gráfico 4.3 - Variação Bens Móveis

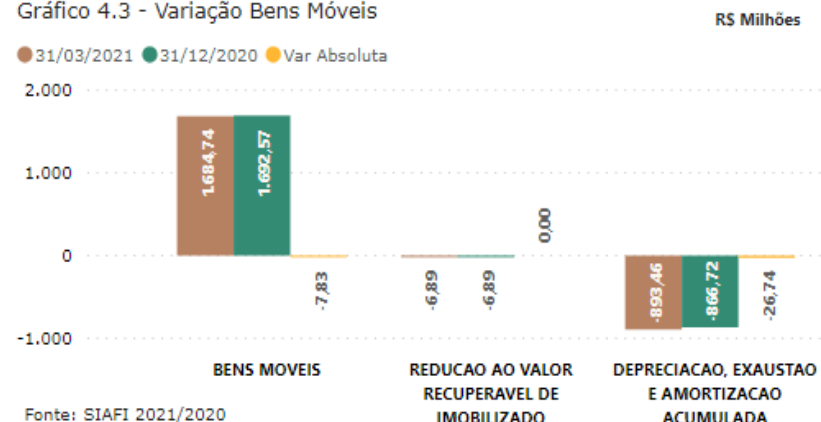
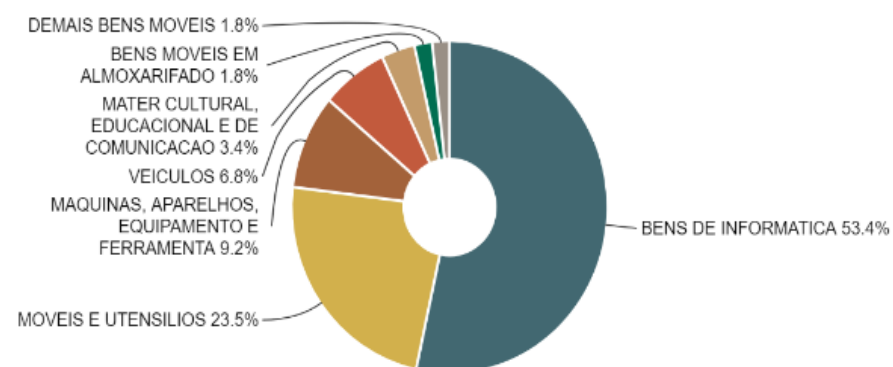


Tabela 4.3 - Detalhamento Bens Móveis

CCon - Item (6)	31/03/2021	31/12/2020	AH	AV	RS Milhões
					Var Absoluta
BENS DE INFORMATICA	899,91	895,61	0,48%	53,42%	4,30
MOVEIS E UTENSILIOS	396,42	396,37	0,01%	23,53%	0,05
MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTO E FERRAMENTA	155,15	155,35	-0,13%	9,21%	-0,20
VEICULOS	114,96	115,46	-0,43%	6,82%	-0,50
MATER CULTURAL, EDUCACIONAL E DE COMUNICACAO	57,74	56,90	1,48%	3,43%	0,84
BENS MOVEIS EM ALMOXARIFADO	30,59	41,67	-26,59%	1,82%	-11,08
DEMAIS BENS MOVEIS	29,98	30,78	-2,60%	1,78%	-0,80
BENS MOVEIS EM ANDAMENTO	0,00	0,43	-100,00%	0,00%	-0,43
<b>Total</b>	<b>1.684,74</b>	<b>1.692,57</b>	<b>-0,46%</b>	<b>100,00%</b>	<b>-7,83</b>

Fonte: SIAFI 2021/2020

Gráfico 4.4 - Detalhamento Bens Móveis



## Painel 4.2 – Bens Móveis por Tribunal

**Tabela 4.4 - Bens Móveis - Valor Líquido X Depreciação Acumulada/Redução ao Valor Recuperável – Por Tribunal** R\$ Milhões

Jurisdição	BENS MÓVEIS LIQ.	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL
TRT 01	60,01	65,06	
TRT 02	72,16	101,19	
TRT 03	35,32	54,81	1,01
TRT 04	56,66	69,94	
TRT 05	24,25	39,27	
TRT 06	26,78	44,70	5,74
TRT 07	18,20	27,31	
TRT 08	28,53	35,12	
TRT 09	46,23	64,99	
TRT 10	36,34	19,28	
TRT 11	57,60	4,50	
TRT 12	24,26	17,39	
TRT 13	17,71	25,31	
TRT 14	19,51	16,39	
TRT 15	55,32	81,26	
TRT 16	15,47	19,18	
TRT 17	8,62	16,13	
TRT 18	31,77	17,46	
TRT 19	15,00	13,37	0,14
TRT 20	14,89	21,35	
TRT 21	14,82	16,69	
TRT 22	18,50	16,59	
TRT 23	18,00	24,68	
TRT 24	18,14	20,71	
TST	50,28	60,80	
<b>Total</b>	<b>784,39</b>	<b>893,46</b>	<b>6,89</b>

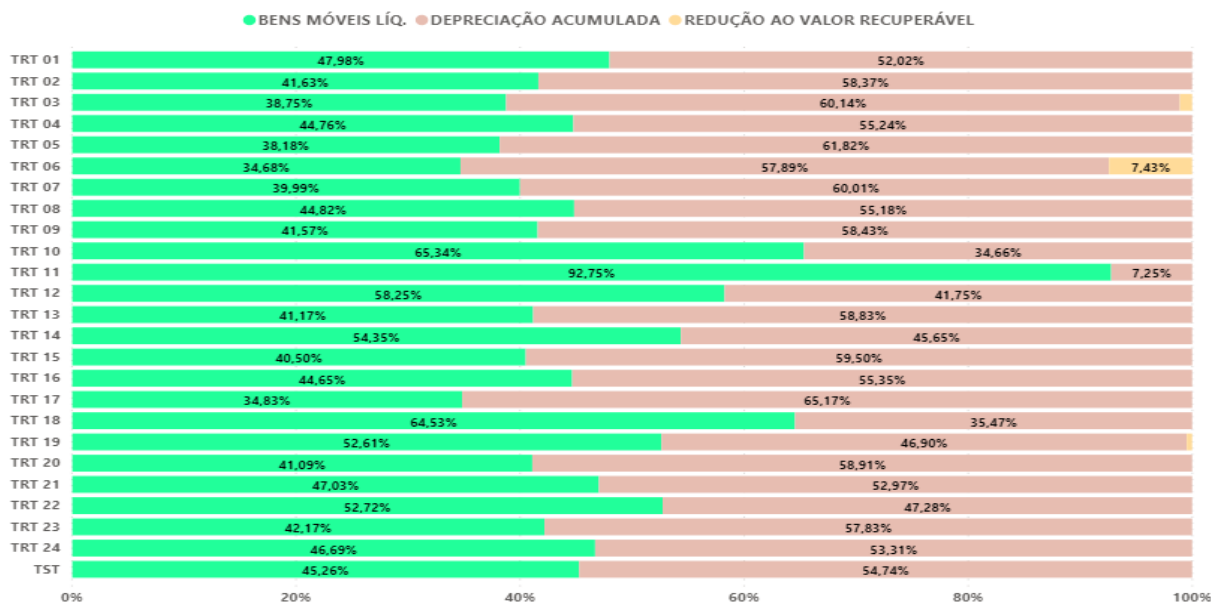
Fonte: SIAFI 2021/2020

**Tabela 4.5 - Bens Móveis por Tribunal** R\$ Milhoes

Jurisdição	BENS MOVEIS				
	31/03/2021	31/12/2020	AH	AV	Var Absoluta
TRT 02	173,35	173,02	0,19%	10,29%	0,33
TRT 15	136,58	136,57	0,01%	8,11%	0,01
TRT 04	126,60	126,70	-0,08%	7,51%	-0,10
TRT 01	125,07	127,21	-1,68%	7,42%	-2,14
TRT 09	111,22	112,02	-0,71%	6,60%	-0,80
TST	111,08	112,76	-1,49%	6,59%	-1,68
TRT 03	91,14	90,53	0,67%	5,41%	0,61
TRT 06	77,22	76,83	0,51%	4,58%	0,39
TRT 08	63,65	63,91	-0,41%	3,78%	-0,26
TRT 05	63,52	63,61	-0,14%	3,77%	-0,09
TRT 11	62,10	62,08	0,03%	3,69%	0,02
TRT 10	55,62	55,66	-0,07%	3,30%	-0,04
TRT 18	49,23	49,83	-1,20%	2,92%	-0,60
TRT 07	45,51	45,29	0,49%	2,70%	0,22
TRT 13	43,02	43,01	0,02%	2,55%	0,01
TRT 23	42,68	42,94	-0,61%	2,53%	-0,26
TRT 12	41,65	45,23	-7,92%	2,47%	-3,58
TRT 24	38,85	38,45	1,04%	2,31%	0,40
TRT 20	36,24	36,50	-0,71%	2,15%	-0,26
TRT 14	35,90	36,39	-1,35%	2,13%	-0,49
TRT 22	35,09	35,02	0,20%	2,08%	0,07
TRT 16	34,65	34,65	0,00%	2,06%	0,00
TRT 21	31,51	31,18	1,06%	1,87%	0,33
TRT 19	28,51	28,43	0,28%	1,69%	0,08
TRT 17	24,75	24,74	0,04%	1,47%	0,01
<b>Total</b>	<b>1.684,74</b>	<b>1.692,57</b>	<b>-0,46%</b>	<b>100,00%</b>	<b>-7,83</b>

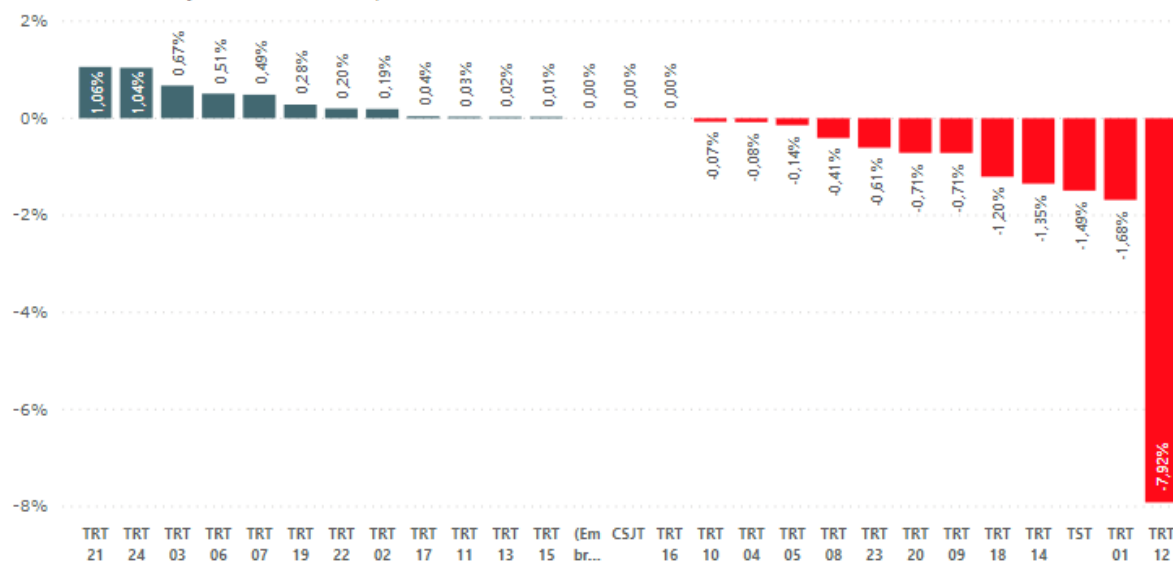
Fonte: SIAFI 2021/2020

**Gráfico 4.5 - Bens Móveis - Valor Líquido X Depreciação Acumulada/Redução ao Valor Recuperável – Por Tribunal**



Fonte: SIAFI 2021/2020

**Gráfico 4.6 - Variação do Bens Móveis por Tribunal**



## **Bens Móveis**

O valor contábil líquido dos Bens Móveis é de R\$ 784,39 milhões, conforme Tabela 4.2, painel 4.1, o que corresponde a 12,58% do total líquido do subgrupo Ativo Imobilizado.

Depreende-se da tabela 4.3 e do gráfico 4.4, painel 4.1, a relevância que representam os Bens de Informática, na Justiça do Trabalho (53,42% do valor contábil bruto dos bens móveis), o que indica a orientação quanto à necessidade de se equipar e modernizar as instalações dessa justiça no sentido de dar celeridade aos julgamentos dos processos judiciais. Essa modernização inclui o processo judicial eletrônico, que, embora seja uma solução de informática classificada como bem intangível, necessita de equipamentos mais modernos que comportem os dados oriundos dos respectivos autos, com capacidade de retorno de informações necessárias ao bom andamento dos processos.

Nota-se, na Tabela 4.2 (painel 4.1), a redução de R\$ 34,57 milhões no saldo líquido de Bens Móveis, correspondentes a 4,22% em relação ao saldo de 31/12/2020. Esta redução é majoritariamente resultante das depreciações contabilizadas em 2020, responsáveis pela redução de R\$ 26,74 milhões.

A distribuição dos bens móveis (valor bruto) entre os Tribunais da Justiça do Trabalho está demonstrada na tabela 4.5 (painel 4.2), com um ranking de valores decrescentes por tribunais. O TRT de São Paulo capital lidera esse ranking, seguido pelo TRT de Campinas – SP, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, o que reflete a grandeza desses tribunais para atender a demanda por justiça nessas regiões.

Nota-se, ainda, na tabela 4.5 e gráfico 4.6 (painel 4.2), que doze tribunais apresentaram variação negativa no período no valor bruto dos bens móveis, correspondente a R\$ 10,30 milhões, enquanto a variação positiva ficou em R\$ 2,47 milhões, resultando numa variação negativa no período de 31/12/2021 em relação à 31/12/2020 de R\$ 7,83 milhões. Com isso, percebe-se que a maior parte das unidades da JT está reduzindo a aquisição de bens móveis e doando aqueles obsoletos ou inservíveis, em virtude da escassez de recursos para despesas discricionárias, provocada pela limitação de gastos públicos.

A unidade que mais contribuiu com a redução foi o TRT da 12ª região, no valor de R\$ 3,58 milhões equivalentes a 7,92% a menor em comparação com o valor de 31/12/2020. Essa redução se deu em função de baixas (doações) de bens de informática, considerados ociosos e irrecuperáveis.

A conta Depreciação Acumulada registra a diminuição do valor dos elementos do ativo imobilizado, neste caso, dos bens móveis, devido ao desgaste pelo uso, ação da natureza ou obsolescência. Já a Redução ao Valor Recuperável (impairment) é o reconhecimento de uma perda dos benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviço de um ativo, adicional e acima do reconhecimento sistemático das perdas de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviço que se efetua normalmente.

Nota-se no gráfico 4.5 do Painel 4.2 que a maior parte dos Tribunais apresenta valor de depreciação acumulada/redução ao valor recuperável abaixo de 60% do valor bruto dos bens. Conclui-se também que os bens móveis da Justiça do Trabalho, de forma geral, nos últimos anos, estão sendo renovados e modernizados e, com isso, custos com manutenção e riscos com suspensão de operações, especialmente aquelas que necessitam de Tecnologia da Informação como o processo judicial eletrônico, são diminuídos, em que pese a tendência de se diminuir a destinação de recursos orçamentários para investimentos, face à limitação imposta pela EC 95/2016.

Há de salientar o baixo nível de depreciação dos tribunais das 11ª região, devido à falta de sistema de patrimônio e de inventário físico dos bens com divergências, o que, segundo o tribunal, impede a iniciação do processo de depreciação. A administração informa que providências estão sendo tomadas para a resolução do problema. A unidade justifica que está sendo implantado o novo sistema de controle de material e patrimônio (padrão para toda a Justiça do Trabalho).

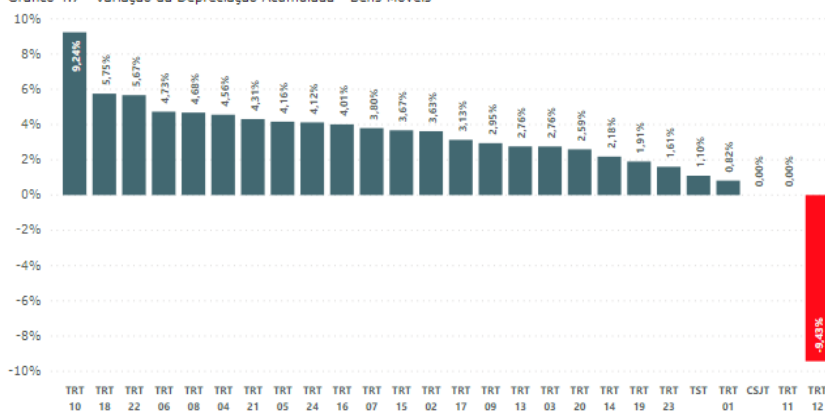
A tabela 4.6 e o gráfico 4.7 a seguir apresentam dados comparativos entre os saldos do período analisado:

Tabela 4.6 - Depreciação Acumulada - Bens Móveis R\$ Milhões

CCon - Título (4) Jurisdição	DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADA				
	31/03/2021	31/12/2020	AH	AV	Var Absoluta
TRT 10	-19,28	-17,65	9,24%	2,16%	-1,63
TRT 18	-17,46	-16,51	5,75%	1,95%	-0,95
TRT 22	-16,59	-15,70	5,67%	1,86%	-0,89
TRT 06	-44,70	-42,68	4,73%	5,00%	-2,02
TRT 08	-35,12	-33,55	4,68%	3,93%	-1,57
TRT 04	-69,94	-66,89	4,56%	7,83%	-3,05
TRT 21	-16,69	-16,00	4,31%	1,87%	-0,69
TRT 05	-39,27	-37,70	4,16%	4,39%	-1,57
TRT 24	-20,71	-19,89	4,12%	2,32%	-0,82
TRT 16	-19,18	-18,44	4,01%	2,15%	-0,74
TRT 07	-27,31	-26,31	3,80%	3,06%	-1,00
TRT 15	-81,26	-78,38	3,67%	9,09%	-2,88
TRT 02	-101,19	-97,65	3,63%	11,33%	-3,54
TRT 17	-16,13	-15,64	3,13%	1,81%	-0,49
TRT 09	-64,99	-63,13	2,95%	7,27%	-1,86
TRT 13	-25,31	-24,63	2,76%	2,83%	-0,68
TRT 03	-54,81	-53,34	2,76%	6,13%	-1,47
TRT 20	-21,35	-20,81	2,59%	2,39%	-0,54
TRT 14	-16,39	-16,04	2,18%	1,83%	-0,35
TRT 19	-13,37	-13,12	1,91%	1,50%	-0,25
TRT 23	-24,68	-24,29	1,61%	2,76%	-0,39
TST	-60,80	-60,14	1,10%	6,80%	-0,66
TRT 01	-65,06	-64,53	0,82%	7,28%	-0,53
TRT 11	-4,50	-4,50	0,00%	0,50%	0,00
TRT 12	-17,39	-19,20	-9,43%	1,95%	1,81
Total	-893,46	-866,72	3,09%	100,00%	-26,74

Fonte: SIAFI 2021/2020

Gráfico 4.7 - Variação da Depreciação Acumulada - Bens Móveis



Fonte: SIAFI 2021/2020

Verifica-se na tabela 4.6 acima um acréscimo na ordem de R\$ 26,74 milhões na conta de Depreciação acumulada, impactada pelos registros mensais de acordo com a vida útil de cada bem definida na legislação.

Em relação à redução da depreciação no TRT da 12ª região no valor de R\$ 1,81 milhões, correspondentes a variação de 9,43%, conforme se observa na tabela 4.6 e gráfico 4.7, é justificada pelas baixas decorrentes das desincorporações com doações ocorridas no primeiro trimestre de 2021.

## Painel 4.3 – Bens Imóveis

Tabela 4.7 - Composição Bens Imóveis

CCon - Título (4)	RS Milhões				
	31/03/2021	31/12/2020	AH	AV	Var Absoluta
BENS IMOVEIS	5.587,34	5.371,84	4,01%	102,47%	215,50
DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADA	-134,61	-133,50	0,83%	-2,47%	-1,11
<b>Total</b>	<b>5.452,73</b>	<b>5.238,34</b>	<b>4,09%</b>	<b>100,00%</b>	<b>214,39</b>

Fonte: SIAFI 2021/2020

Gráfico 4.8 - Composição Bens Imóveis

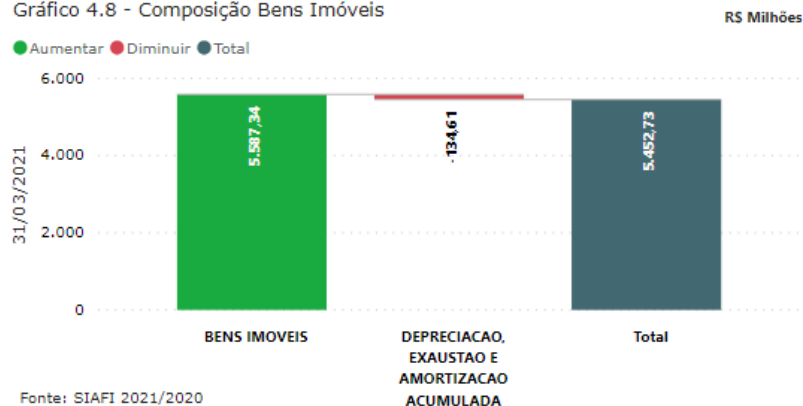


Tabela 4.8 - Detalhamento Bens Imóveis

CCon - Item (6)	RS Milhões				
	31/03/2021	31/12/2020	AH	AV	Var Absoluta
BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS NO SPIUNET	4.758,77	4.558,99	4,38%	85,17%	199,78
BENS IMOVEIS EM ANDAMENTO	531,70	529,56	0,40%	9,52%	2,14
BENS DE USO ESPECIAL NAO REGISTRADOS SPIUNET	235,27	219,95	6,97%	4,21%	15,32
INSTALACOES	58,46	60,21	-2,91%	1,05%	-1,75
DEMAIS BENS IMOVEIS	2,74	2,74	0,00%	0,05%	0,00
BENFEITORIAS EM PROPRIIDADE DE TERCEIROS	0,40	0,40	0,00%	0,01%	0,00
<b>Total</b>	<b>5.587,34</b>	<b>5.371,84</b>	<b>4,01%</b>	<b>100,00%</b>	<b>215,50</b>

Fonte: SIAFI 2021/2020

Tabela 4.9 - Detalhamento Bens de Uso Especial

CCon - Item (6)	RS Milhões				
	31/03/2021	31/12/2020	AH	AV	Var Absoluta
<input type="checkbox"/> BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS NO SPIUNET	4.758,77	4.558,99	4,38%	95,29%	199,78
= EDIFICIOS	4.320,75	4.121,59	4,83%	86,52%	199,16
= TERRENOS/GLEBAS	289,10	289,77	-0,23%	5,79%	-0,67
= ARMAZENS/GALPOES	66,34	66,34	0,00%	1,33%	0,00
= IMOVEIS RESIDENCIAIS / COMERCIAIS	47,82	46,96	1,83%	0,96%	0,86
= SALAS	25,88	25,46	1,65%	0,52%	0,42
= ESTACIONAMENTOS E GARAGENS	3,68	3,68	0,00%	0,07%	0,00
= LOJAS	3,38	3,38	0,00%	0,07%	0,00
= MUSEUS/PALACIOS	1,47	1,47	0,00%	0,03%	0,00
= BENS DE INFRAESTRUTURA	0,34	0,34	0,00%	0,01%	0,00
<input type="checkbox"/> BENS DE USO ESPECIAL NAO REGISTRADOS SPIUNET	235,27	219,95	6,97%	4,71%	15,32
= EDIFICIOS	229,89	214,57	7,14%	4,60%	15,32
= TERRENOS/GLEBAS	3,45	3,45	0,00%	0,07%	0,00
= IMOVEIS RESIDENCIAIS / COMERCIAIS	0,75	0,75	0,00%	0,02%	0,00
= ARMAZENS/GALPOES/SILOS	0,70	0,70	0,00%	0,01%	0,00
= SALAS E ESCRITORIOS	0,48	0,48	0,00%	0,01%	0,00
<b>Total</b>	<b>4.994,04</b>	<b>4.778,94</b>	<b>4,50%</b>	<b>100,00%</b>	<b>215,10</b>

Fonte: SIAFI 2021/2020

Gráfico 4.9 - Variação Bens Imóveis

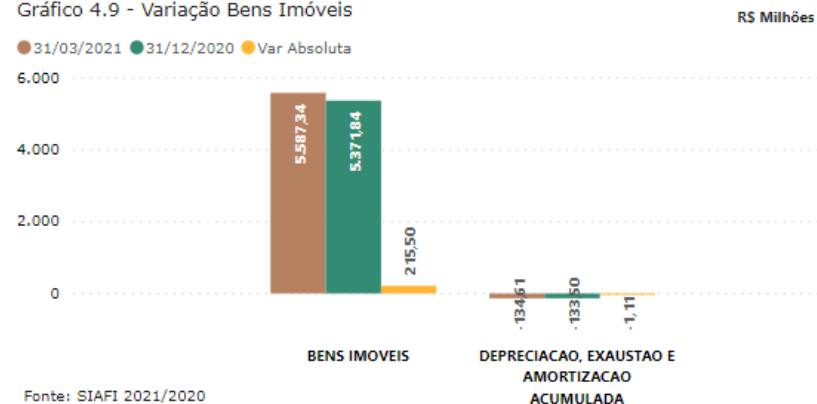


Gráfico 4.10 - Detalhamento Bens Imóveis

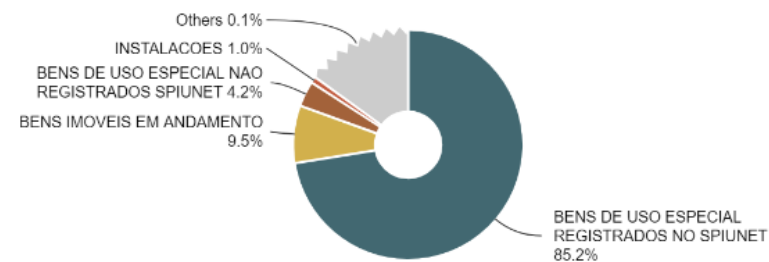
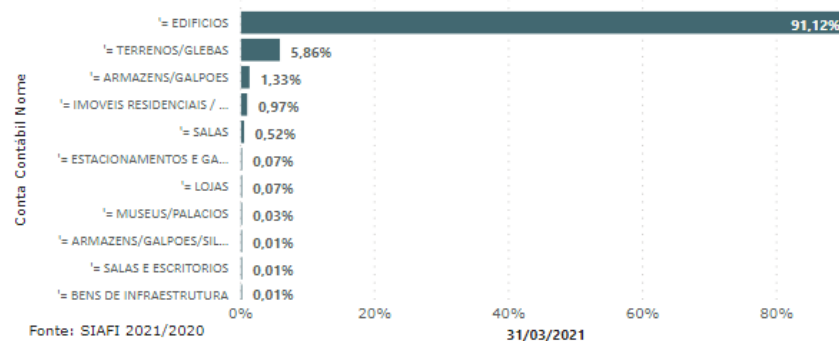


Gráfico 4.11 - Detalhamento Bens de Uso Especial





## Painel 4.4 – Bens Imóveis por Tribunal

Tabela 4.10 - Bens Imóveis - Valor Líquido X Depreciação Acumulada

Jurisdição	BENS IMÓVEIS LÍQ.	RS Milhões
		DEPRECIACÃO ACUMULADA
TRT 01	569,34	7,10
TRT 02	442,47	1,34
TRT 03	382,62	4,98
TRT 04	264,21	6,18
TRT 05	345,23	8,59
TRT 06	106,85	3,51
TRT 07	81,09	7,45
TRT 08	211,36	9,99
TRT 09	402,31	3,72
TRT 10	125,02	1,22
TRT 11	93,42	2,69
TRT 12	136,92	1,04
TRT 13	58,70	1,97
TRT 14	63,25	0,73
TRT 15	553,57	9,69
TRT 16	40,19	0,01
TRT 17	456,49	0,52
TRT 18	250,67	12,01
TRT 19	87,35	3,46
TRT 20	45,38	3,26
TRT 21	72,44	6,24
TRT 22	104,82	0,12
TRT 23	249,68	6,14
TRT 24	88,55	1,34
TST	220,77	31,33
<b>Total</b>	<b>5.452,73</b>	<b>134,61</b>

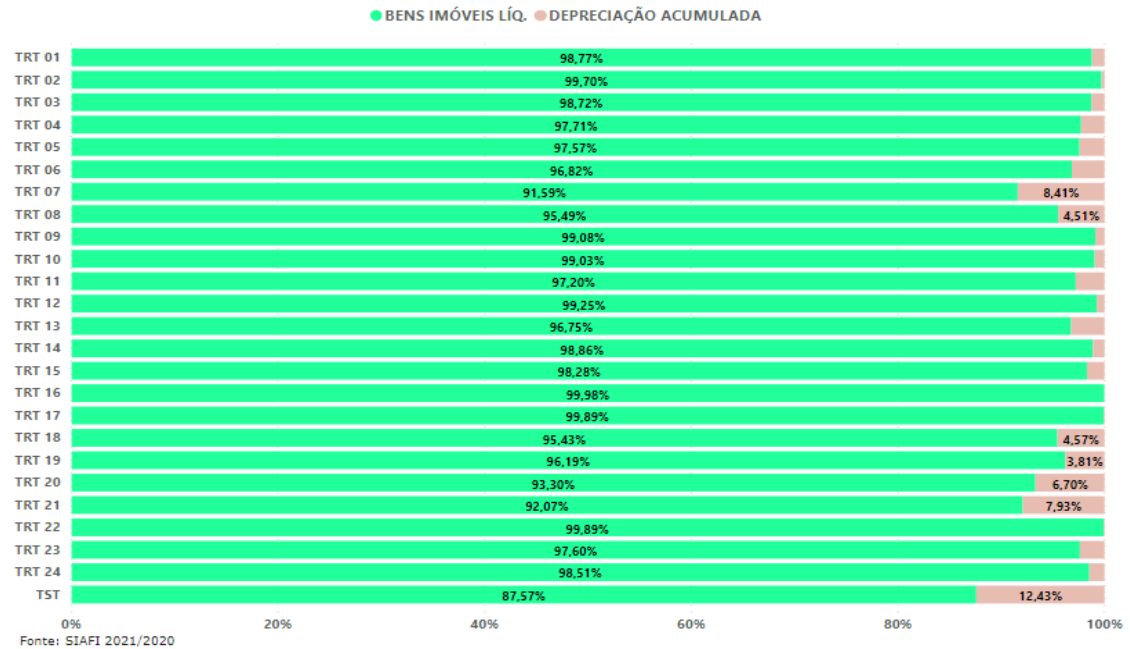
Fonte: SIAFI 2021/2020

Tabela 4.11 - Bens Imóveis por Tribunal

Jurisdição	BENS IMOVEIS					Var Absoluta
	31/03/2021	31/12/2020	AH	AV		
TRT 01	576,44	426,52	35,15%	10,32%	149,92	
TRT 15	563,26	563,26	0,00%	10,08%	0,00	
TRT 17	457,01	439,34	4,02%	8,18%	17,67	
TRT 02	443,81	443,36	0,10%	7,94%	0,45	
TRT 09	406,03	405,55	0,12%	7,27%	0,48	
TRT 03	387,60	387,55	0,01%	6,94%	0,05	
TRT 05	353,82	353,82	0,00%	6,33%	0,00	
TRT 04	270,39	270,31	0,03%	4,84%	0,08	
TRT 18	262,68	261,11	0,60%	4,70%	1,57	
TRT 23	255,82	257,06	-0,48%	4,58%	-1,24	
TST	252,10	252,09	0,00%	4,51%	0,01	
TRT 08	221,35	203,97	8,52%	3,96%	17,38	
TRT 12	137,96	137,96	0,00%	2,47%	0,00	
TRT 10	126,24	121,19	4,17%	2,26%	5,05	
TRT 06	110,36	90,77	21,58%	1,98%	19,59	
TRT 22	104,94	104,94	0,00%	1,88%	0,00	
TRT 11	96,11	101,18	-5,01%	1,72%	-5,07	
TRT 19	90,81	90,81	0,00%	1,63%	0,00	
TRT 24	89,89	89,89	0,00%	1,61%	0,00	
TRT 07	88,54	88,54	0,00%	1,58%	0,00	
TRT 21	78,68	78,68	0,00%	1,41%	0,00	
TRT 14	63,98	54,41	17,59%	1,15%	9,57	
TRT 13	60,67	60,67	0,00%	1,09%	0,00	
TRT 20	48,64	48,64	0,00%	0,87%	0,00	
TRT 16	40,20	40,20	0,00%	0,72%	0,00	
<b>Total</b>	<b>5.587,34</b>	<b>5.371,84</b>	<b>4,01%</b>	<b>100,00%</b>	<b>215,50</b>	

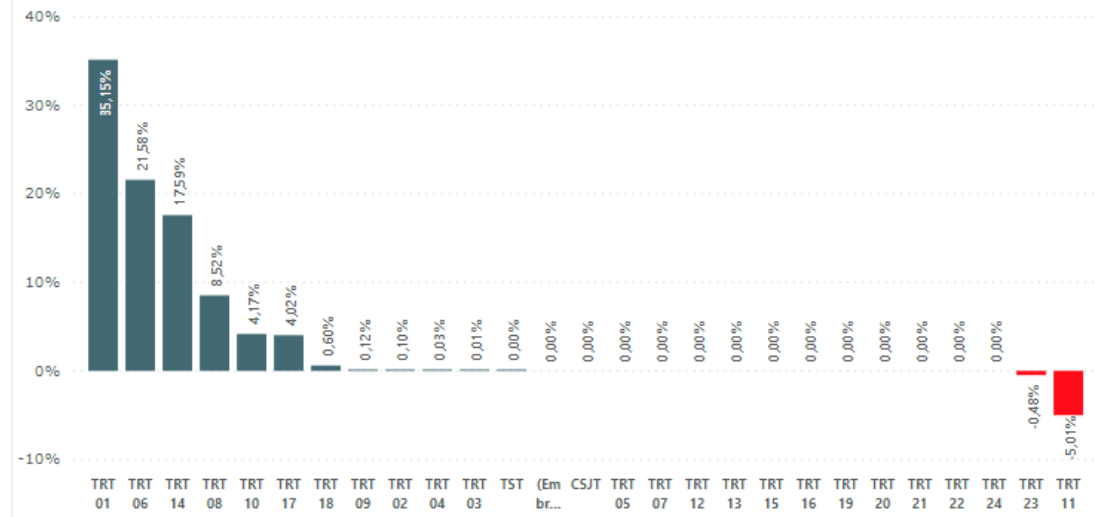
Fonte: SIAFI 2021/2020

Gráfico 4.12 - Bens Imóveis - Valor Líquido X Depreciação Acumulada



Fonte: SIAFI 2021/2020

Gráfico 4.13 - Variação do Bens Imóveis por Tribunal



Fonte: SIAFI 2021/2020

## Bens Imóveis

O valor contábil líquido dos Bens Imóveis é de R\$ 5,45 bilhões, o que corresponde a 87,42% do total líquido do subgrupo Ativo Imobilizado, e representam 52,39% de todo o Ativo.

Os bens de uso especial, cuja composição é apresentada na tabela 4.9 e no Gráfico 4.11 (painel 4.3), são os mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário da Justiça do Trabalho e são constituídos de Edificações e Terrenos. Eles representam 89,38% de participação sobre os R\$ 5,59 bilhões que totalizam o valor contábil bruto do grupo de contas da tabela de composição dos bens imóveis, conforme Tabela 4.8 e gráfico 4.10.

Os Bens Imóveis em Andamento correspondem a Estudos e Projetos e mais as Obras, cujas execuções não foram ainda concluídas. Os imóveis que se encontram, nesta condição, representam 9,52% do valor total dos imóveis. Embora haja menor priorização na destinação de recursos para obras, em decorrência da EC 95/2016, neste item houve um acréscimo de 0,40% no período, correspondentes a R\$ 2,14 milhões, conforme se observa na Tabela 4.8. Destacam-se as aplicações de recursos em obras, especialmente, pelos Tribunais Regionais do Trabalho das 17ª e 18ª Regiões, nas construções de suas respectivas sedes, cujos saldos são responsáveis por 71,53% do total aplicado até 31/03/2021.

As instalações correspondem às benfeitorias relevantes efetuadas em imóveis, como instalação de elevadores, salas cofres, painéis de energia solar, sistema de detecção e alarme de incêndio, grupo gerador, sistema contra descargas atmosféricas, etc. No período, houve um decréscimo de 2,91% (Tabela 4.8, painel 4.3), correspondentes a R\$ 1,75 milhões, pelas baixas promovidas pelo TRT da 11ª região, em razão da conclusão de instalações de elevadores e sala cofre, para posterior registro no sistema Spiunet.

Os Demais Bens Imóveis correspondem aos que se encontram pendentes de identificação ou de registro no cartório ou na Secretaria de Patrimônio da União - SPU e representam apenas 0,05% dos imóveis, conforme a Tabela 4.8.

A tabela 4.11 e o gráfico 4.13 (painel 4.4) elencam os Bens Imóveis por unidade da Justiça do Trabalho, por ordem decrescente das variações ocorridas nos períodos, de forma que ficam evidenciadas as maiores variações positivas e negativas.

Notam-se maiores variações positivas nos Tribunais das regiões 1ª - RJ, 6ª - PE e 14ª - RO/AC, enquanto o destaque das variações negativas ficou para o Tribunal da 11ª região - AM/RR. Os acréscimos decorreram de reavaliações, incorporação de novos imóveis, mudança de classificação e obras. Já o decréscimo mais representativo ocorreu no TRT da 11ª região, pelas baixas em instalações e obras em andamento, no valor de R\$ 5,07 milhões, realizadas no primeiro trimestre de 2021, com objetivo de incorporação aos imóveis registrados no sistema Spiunet.

Verifica-se a partir das informações da tabela 4.11 que 7 (sete) dos 25 (vinte e cinco) Tribunais possuem juntos 57,06% do valor bruto dos imóveis da Justiça do Trabalho. São os Tribunais das Regiões: 1ª - Rio de Janeiro (10,32%) 15ª - Campinas/SP (10,08%); 17ª - Espírito Santo (8,18%); 2ª - São Paulo (7,94%); 9ª - Paraná (7,27%), 3ª - Minas Gerais (6,94%) e 5ª - Bahia (6,33%).

Pela relevância dos bens de uso especial na composição do patrimônio imobiliário da Justiça do Trabalho (89,38% de acordo com a tabela 4.8), no painel 4.3 é apresentada a Tabela 4.9 com o detalhamento desses bens e comentários a seguir:

#### **Bens de Uso Especial - Registrados no sistema SPIUNET**

Os bens com valores mais representativos são os Edifícios (86,52%) e aumentaram 4,83%, ou seja, R\$ 199,16 milhões, seguidos de Terrenos (5,79%) que reduziram 0,23% no período (redução de R\$ 0,67 milhões).

A variação positiva, na conta de edifícios, ocorreu pela reavaliação positiva de Edifício pelo TRT 1ª Região, em fevereiro de 2021, no valor de R\$ 149,91 milhões. Houve, ainda, variação positiva nos TRT's 8ª (8,52%), 17ª (7,40%) e 14ª (17,66%), nos valores de R\$ 17,38, R\$ 15,10 e R\$ 9,57 milhões, respectivamente. Estas variações foram decorrentes de processos de reavaliações e de incorporações de novos valores aos imóveis.

#### **Bens de Uso Especial - Não registrados no sistema SPIUNET**

Houve variação positiva de 31/03/2021 em relação à 31/12/2020, correspondente a 6,97%, no valor de R\$ 15,32 milhões, de acordo com a Tabela 4.9 (painel 4.3). A variação é resultado das reavaliações positivas de Edifícios, realizadas no primeiro trimestre de 2021 pelo TRT da 6ª região.

#### **Depreciação Acumulada - Imóveis**

A conta Depreciação Acumulada registra a diminuição do valor dos elementos do ativo imobilizado, neste caso, dos bens imóveis, devido ao desgaste pelo uso, ação da natureza ou obsolescência.

A tabela 4.10 e o gráfico 4.12 (painel 4.4) ilustram o baixo grau de desgaste dos bens imóveis de cada Tribunal que integra a Justiça do Trabalho, de forma que todos, com exceção do TST, apresentam percentuais de depreciação abaixo dos 10%.

O cálculo da depreciação mensal vem sendo produzido pela Secretaria do Patrimônio da União – SPU e registrado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN na contabilidade dos órgãos federais, sem quaisquer interferências destes na interpretação e avaliação dos dados, face à impossibilidade da produção do valor da depreciação no próprio sistema de controle SPIUNET.

#### **Conciliação de Imóveis**

Este órgão vem realizando a conciliação dos Bens Imóveis de Uso Especial, verificando se os valores registrados no sistema SPIUnet estão compatíveis com os valores registrados no sistema SIAFI e constatando a compatibilidade, com exceção do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, que está registrando restrição em sua conformidade contábil mensal, devido a falta de registro de aproximadamente 29% de seus imóveis no sistema SPIUnet.

O Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região informa que foi criada comissão específica para tratar a questão junto à Secretaria do Patrimônio da União – SPU do Maranhão. De acordo com a conformidade contábil de março/2021, os imóveis existentes no sistema SPIUnet estão com seus valores atualizados, com reflexos no sistema SIAFI. Porém, ainda existem bens registrados na contabilidade do tribunal pendentes de registros no sistema SPIUnet.

Atualmente o regional alega que está tomando as providências necessárias para os devidos registros dos bens e respectivas depreciações.

## Painel 5 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais

Gráfico 5.1 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais - Composição



Fonte: SIAFI 2021/2020

Tabela 5.1 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais CP - Composição R\$ Milhões

CCon - Título (4)	31/03/2021	31/12/2020	AH	AV	Var Absoluta
PESSOAL A PAGAR	891,51	830,41	7,36%	97,71%	61,10
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	20,81	14,84	40,23%	2,28%	5,97
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR	0,05	0,00	100,00%	0,01%	0,05
BENEFICIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	0,00	0,02	-100,00%	0,00%	-0,02
<b>Total</b>	<b>912,38</b>	<b>845,27</b>	<b>7,94%</b>	<b>100,00%</b>	<b>67,11</b>

Fonte: SIAFI 2021/2020

Tabela 5.2 - Pessoal a Pagar Curto Prazo - Composição R\$ Milhões

Conta Contábil Nome	31/03/2021	31/12/2020	AH	AV	Var Absoluta
'= PRECATORIOS DE PESSOAL	381,49	380,66	0,22%	42,79%	0,83
FERIAS A PAGAR	351,12	332,39	5,63%	39,39%	18,73
'= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR	107,64	107,38	0,24%	12,07%	0,26
DECIMO TERCEIRO SALARIO A PAGAR	40,41	0,00	100,00%	4,53%	40,41
'= SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIOS	10,84	9,98	8,62%	1,22%	0,86
<b>Total</b>	<b>891,51</b>	<b>830,41</b>	<b>7,36%</b>	<b>100,00%</b>	<b>61,10</b>

Fonte: SIAFI 2021/2020

Tabela 5.3 - Obrig Trab., Previd. e Assistenciais LP - Composição R\$ Milhões

CCon - Título (4)	31/03/2021	31/12/2020	AH	AV	Var Absoluta
PESSOAL A PAGAR	199,46	192,57	3,58%	98,80%	6,89
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	2,42	2,58	-6,20%	1,20%	-0,16
<b>Total</b>	<b>201,87</b>	<b>195,16</b>	<b>3,44%</b>	<b>100,00%</b>	<b>6,71</b>

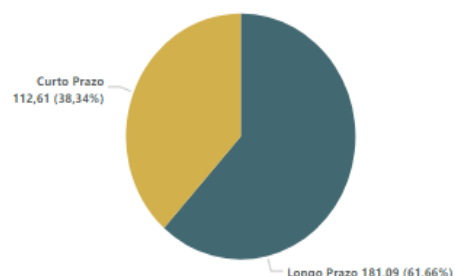
Fonte: SIAFI 2021/2020

Tabela 5.4 - Pessoal a Pagar Longo Prazo - Composição R\$ Milhões

Conta Contábil Nome	31/03/2021	31/12/2020	AH	AV	Var Absoluta
'= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR	178,67	179,05	-0,21%	89,58%	-0,38
PESSOAL A PAGAR	20,79	13,52	53,77%	10,42%	7,27
<b>Total</b>	<b>199,46</b>	<b>192,57</b>	<b>3,58%</b>	<b>100,00%</b>	<b>6,89</b>

Fonte: SIAFI 2021/2020

Tabela 5.2 - Obrigações Trabalhistas e Outros Encargos Sociais a Pagar R\$ Milhões



Fonte: SIAFI 2021/2020

Tabela 5.5 - Obrigações Trabalhistas e Outros Encargos Sociais a Pagar CP R\$ Milhões

Tipo de Passivo	31/03/2021	31/12/2020	AH	AV	Var Absoluta
URV - Unidade Referencial de Valor	65,99	65,71	0,00	58,60%	0,28
PAE - Parcela Autônoma de Equivalência (Auxílio Moradia)	14,06	14,05	0,00	12,49%	0,01
Outros Passivos	11,78	11,10	0,06	10,46%	0,68
Diferença de Remuneração - vencimento, GAJ (Lei 8.112/90, art. 40 a 48)	7,71	7,93	-0,03	6,85%	-0,22
VPNI - Incorporações/atualizações de quintos/décimos	4,04	4,04	0,00	3,59%	0,00
Demais Passivos	2,41	2,96	-0,19	2,14%	-0,55
Diferença de Proventos e Pensões (Lei 8.112/90, art.189)	2,36	2,40	-0,02	2,10%	-0,04
Gratíf. Exerc. Cumulativo de Jurisdição GECJ	2,14	2,10	0,02	1,90%	0,04
Abono de Permanência	2,11	2,07	0,02	1,87%	0,04
<b>Total</b>	<b>112,61</b>	<b>112,36</b>	<b>0,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>0,25</b>

Fonte: SIAFI 2021/2020

Tabela 5.6 - Obrigações Trabalhistas e Outros Encargos Sociais a Pagar LP R\$ Milhões

Tipo de Passivo	31/03/2021	31/12/2020	AH	AV	Var Absoluta
Demais Passivos	5,05	5,81	-0,13	2,79%	-0,76
Licença Prêmio Indenizada (Resolução CSJT Nº 72/2010)	1,96	2,10	-0,07	1,08%	-0,14
Diferença de Proventos e Pensões (Lei 8.112/90, art.189)	9,48	9,71	-0,02	5,23%	-0,23
Diferença de Gratificações - funções comissionadas e cargos em comissões (Lei 8.112/90, art. 62)	3,29	3,29	0,00	1,82%	0,00
VPNI - Incorporações/atualizações de quintos/décimos	96,45	96,45	0,00	53,26%	0,00
PAE - Parcela Autônoma de Equivalência (Auxílio Moradia)	40,42	40,16	0,01	22,32%	0,26
Gratíf. Exerc. Cumulativo de Jurisdição GECJ	4,01	3,97	0,01	2,21%	0,04
Outros Passivos	16,93	16,68	0,01	9,35%	0,25
URV - Unidade Referencial de Valor	3,50	3,44	0,02	1,93%	0,06
<b>Total</b>	<b>181,09</b>	<b>181,63</b>	<b>0,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>-0,54</b>

Fonte: SIAFI 2021/2020

## **Nota 5 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais**

As Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar, a curto e a longo prazo, compreendem as obrigações referentes a salários e remunerações - inclusive os benefícios aos quais os servidores e empregados têm direito - aposentadorias, reformas, pensões, encargos e benefícios assistenciais, bem como os precatórios decorrentes dessas obrigações.

De acordo com o Balanço Patrimonial, o saldo das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo corresponde a 72,85% do total de R\$ 1.252,34 milhões do Passivo Circulante. Já as Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais alocadas no longo prazo correspondem a 76,94% do montante de R\$ 262,38 milhões do Passivo Não Circulante. Como se observa no Gráfico 5.1 do Painel 5, a maior parcela dessas obrigações – ou seja, 81,2% delas – é exigível no curto prazo.

A Tabela 5.1 do Painel 5 detalha as Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar no curto prazo. Nela é possível ver que essas obrigações aumentaram 7,94% comparando a 2020, ou seja, R\$ 67,11 milhões. Essa variação é formada principalmente pela movimentação na conta de Pessoal a Pagar.

Conforme Tabela 5.2 do Painel 5, a conta de Pessoal a Pagar – parte integrante das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais – é utilizada para registrar passivos decorrentes de fluxo normal de folha de pagamento (férias a pagar; décimo terceiro salário a pagar; e salários, remunerações e benefícios a pagar), precatórios de pessoal (que são dívidas da União reconhecidas pela Justiça do Trabalho) e Obrigações Trabalhistas a Pagar (grandes passivos da Justiça do Trabalho reconhecidos no âmbito administrativo, tais como Parcela Autônoma de Equivalência – PAE, Adicional de Tempo de Serviço – ATS e Vantagem Pecuniária Nominalmente Identificada – VPNI, registrados separadamente por força do Acórdão Nº 1485/2012 TCU). A variação positiva na conta de Precatórios de Pessoal, no valor de R\$ 0,83 milhões, foi decorrente da quitação do débito e da baixa de valores indevidos.

A conta de Pessoal a Pagar apresenta saldo de R\$ 351,12 milhões de Férias a Pagar, correspondente a apropriação de passivo por competências abatidas dos adiantamentos aos servidores e empregados, conforme normas contábeis vigentes. A conta Décimo Terceiro Salário a pagar no valor de R\$ 40,41 milhões aumento decorrente de pagamentos diversos (provisões) e baixa no saldo da conta de Ativo, conforme item 4.2.2.4 da Macrofunção 02.11.42 efetuados pelos TRTs da 1ª, 2ª e 24ª Região.

No Curto Prazo, 42,79% das obrigações de Pessoal a Pagar (Tabela 5.2 do Painel 5) são os Precatórios de Pessoal, que correspondem a passivos de outros órgãos do orçamento fiscal, condenados na instância trabalhista, contabilizados pela Justiça do Trabalho, que é responsável pelo pagamento dessas sentenças aos respectivos detentores dos direitos. Já no Longo Prazo, a conta de Pessoal a Pagar mais representativa é Obrigações Trabalhistas a Pagar (89,58% do grupo, conforme Tabela 5.4 do Painel 5). As Obrigações Trabalhistas a Pagar abrangem passivos decorrentes de reconhecimento de direitos dos servidores da Justiça do Trabalho em decisões administrativas.

A Tabela 5.3 do Painel 5 detalha as Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar de longo prazo. Nela é possível ver que essas obrigações apresentaram um aumento de 3,44% no período analisado, o que corresponde a R\$ 6,71 milhões. Esse aumento foi provocada, principalmente, pelo acréscimo de R\$ 6,89 milhões na conta de Pessoal a Pagar, cuja composição, encontra-se na Tabela 5.4 do Painel 5. No período, houve redução de R\$ 0,38 milhões na conta de Obrigações Trabalhistas a Pagar – decorrente principalmente de baixa de

passivo de auxílio moradia de magistrado e de diferença de pensão de servidor pelo TRT da 4ª Região, de baixa de passivo decorrente de incorpor/actual quintos/déc servidores pelo TRT da 1ª Região e transferências para o curto prazo – e aumento de R\$ 7,27 milhões na conta de Pessoal a Pagar – referente à apropriação de férias a pagar de longo prazo.

Como os Precatórios de Pessoal são despesas incorridas por outros órgãos cujos passivos são pagos pela Justiça do Trabalho, as Obrigações Trabalhistas a Pagar e os Outros Encargos Sociais relacionados a elas configuram o maior passivo de fato da Justiça do Trabalho. O Gráfico 5.2 do Painel 5 evidencia sua distribuição quanto ao prazo de exigibilidade. De acordo ele, 61,66% dessas obrigações estão alocadas para pagamento no Longo Prazo, o equivalente a um montante de R\$ 181,09 milhões e 69,02% do total do Passivo Não Circulante.

A Tabela 5.5 do Painel 5 detalha a variação das Obrigações Trabalhistas a Pagar de Curto Prazo e dos encargos sociais ligados a elas por tipo de passivo. Ela relaciona os principais passivos de pessoal da Justiça do Trabalho contabilizados no curto prazo até 31/03/2021. É possível identificar que não houve variação em relação a 31/12/ 2020, reflete o resultado principalmente do pagamento de passivos decorrentes de diferenças de folhas de pagamento e outros passivos anteriores a 2020, autorizado em Ofício Circular CSJT.GP.SG.SEOFI Nº 66/2020.

Em 31/03/2021, esses passivos totalizaram R\$ 112,61 milhões, compostos com as seguintes contas: Obrigações Trabalhistas a Pagar (R\$ 107,64 milhões) e Outros Encargos Sociais (R\$ 4,97 milhões). Conforme Tabela 5.5, os passivos que apresentaram as maiores variações foram:

a) Obrigações por Parcela Autônoma de Equivalência (PAE) referente a incidência de juros e correção monetária sobre o valor correspondente ao auxílio-moradia não pago na época própria e escalonamento na remuneração dos magistrados entre os anos de 1995 a 1999: tiveram seu valor diminuído em R\$ 0,01 milhões. Essa redução foi ocasionada, principalmente, por pagamento de passivos administrativos de exercícios anteriores pelo TRT da 3ª Região, reclassificação para o longo prazo pelo TRT da 8ª Região e baixa de passivo pelo TRT da 9ª Região;

b) Obrigações por Diferenças em Proventos e Pensões: redução de 0,02% correspondentes ao valor de R\$ 0,04 milhões, em relação a 2020, provocada pelo pagamento de passivos de exercícios anteriores pelos TRTs da 3ª Região e da 9ª Região;

c) Obrigações por Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição (GECJ) aos magistrados: tiveram seu valor aumentado em R\$ 0,04 milhões. Esse aumento foi ocasionado pela criação de nova classificação de passivo devido ao seu volume, uma vez que, anteriormente, essas obrigações vinham sendo registradas na classificação genérica de “outros passivos”; e

d) Obrigações por URV – Unidade Referencial de Valor, decorrentes da implantação do Plano Real: tiveram seu valor aumentado em R\$ 0,28 milhões. Esse aumento foi ocasionado principalmente pelo registro de novos passivos administrativos pelos TRTs da 3ª, 9ª e da 15ª Regiões.

A Tabela 5.6 do Painel 5 detalha a variação das Obrigações Trabalhistas a Pagar e Outros Encargos Sociais de Longo Prazo por tipo de passivo. Em 31/03/2021, o saldo evidenciado na Tabela 5.6 estava dividido da seguinte forma: R\$ 179,05 milhões de Obrigações Trabalhistas a Pagar e R\$ 2,58 milhões de Outros Encargos Sociais. Os passivos de pessoal de Longo Prazo com variações mais relevantes no período foram:

a) Obrigações decorrentes de PAE – Parcela Autônoma de Equivalência (Auxílio Moradia): tiveram seu saldo aumentado em 0,01%, o equivalente a R\$ 0,26 milhões. Essa redução se deu, principalmente, por reclassificação para o curto prazo pelo TRT da 7ª Região e baixas após conciliações efetuadas pelos TRT da 5ª Região;

b) Obrigações por Diferenças em Proventos e Pensões: redução de 0,02% correspondentes ao valor de R\$ 0,23 milhões, em relação a 31/12/2020, provocado pela reclassificação e atualização de valores feitas pelo TRT da 5ª Região.



## Painel 6 – Patrimônio Líquido

Tabela 6.1- Patrimônio Líquido - Composição

CCon - Item (6) Grupo PL	R\$ Milhões				
	31/03/2021	31/12/2020	AH	AV	Var Absoluta
RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	8.070,20	7.092,17	13,79%	90,74%	978,03
RESULTADO DO EXERCÍCIO	858,02	491,19	74,68%	9,65%	366,83
Outro	-0,23	0,00	100,00%	0,00%	-0,23
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-33,89	486,84	-106,96%	-0,38%	-520,73
<b>Total SIAFI 2021/2020</b>	<b>8.894,10</b>	<b>8.070,20</b>	<b>10,21%</b>	<b>100,00%</b>	<b>823,90</b>

Tabela 6.3 - Ajustes de Exercícios Anteriores - Por Tribunal

Jurisdição	R\$ Milhões				
	31/03/2021	31/12/2020	AH	AV	Var Absoluta
TRT 17	-9,39	2,10	-547,14%	27,69%	-11,49
TRT 03	-9,16	-16,03	-42,86%	27,01%	6,87
TRT 14	-3,64	0,77	-572,73%	10,75%	-4,41
TRT 06	-2,29	9,64	-123,76%	6,77%	-11,93
TRT 10	-2,02	-0,95	112,63%	5,95%	-1,07
CSJT	-1,46	139,48	-101,05%	4,31%	-140,94
TRT 05	-1,33	109,83	-101,21%	3,93%	-111,16
TRT 02	-1,18	110,19	-101,07%	3,47%	-111,37
TRT 22	-1,14	-2,76	-58,70%	3,38%	1,62
TRT 23	-0,75	0,11	-781,82%	2,21%	-0,86
TRT 07	-0,74	-0,63	17,46%	2,19%	-0,11
TRT 08	-0,61	11,00	-105,55%	1,80%	-11,61
TRT 12	-0,33	-47,27	-99,30%	0,96%	46,94
TRT 18	-0,31	-5,03	-93,84%	0,92%	4,72
TST	-0,20	-0,88	-77,27%	0,59%	0,68
TRT 04	-0,14	-6,31	-97,78%	0,42%	6,17
TRT 21	-0,10	-12,21	-99,18%	0,30%	12,11
TRT 16	-0,02	-11,15	-99,82%	0,05%	11,13
TRT 20	-0,02	-0,10	-80,00%	0,05%	0,08
TRT 01	0,00	188,91	-100,00%	0,00%	-188,91
TRT 15	0,00	16,46	-100,00%	0,00%	-16,46
TRT 19	0,00	0,49	-100,00%	0,00%	-0,49
TRT 24	0,00	0,04	-100,00%	0,00%	-0,04
TRT 13	0,02	1,25	-98,40%	-0,06%	-1,23
TRT 11	0,91	-0,10	-1010,00%	-2,70%	1,01
<b>Total</b>	<b>-33,89</b>	<b>486,84</b>	<b>-106,96%</b>	<b>100,00%</b>	<b>-520,73</b>

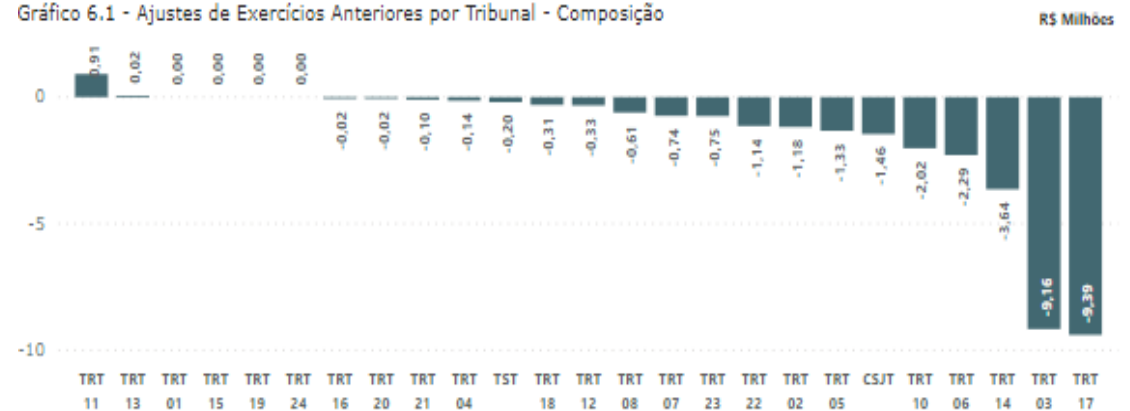
Fonte: SIAFI 2021/2020

Tabela 6.2- Resultado de Exercícios Anteriores - Por Tribunal

CCon - Item (6) Grupo PL	R\$ Milhões				
	31/03/2021	31/12/2020	AH	AV	Var Absoluta
<b>RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>8.070,20</b>	<b>7.092,17</b>	<b>13,79%</b>	<b>100,00%</b>	<b>978,03</b>
CSJT	1.707,01	1.428,76	19,47%	21,15%	278,25
TRT 15	606,94	578,36	4,94%	7,52%	28,58
TRT 02	502,34	383,64	30,94%	6,22%	118,70
TRT 17	485,48	460,76	5,37%	6,02%	24,72
TRT 03	453,80	371,45	22,17%	5,62%	82,35
TRT 01	418,94	193,74	116,24%	5,19%	225,20
TRT 05	414,02	303,00	36,64%	5,13%	111,02
TST	405,21	369,32	9,72%	5,02%	35,89
TRT 09	403,62	351,93	14,69%	5,00%	51,69
TRT 04	297,52	251,69	18,21%	3,69%	45,83
TRT 23	284,04	259,15	9,60%	3,52%	24,89
TRT 18	283,73	246,27	15,21%	3,52%	37,46
TRT 08	241,94	219,71	10,12%	3,00%	22,23
TRT 06	187,02	246,89	-24,25%	2,32%	-59,87
TRT 10	177,42	177,21	0,12%	2,20%	0,21
TRT 12	171,54	227,22	-24,50%	2,13%	-55,68
TRT 11	161,91	149,39	8,38%	2,01%	12,52
TRT 22	128,42	111,16	15,53%	1,59%	17,26
TRT 19	116,80	123,81	-5,66%	1,45%	-7,01
TRT 24	112,38	109,72	2,42%	1,39%	2,66
TRT 21	107,21	113,91	-5,88%	1,33%	-6,70
TRT 07	93,67	102,96	-9,02%	1,16%	-9,29
TRT 14	84,31	80,36	4,92%	1,04%	3,95
TRT 20	83,95	82,18	2,15%	1,04%	1,77
TRT 13	77,17	75,05	2,82%	0,96%	2,12
TRT 16	63,80	74,52	-14,39%	0,79%	-10,72
<b>Total</b>	<b>8.070,20</b>	<b>7.092,17</b>	<b>13,79%</b>	<b>100,00%</b>	<b>978,03</b>

Fonte: SIAFI 2021/2020

Gráfico 6.1 - Ajustes de Exercícios Anteriores por Tribunal - Composição



Fonte: SIAFI 2021/2020

## Nota 6 – Patrimônio Líquido

Na Tabela 6.1 do Painel 6 está detalhada a composição do Patrimônio Líquido da Justiça do Trabalho em 31/03/2021. Em 2020, o Patrimônio Líquido da Justiça do Trabalho totalizou R\$ 8.894,10 milhões, composto por: Resultados de Exercícios Anteriores (90,74%), Resultado de 2020 (9,65%) e Ajustes de Exercícios Anteriores (-0,38%). Conforme Tabela 6.1, percebemos que o Patrimônio Líquido da Justiça do Trabalho reduziu R\$ 33,89 milhões em 2020, esse valor corresponde aos Ajustes de Exercícios Anteriores efetuados no período.

A variação positiva, observada na Tabela 6.1 do Painel 6, de R\$ 978,03 milhões nos Resultados de Exercícios Anteriores corresponde à incorporação na conta do resultado (superávit) de 2020 no valor de R\$ 491,19 milhões e dos ajustes de exercícios anteriores em 2020, no valor de R\$ 486,84 milhões. Com isso, conforme Tabela 6.1, percebe-se que o Patrimônio Líquido da Justiça do Trabalho aumentou R\$ 823,90 milhões em 2021, por conta do Resultado do Exercício e dos Ajustes de Exercícios Anteriores efetuados no período.

O Resultado do Exercício 2021, quando comparado a 2020, foi maior em 74,68%, correspondentes a R\$ 366,83 milhões, resultado impactado principalmente pela redução na VPA de transferências e delegações recebidas.

A Tabela 6.2 do Painel 6 detalha a participação de cada tribunal na variação positiva de R\$ 978,03 milhões ocorrida nos Resultados de Exercícios Anteriores. As variações mais relevantes no período são as seguintes:

a) maior variação positiva de R\$ 278,25 milhões (19,47%) na Setorial Orçamentária, Financeira e Contábil da Justiça do Trabalho. Esse aumento foi ocasionado exclusivamente pela contabilização do superávit do exercício de 2020, cujo maior responsável é o recebimento de transferências que ficaram entesouradas na Setorial.

b) segunda maior variação positiva de R\$ 225,20 milhões (116,24%) no TRT da 1ª Região. Esse aumento foi ocasionado pela contabilização do superávit do exercício de 2020 (R\$ 36,29 milhões) e pelos ajustes positivos de exercícios anteriores no valor de R\$ 188,91 milhões ocorridos em 2020;

c) terceira maior variação positiva de R\$ 118,70 milhões (30,94%) no TRT da 2ª Região. Esse aumento foi ocasionado pela contabilização do superávit do exercício de 2020 (R\$ 8,50 milhões) e pelos ajustes positivos de exercícios anteriores de R\$ 110,19 milhões ocorridos em 2019;

d) maior variação negativa de R\$ 59,87 milhões (-24,25%) no TRT da 6ª Região. Essa redução se deu pela contabilização do superávit do exercício de 2020 de R\$ 9,64 milhões e pelos ajustes negativos de exercícios anteriores reconhecidos em 2020 no valor de R\$ 69,51 milhões.

Os Ajustes de Exercícios Anteriores sofreram redução de 106,96% em relação aos ajustes efetuados em 2020 e os saldos estão detalhados por Tribunal na Tabela 6.3 do Painel 6. Esses ajustes registram os efeitos de mudança de critério contábil ou de retificação de erro imputável a exercício anterior que não possa ser atribuído a fatos subsequentes. Conforme Tabela 6.3, o total líquido de Ajustes de Exercícios Anteriores efetuados em 2021 foi R\$ 33,89 milhões. Esse total se refere ao somatório dos ajustes positivos (R\$ 0,93 milhões) abatidos dos ajustes negativos (R\$ 34,82 milhões). A contribuição de cada Unidade nesse total é vista no Gráfico 6.1 do Painel 6. Sendo assim, os ajustes mais relevantes no período foram:

a) Ajuste positivo de R\$ 0,91 milhões feito pelo TRT da 11ª Região, decorrente, principalmente, de atualização dos passivos com pessoal, em atenção a Nota Técnica SEOFI/CSJT nº 1/2019 e reclassificação da conta ajuste de exercícios anteriores para conta superávits ou déficits;

b) Ajuste positivo de R\$ 0,02 milhões feito pelo TRT da 13ª Região, decorrente de registro de transferência externa de bens moveis para o Ministério da Defesa conforme Temo de Transferência 004/2019;

c) Ajuste negativo de R\$ 9,39 milhões feito pelo TRT da 17ª Região. Esse valor foi ocasionado, principalmente, pela baixa de pessoal a pagar, reclassificação da conta ajuste de exercícios anteriores para conta superávits ou déficits e a baixa da conta do ativo;

d) Ajuste negativo de R\$ 9,16 milhões feito pelo TRT da 3ª Região, decorrente, em maior parte, da reclassificação da conta ajuste de exercícios anteriores para conta superávits ou déficits e de apropriações de passivo de exercícios;

e) Ajuste negativo de R\$ 3,64 milhões feito pelo Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região. Esse ajuste corresponde principalmente à baixa de valor recebido de receita da fonte 181, realizada em fevereiro de 2021, mas referente a ano 2020 e reclassificação da conta ajuste de exercícios anteriores para conta superávits ou déficits e de apropriações de passivo de exercícios.

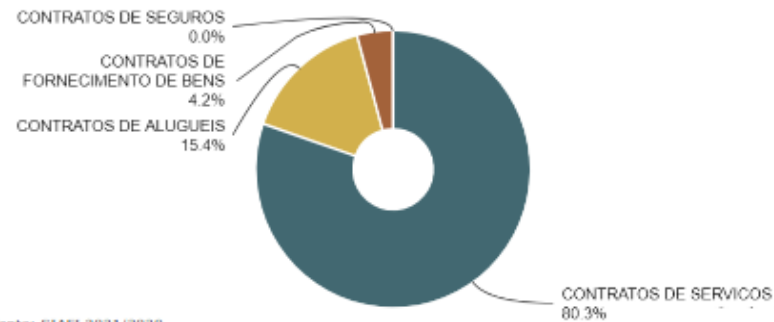
## Painel 7 – Atos Potenciais Passivos

Tabela 7.1 - Atos Potenciais Passivos - Obrigações Contratuais - Execução

CCon - Título (4)	R\$ Milhões				
	31/03/2021	Executados	A Executar	%Execução	AV
<b>EXECUCAO DE OBRIGACOES CONTRATUAIS</b>	<b>1.834,75</b>	<b>154,27</b>	<b>1.680,48</b>	<b>8,41%</b>	<b>100,00%</b>
CONTRATOS DE SERVICOS	1.473,70	135,29	1.338,41	9,18%	80,32%
CONTRATOS DE ALUGUEIS	283,15	15,67	267,48	5,53%	15,43%
CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE BENS	77,32	3,04	74,28	3,93%	4,21%
CONTRATOS DE SEGUROS	0,58	0,26	0,32	44,83%	0,03%
Outro	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
<b>Total</b>	<b>1.834,75</b>	<b>154,27</b>	<b>1.680,48</b>	<b>8,41%</b>	<b>100,00%</b>

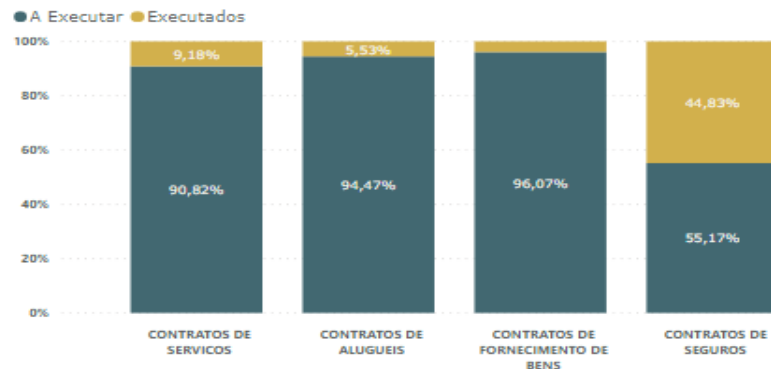
Fonte: SIAFI 2021/2020

Gráfico 7.1 - Atos Potenciais Passivos - Obrigações Contratuais - Composição



Fonte: SIAFI 2021/2020

Gráfico 7.2 - Atos Potenciais Passivos - Obrigações Contratuais - Execução



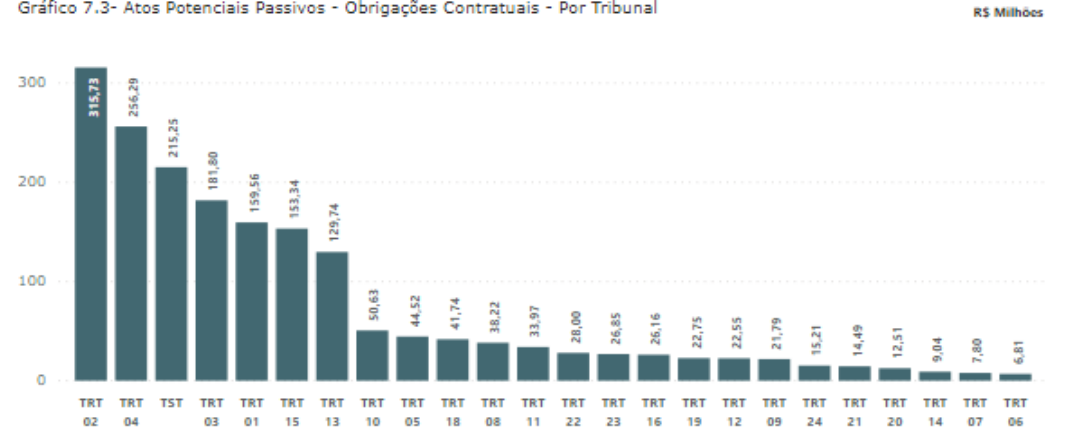
Fonte: SIAFI 2021/2020

Tabela 7.2 - Atos Potenciais Passivos - Obrigações Contratuais - Por Tribunal

Jurisdição	31/03/2021	31/12/2020	AH	AV	R\$ Milhões Absoluta
TRT 02	315,73	479,49	-34,15%	17,21%	-163,76
TRT 04	256,29	333,02	-23,04%	13,97%	-76,73
TST	215,25	292,51	-26,41%	11,73%	-77,26
TRT 03	181,80	231,67	-21,53%	9,91%	-49,87
TRT 01	159,56	234,58	-31,98%	8,70%	-75,02
TRT 15	153,34	195,46	-21,55%	8,36%	-42,12
TRT 13	129,74	147,02	-11,75%	7,07%	-17,28
TRT 10	50,63	79,75	-36,51%	2,76%	-29,12
TRT 05	44,52	69,75	-36,17%	2,43%	-25,23
TRT 18	41,74	84,87	-50,82%	2,28%	-43,13
TRT 08	38,22	62,51	-38,86%	2,08%	-24,29
TRT 11	33,97	58,71	-42,14%	1,85%	-24,74
TRT 22	28,00	35,82	-21,83%	1,53%	-7,82
TRT 23	26,85	37,66	-28,70%	1,46%	-10,81
TRT 16	26,16	37,43	-30,11%	1,43%	-11,27
TRT 19	22,75	33,83	-32,75%	1,24%	-11,08
TRT 12	22,55	33,95	-33,58%	1,23%	-11,40
TRT 09	21,79	40,19	-45,78%	1,19%	-18,40
TRT 24	15,21	22,28	-31,73%	0,83%	-7,07
TRT 21	14,49	22,72	-36,22%	0,79%	-8,23
TRT 20	12,51	20,80	-39,86%	0,68%	-8,29
TRT 14	9,04	9,04	0,00%	0,49%	0,00
TRT 07	7,80	18,50	-57,84%	0,43%	-10,70
TRT 06	6,81	24,75	-72,48%	0,37%	-17,94
<b>Total</b>	<b>1.834,75</b>	<b>2.606,30</b>	<b>-29,60%</b>	<b>100,00%</b>	<b>-771,55</b>

Fonte: SIAFI 2021/2020

Gráfico 7.3- Atos Potenciais Passivos - Obrigações Contratuais - Por Tribunal



Fonte: SIAFI 2021/2020

## Nota 7 – Atos Potências Passivos

Os Atos Potenciais abrangem situações não compreendidas no Patrimônio do órgão, mas que, direta ou indiretamente, possam vir a afetá-lo, exclusive atos e fatos ligados a execução orçamentária e financeira e contas com função típica de controle. Na Justiça do Trabalho, 99,88% dos atos potenciais passivos correspondem às obrigações contratuais.

O Gráfico 7.1 do Painel 7 identifica as obrigações contratuais do órgão a executar por natureza do contrato em 31/03/2021. Nele, é possível ver que 80,3% dessas obrigações são com contratos de Serviços; 15,4%, com contratos de aluguéis; e 4,2%, com contratos de fornecimento de bens.

A Tabela 7.1 do Painel 7 evidencia que 8,41% das obrigações da Justiça do Trabalho contratadas até 31/12/2020 foram realizadas no primeiro trimestre de 2021. Conforme Gráfico 7.2 do Painel 7, os contratos de Seguros foram baixados em 44,83% de seu valor, os contratos de Serviços foram baixados em 9,18%, os de Fornecimento de Bens foram baixados a uma taxa de 3,93% e os contratos de Aluguéis foram baixados em 5,53%.

Na Tabela 7.2 do Painel 7, encontram-se as obrigações contratuais executadas e a executar distribuídas pelas unidades da Justiça do Trabalho. Nela, vemos que todas as unidades sofreram variações em seus valores contratados, com exceção do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, cujo valor permaneceu inalterado nos períodos comparados, porquanto o tribunal ainda está implementando o controle dos atos potenciais. As maiores variações foram:

- a) TRT da 2ª Região: redução de R\$ 163,76 milhões;
- b) TST: redução de R\$ 77,26 milhões;
- c) TRT da 4ª Região: redução de R\$ 76,73 milhões;
- d) TRT da 1ª Região: redução de R\$ 75,02 milhões;
- e) TRT da 3ª Região: redução de R\$ 49,87 milhões;
- f) TRT da 15ª Região: redução de R\$ 42,12 milhões;
- g) TRT da 10ª Região: redução de R\$ 29,12 milhões.
- h) TRT da 5ª Região: redução de R\$ 25,23 milhões;
- i) TRT da 6ª Região: redução de R\$ 17,94 milhões;

Os dez contratos a executar mais significativos monetariamente em 31/03/2021 somam R\$ 1.834,75 milhões – ou seja, 109,18% de participação nos R\$ 1.680,48 milhões que totalizam o grupo. Eles estão relacionados a seguir, juntamente com seu respectivo saldo a executar:

- 1) Unimed Porto Alegre Cooperativa de Trabalho Médico: R\$ 192,96 milhões (11,51% do total) - prestação de serviços de assistência médica aos servidores e magistrados do o TRT da 4ª Região;
- 2) Unimed João Pessoa Cooperativa de Trabalho Médico: R\$ 112,39 milhões (6,69% do total) - prestação de serviços de assistência médica aos servidores e magistrados do TRT da 13ª Região;
- 3) Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos: R\$ 80,06 milhões (4,76% do total) – contratos de prestação de serviços de malote, coleta, transporte e entrega de correspondência agrupada firmados com todos os tribunais, exceto TST e TRT da 9ª Região;
- 4) Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico: R\$ 74,84 milhões (4,45%) – prestação de serviços de assistência médica aos servidores e magistrados do TRT da 3ª Região;
- 5) Unimed Seguros de Saúde S/A: R\$ 45,22 milhões (2,69% do total) – prestação de serviços de assistência médica aos servidores e magistrados do TRT da 1ª Região e da 20ª Região;

- 6) BR Properties S.A.: R\$ 41,43 milhões (2,47%) – contratos de aluguéis com o TRT da 2ª Região;
- 7) TST Saúde: R\$ 33,28 milhões (1,98%) – contrato com o benefício de assistência médica e odontológica a servidores civis, empregados, militares e seus dependentes firmado com TST;
- 8) Positivo Tecnologia S.A.: R\$ 26,50 milhões (1,58% do total) – fornecimento de equipamentos de informática aos TRT da 2ª, 16ª e 19ª Região;
- 9) Credenciamento do TST Saúde: R\$ 21,98 milhões (1,31%) – contrato com o benefício de assistência médica e odontológica a servidores civis, empregados, militares e seus dependentes firmado com TST;
- 10) Notre Dame Intermédica Saúde S.A.: R\$ 18,58 milhões (1,10%) – prestação de serviços de assistência médica aos servidores e magistrados dos TRT da 2ª Região;

## Painel 8.1 – Resultado Patrimonial

Tabela 8.1 - Apuração Resultado Patrimonial

CCon - Classe (1)	R\$ Milhões			
	31/03/2021	31/03/2020	AH	Var Absoluta
VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	11.654,70	11.299,92	3,14%	354,78
VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	10.796,68	10.572,67	2,12%	224,01

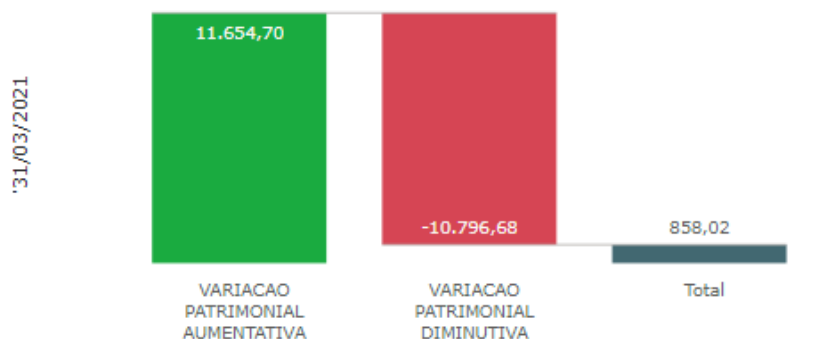
### Resultado Patrimonial

'31/03/2021	'31/03/2020	A H	VarAbsoluta
858,02	727,25	17,98%	130,77

Fonte: SIAFI 2021/2020

Gráfico 8.1 - Resultado Patrimonial - 2º Período

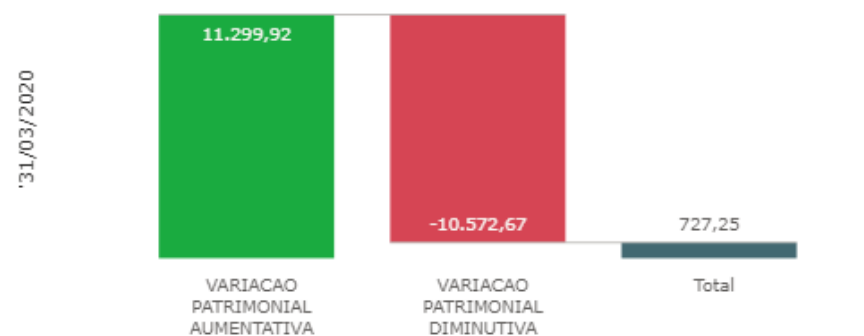
● Aumentar ● Diminuir ● Total



Fonte: SIAFI 2021/2020

Gráfico 8.2 - Resultado Patrimonial - 1º Período

● Aumentar ● Diminuir ● Total



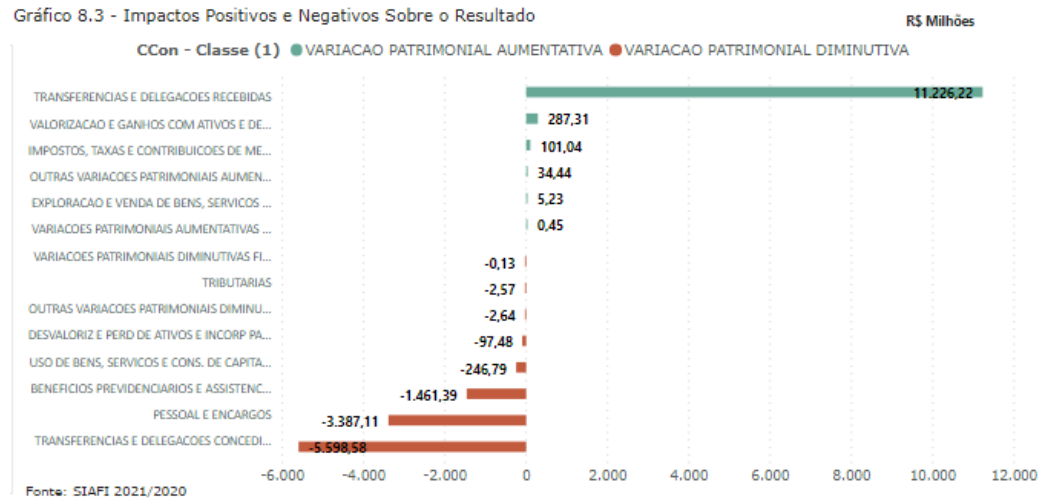
Fonte: SIAFI 2021/2020

Tabela 8.2 - Impactos Positivos e Negativos Sobre o Resultado

CCon - Classe (1)	'31/03/2021	R\$ Milhões
<b>VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA</b>	<b>11.654,70</b>	
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	11.226,22	
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESEN PASSI	287,31	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	101,04	
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	34,44	
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREIT	5,23	
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIR	0,45	
<b>VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA</b>	<b>-10.796,68</b>	
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRA	-0,13	
TRIBUTARIAS	-2,57	
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	-2,64	
DESVALORIZ E PERD DE ATIVOS E INCORP PASSIVOS	-97,48	
USO DE BENS, SERVICOS E CONS. DE CAPITAL FIXO	-246,79	
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	-1.461,39	
PESSOAL E ENCARGOS	-3.387,11	
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	-5.598,58	
<b>Total</b>	<b>858,02</b>	

Fonte: SIAFI 2021/2020

Gráfico 8.3 - Impactos Positivos e Negativos Sobre o Resultado



Fonte: SIAFI 2021/2020

## Painel 8.2 – Resultado Patrimonial (Transferências e Delegações Recebidas)

Tabela 8.3 - Transferências e Delegações Recebidas

CCon - Subgrupo (3)	R\$ Milhões				
	31/03/2021	31/03/2020	AH	AV	Var Absoluta
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	11.100,50	10.840,11	2,40%	98,88%	260,39
TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	125,61	273,74	-54,11%	1,12%	-148,13
OUTRAS TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,11	0,17	-36,35%	0,00%	-0,06
<b>Total</b>	<b>11.226,22</b>	<b>11.114,03</b>	<b>1,01%</b>	<b>100,00%</b>	<b>112,20</b>

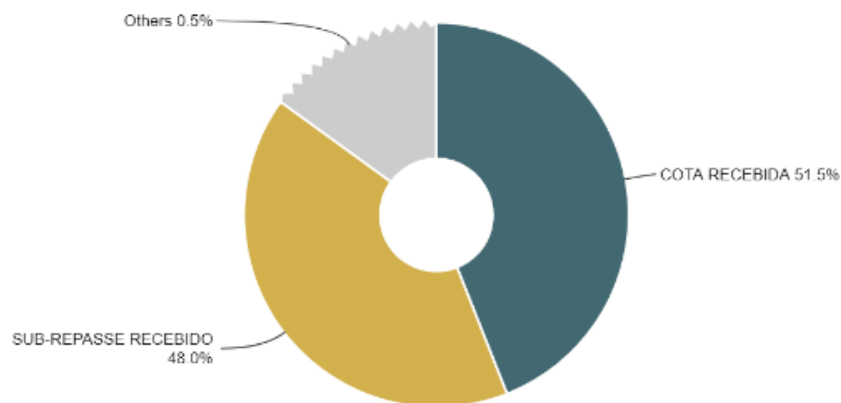
Fonte: SIAFI 2021/2020

Tabela 8.4 - Transferências Intragovernamentais Recebidas

CCon - Item (6)	R\$ Milhões				
	31/03/2021	31/03/2020	AH	AV	Var Absoluta
COTA RECEBIDA	5.722,06	5.547,98	3,14%	51,55%	174,08
SUB-REPASSE RECEBIDO	5.328,00	5.255,65	1,38%	48,00%	72,35
DEVOLUCAO DO DIFERIDO	33,96	0,03	127854,93%	0,31%	33,93
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA PGTO DE RP	8,25	27,67	-70,20%	0,07%	-19,42
DEMAIS TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	5,32	5,42	-1,91%	0,05%	-0,10
MOVIMENTACOES DE SALDOS PATRIMONIAIS	2,90	2,82	2,81%	0,03%	0,08
MOVIMENTACOES DE VARIACAO PATRIM. AUMENTATIVA	0,02	0,00	100,00%	0,00%	0,02
REPASSE RECEBIDO	0,00	0,55	-100,00%	0,00%	-0,55
<b>Total</b>	<b>11.100,50</b>	<b>10.840,11</b>	<b>2,40%</b>	<b>100,00%</b>	<b>260,39</b>

Fonte: SIAFI 2021/2020

Gráfico 8.5 - Transferências Intragovernamentais Recebidas



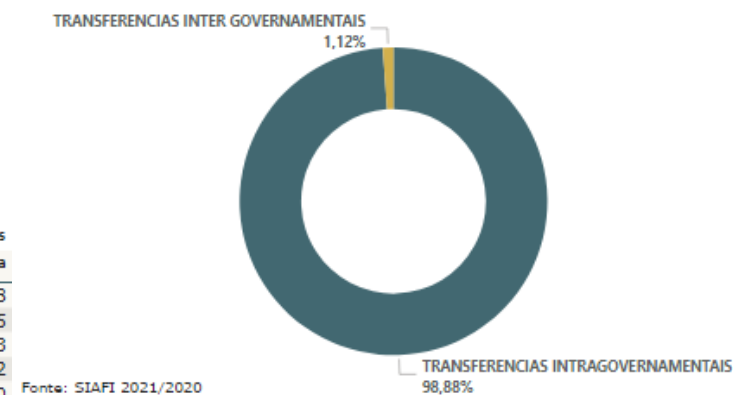
Fonte: SIAFI 2021/2020

Tabela 8.5 - Transferências Intergovernamentais Recebidas

CCon - Item (6)	R\$ Milhões				
	31/03/2021	31/03/2020	AH	AV	Var Absoluta
TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS	125,61	273,74	-54,11%	100,00%	-148,13
<b>Total</b>	<b>125,61</b>	<b>273,74</b>	<b>-54,11%</b>	<b>100,00%</b>	<b>-148,13</b>

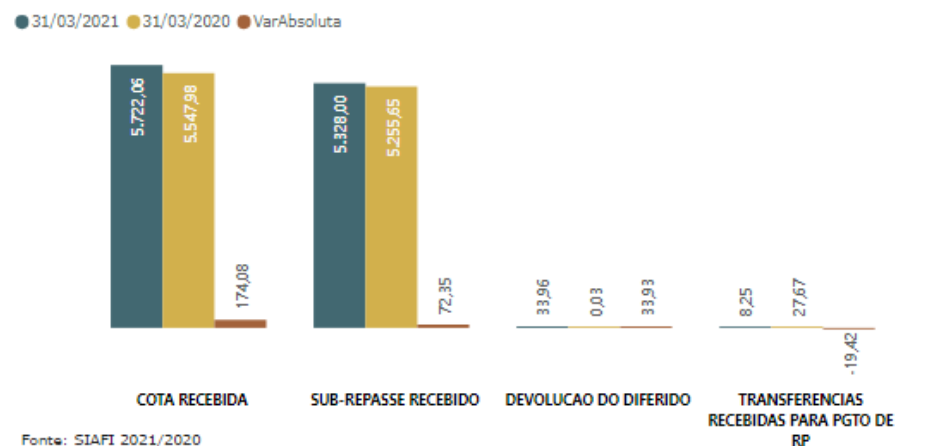
Fonte: SIAFI 2021/2020

Gráfico 8.4 - Transferências e Delegações Recebidas



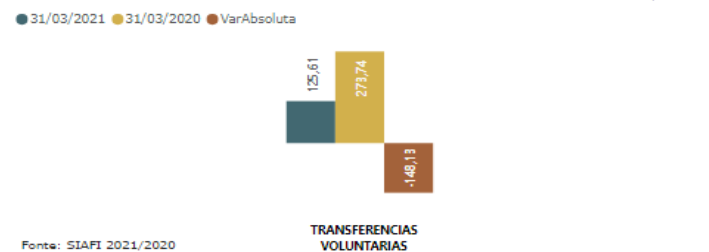
Fonte: SIAFI 2021/2020

Gráfico 8.6 - Maiores Variações das Transferências Intragovernamentais Recebidas



Fonte: SIAFI 2021/2020

Gráfico 8.7 - Variação Transferências Intergovernamentais Recebidas



Fonte: SIAFI 2021/2020



## Painel 8.3 – Resultado Patrimonial (Transferências e Delegações Concedidas)

Tabela 8.6 - Transferências e Delegações Concedidas

CCon - Subgrupo (3)	31/03/2021	31/03/2020	AH	AV	RS Milhões Var Absoluta
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	5.596,86	5.453,82	2,62%	99,97%	143,04
OUTRAS TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	1,71	15,90	-89,23%	0,03%	-14,19
TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	0,01	0,00	100,00%	0,00%	0,01
<b>Total</b>	<b>5.598,58</b>	<b>5.469,72</b>	<b>2,36%</b>	<b>100,00%</b>	<b>128,86</b>

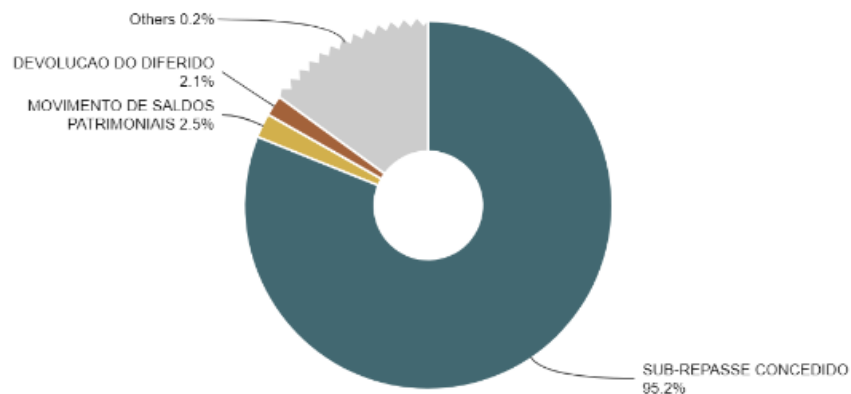
Fonte: SIAFI 2021/2020

Tabela 8.7 - Transferências Intragovernamentais Concedidas

CCon - Item (6)	31/03/2021	31/03/2020	AH	AV	RS Milhões Var Absoluta
SUB-REPASSE CONCEDIDO	5.328,00	5.255,65	1,38%	95,20%	72,35
MOVIMENTO DE SALDOS PATRIMONIAIS	139,97	144,18	-2,92%	2,50%	-4,21
DEVOLUCAO DO DIFERIDO	117,95	23,63	399,21%	2,11%	94,32
TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA PGTO DE RP	8,25	27,67	-70,20%	0,15%	-19,42
DEMAIS TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	2,64	2,67	-1,14%	0,05%	-0,03
REPASSE CONCEDIDO	0,05	0,04	28,44%	0,00%	0,01
MOVIMENTACOES DE VARIACAO PATRIM.DIMINUTIVA	0,00	0,00	100,00%	0,00%	0,00
<b>Total</b>	<b>5.596,86</b>	<b>5.453,82</b>	<b>2,62%</b>	<b>100,00%</b>	<b>143,04</b>

Fonte: SIAFI 2021/2020

Gráfico 8.9 - Transferências Intragovernamentais Concedidas



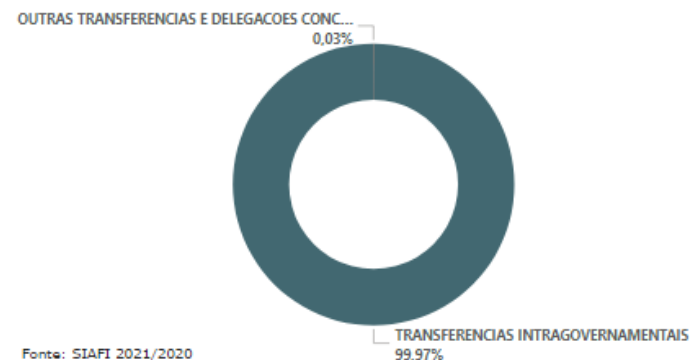
Fonte: SIAFI 2021/2020

Tabela 8.8 - Outras Transferências e Delegações Intragovernamentais

CCon - Item (6)	31/03/2021	31/03/2020	AH	AV	RS Milhões Var Absoluta
DOACOES/TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	1,71	15,90	-89,23%	100,00%	-14,19
<b>Total</b>	<b>1,71</b>	<b>15,90</b>	<b>-89,23%</b>	<b>100,00%</b>	<b>-14,19</b>

Fonte: SIAFI 2021/2020

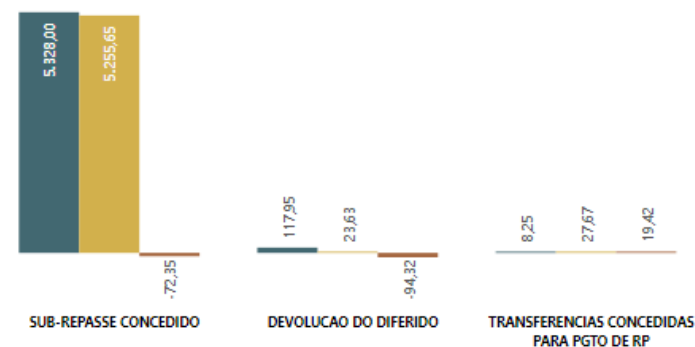
Gráfico 8.8 - Transferências e Delegações Concedidas



Fonte: SIAFI 2021/2020

Gráfico 8.10 - Variação Transferências Intragovernamentais Concedidas

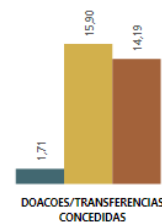
● 31/03/2021 ● 31/03/2020 ● VarAbsoluta



Fonte: SIAFI 2021/2020

Gráfico 8.11 - Outras Transferências e Delegações Intragovernamentais

● 31/03/2021 ● 31/03/2020 ● VarAbsoluta



Fonte: SIAFI 2021/2020

## Nota 8 – Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) e as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs) do período.

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPAs e VPDs, em contrapartida a uma conta de apuração. Após apurado, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPAs e VPDs é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. Na tabela 8.1 e nos gráficos 8.1 e 8.2, apresentados no painel 8.1, é possível verificar a formação e a variação do resultado patrimonial do primeiro trimestre de 2021 comparado com mesmo trimestre de 2020.

Conforme ilustrado no gráfico 8.1, o Resultado Patrimonial apurado em 31/03/2021 é superavitário em R\$ 858,02 milhões, com variação positiva de 17,98% quando comparado ao mesmo período de 2020. Verifica-se na tabela 8.1 que o aumento do superávit foi provocado pelo aumento das receitas em valor superior ao aumento das despesas, ou seja, enquanto a taxa de aumento das receitas foi de 3,14% representando R\$ 354,78 milhões, o das despesas foi de 2,12% correspondentes a R\$ 224,01 milhões no mesmo período. O Gráfico 8.3 (painel 8.1) demonstra o impacto das variações aumentativas e diminutivas que tiveram maior influência no resultado patrimonial.

De acordo com tabela 8.3 e gráfico 8.4 (painel 8.2), as Transferências Intergovernamentais representam apenas 1,12% de todas as transferências recebidas em 2021. Elas dizem respeito às transferências voluntárias recebidas pela Justiça do Trabalhista em decorrência de convênios firmados com instituições bancárias e teve redução de 54,11% no período, em função de mudança no critério de remuneração dos depósitos judiciais, que desde ano passado estão condicionados a variação da taxa Selic. Dessa forma, como houve queda da taxa, houve também redução na remuneração dos depósitos. Outro fator foi a diminuição do volume de depósitos nas instituições financeiras.

Conforme gráfico 8.3 (painel 8.1), a VPA que mais impactou o resultado, no primeiro trimestre de 2021, foi a de Transferências e Delegações Recebidas, cuja composição é possível ver nas tabelas e gráficos apresentados painel 8.2. As Transferências Intragovernamentais representam 98,88% do grupo e aumentaram R\$ 260,34 milhões, correspondentes a 2,40%, com relação ao mesmo período do ano anterior. A composição dessas transferências pode ser vista na tabela 8.4 e gráfico 8.5 (painel 8.2). Convém esclarecer que as cotas recebidas se referem aos valores recebidos pela Setorial Financeira da Justiça do Trabalho por conta da programação financeira efetuada junto ao Tesouro Nacional para posterior sub-repasse às unidades. Já os sub-repasses recebidos dizem respeito ao recurso repassado pela Setorial Financeira da Justiça do Trabalho às outras unidades da Justiça do Trabalho para financiar a execução do orçamento aprovado.

Conforme tabela 8.6 (painel 8.3), 99,97% das transferências concedidas foram transferências intragovernamentais. Transferências essas que aumentaram em 2,62%, no período analisado. Na tabela 8.7 e no gráfico 8.8 (painel 8.3) é possível verificar a composição dessas transferências.

O sub-repasse concedido diz respeito ao valor transferido da Setorial Financeira para as demais unidades da Justiça do Trabalho. Como representam movimentações internas no órgão, os valores brutos da VPA Sub-repasses Recebidos e da VPD Sub-repasses Concedidos são equivalentes.

Quanto às despesas, é possível verificar na tabela 8.2 e gráfico 8.3 (painel 8.1) que a VPD mais relevante para a composição do resultado até 31/03/2021 é de Transferências e Delegações Concedidas, que representa 51,85% de todas as VPDs do período. Em seguida aparece a VPD de despesas de pessoal e encargos, representando 31,37%.

## Painel 8.4 – Resultado Patrimonial (VPD – Pessoal e Encargos)

Tabela 8.9 - VPD - Pessoal e Encargos

CCon - Subgrupo (3)	R\$ Milhões				
	31/03/2021	31/03/2020	AH	AV	Var Absoluta
REMUNERACAO A PESSOAL	2.698,30	2.688,86	0,35%	79,66%	9,43
ENCARGOS PATRONAIS	531,88	452,89	17,44%	15,70%	78,99
BENEFICIOS A PESSOAL	146,13	151,13	-3,31%	4,31%	-5,00
OUTRAS VPD - PESSOAL E ENCARGOS	10,80	5,23	106,53%	0,32%	5,57
<b>Total</b>	<b>3.387,11</b>	<b>3.298,12</b>	<b>2,70%</b>	<b>100,00%</b>	<b>88,99</b>

Fonte: SIAFI 2021/2020

Gráfico 8.14 - VPD - Pessoal e Encargos

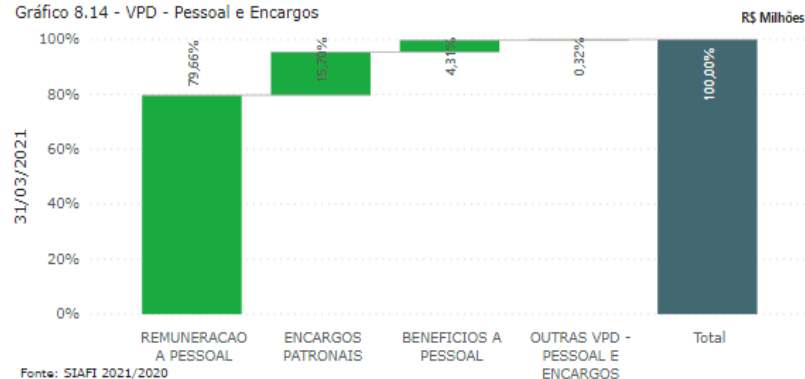


Tabela 8.10 - Composição do Grupo Remuneração a Pessoal

CCon - Item (6)	R\$ Milhões				
	31/03/2021	31/03/2020	AH	AV	Var Absoluta
GRATIFICACOES	1.212,19	1.217,47	-0,43%	44,92%	-5,28
VENCIMENTOS E SALARIOS	958,71	941,05	1,88%	35,53%	17,66
FERIAS - RPPS	289,41	281,04	2,98%	10,73%	8,37
13. SALARIO - RPPS	193,24	191,99	0,65%	7,16%	1,26
ABONOS	39,50	32,75	20,60%	1,46%	6,75
SENTENCAS JUDICIAIS - PESSOAL ATIVO RPPS	2,13	2,83	-24,79%	0,08%	-0,70
ADICIONAIS	1,29	4,31	-70,09%	0,05%	-3,02
FERIAS - RGPS	1,00	9,61	-89,63%	0,04%	-8,61
13. SALARIO - RGPS	0,74	1,79	-58,80%	0,03%	-1,06
INDENIZACOES - RPPS	0,09	0,02	410,24%	0,00%	0,07
SENTENCAS JUDICIAIS - ATIVO CIVIL RGPS	0,00	6,00	-100,00%	0,00%	-6,00
<b>Total</b>	<b>2.698,30</b>	<b>2.688,86</b>	<b>0,35%</b>	<b>100,00%</b>	<b>9,43</b>

Fonte: SIAFI 2021/2020

Gráfico 8.15 - Composição do Grupo Remuneração a Pessoal

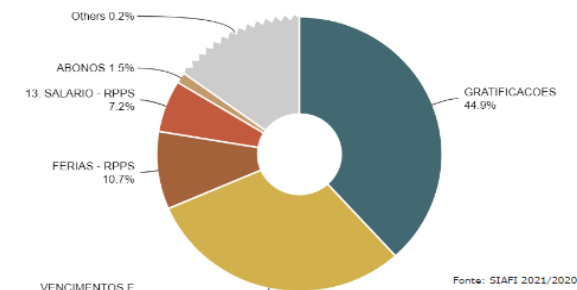


Tabela 8.11 - Composição do Grupo Encargos Patronais

CCon - Item (6)	R\$ Milhões				
	31/03/2021	31/03/2020	AH	AV	Var Absoluta
CONTRIBUICAO PATRONAL PARA O RPPS - INTRA	505,52	433,12	16,72%	95,04%	72,40
COMPLEMENTACAO DE PREVIDENCIA	18,15	16,91	7,31%	3,41%	1,24
ENCARGOS PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ORGAOS	5,16	0,01	41043,70%	0,97%	5,15
CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - INSS	2,51	2,36	6,45%	0,47%	0,15
ENCARGOS PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ENTES	0,30	0,26	12,31%	0,06%	0,03
ENCARGOS DE PESSOAL REQUISIT. DE OUTROS ENTES	0,20	0,19	8,01%	0,04%	0,02
SEGURO DE ACIDENTE NO TRABALHO	0,03	0,04	-12,77%	0,01%	0,00
FGTS	0,01	0,01	22,17%	0,00%	0,00
SENTENCAS JUDICIAIS - ENCARGOS PATRONAIS RGPS	0,00	0,00	100,00%	0,00%	0,00
CONTRIBUICAO PARA O PASEP S/ FOLHA PAGAMENTO	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00
<b>Total</b>	<b>531,88</b>	<b>452,89</b>	<b>17,44%</b>	<b>100,00%</b>	<b>78,99</b>

Fonte: SIAFI 2021/2020

Gráfico 8.16 - Composição do Grupo Encargos Patronais

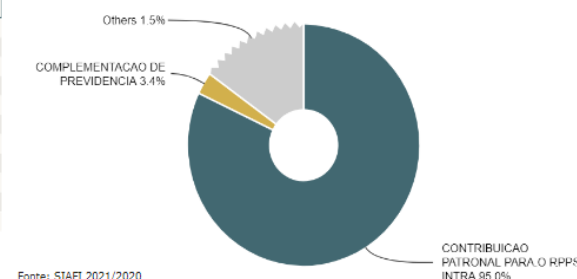


Tabela 8.12 - Composição do Grupo Benefícios a Pessoal

CCon - Item (6)	R\$ Milhões				
	31/03/2021	31/03/2020	AH	AV	Var Absoluta
AUXILIO ALIMENTACAO	121,93	120,87	0,88%	83,44%	1,06
AUXILIO CRECHE	19,64	19,98	-1,71%	13,44%	-0,34
INDENIZACAO DE TRANSPORTE - RPPS	2,36	2,49	-4,85%	1,62%	-0,12
OUTROS BENEFICIOS A PESSOAL - RPPS	1,23	3,03	-59,35%	0,84%	-1,80
AJUDA DE CUSTO	0,36	1,52	-76,13%	0,25%	-1,16
AUXILIO MORADIA - RPPS	0,32	0,36	-12,93%	0,22%	-0,05
AUXILIO TRANSPORTE	0,25	2,84	-91,10%	0,17%	-2,59
AUXILIO MORADIA - RGPS	0,03	0,03	13,17%	0,02%	0,00
SENTENCAS JUDICIAIS - BENEFICIOS A PESSOAL	0,01	0,01	-59,82%	0,00%	-0,01
INDENIZACAO DE TRANSPORTE - RGPS	0,00	0,00	-70,37%	0,00%	0,00
OUTROS BENEFICIOS A PESSOAL - RGPS	0,00	0,00	-100,00%	0,00%	0,00
<b>Total</b>	<b>146,13</b>	<b>151,13</b>	<b>-3,31%</b>	<b>100,00%</b>	<b>-5,00</b>

Fonte: SIAFI 2021/2020

Gráfico 8.17 - Composição do Grupo Benefícios a Pessoal

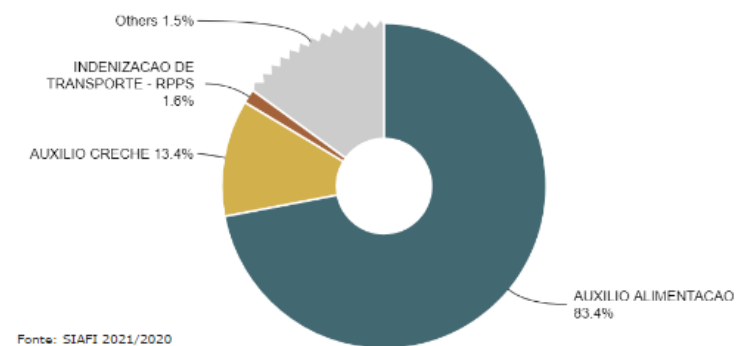
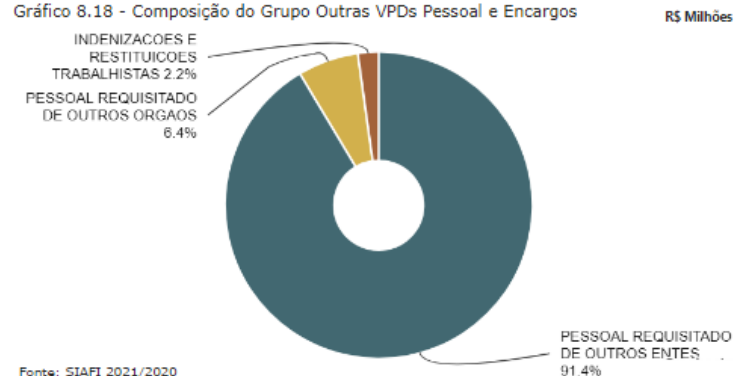


Tabela 8.13 - Composição do Grupo Outras VPDs Pessoal e Encargos

CCon - Item (6)	R\$ Milhões				
	31/03/2021	31/03/2020	AH	AV	Var Absoluta
PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ENTES	9,87	4,86	102,94%	91,43%	5,01
PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ORGAOS	0,69	0,26	169,71%	6,38%	0,43
INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	0,24	0,11	118,97%	2,19%	0,13
<b>Total</b>	<b>10,80</b>	<b>5,23</b>	<b>106,53%</b>	<b>100,00%</b>	<b>5,57</b>

Fonte: SIAFI 2021/2020

Gráfico 8.18 - Composição do Grupo Outras VPDs Pessoal e Encargos



## **Resultado Patrimonial (VPD – Pessoal e Encargos)**

A segunda VPD mais relevante no período analisado é Pessoal e Encargos (conforme tabela 8.2 e gráfico 8.3 do painel 8.1), representam 31,37% de todas as VPDs do período. A tabela 8.9 (painel 8.4) detalha a composição desse grupo de contas.

De acordo com a tabela 8.9, a Remuneração a Pessoal representa 79,66% do grupo de VPD com Pessoal e Encargos e no período analisado apresentou pequeno aumento de 0,35% correspondentes a R\$ 9,43 milhões. O aumento ocorreu em função de crescimento vegetativo da folha de pagamento, uma vez que o maior acréscimo foi verificado nos vencimentos e salário, aumento de 17,66 milhões em relação ao mesmo período anterior .

Na tabela 8.10 e gráfico 8.15 é possível ver as contas analíticas que compõem a Remuneração a Pessoal. Observa-se que as gratificações na Justiça do Trabalho representam 44,92% do grupo, enquanto que os vencimentos e salários, 35,53% das despesas com remuneração de pessoal. Isso acontece, sobretudo, porque a Gratificação de Atividade Judiciária, que compõe as remunerações da carreira do Poder Judiciário, corresponde a 140% do valor do vencimento básico do cargo.

O segundo grupo de contas mais representativo na VPD de Pessoal e Encargos é o de Encargos Patronais, que representa 15,70% do total. Desse grupo, 95,04% se refere aos encargos patronais para custeio do plano de seguridade social do servidor e 3,41% se refere às despesas com a contribuição patronal para atender ao plano de previdência complementar FUNPRESP-JUD, conforme tabela 8.11 e gráfico 8.16.

O terceiro grupo mais representativo de contas de Pessoal e Encargos é composto pelas contas de Benefícios a Pessoal, que representam apenas 4,31% das VPDs de Pessoal e Encargos. Conforme Tabela 8.12 esse grupo teve redução de 3,31% em 2021 correspondentes a R\$ 5 milhões, em relação ao mesmo período do ano passado. Essa redução foi provocada pela variação negativa de 91,10% na VPD de Auxílio Transporte, conforme se depreende da referida tabela. Outra redução significativa foi em Outros Benefícios Assistenciais, que diminuiu 59,35% em relação ao mesmo período do ano anterior, isto porque os benefícios com assistência à saúde foram alocados em despesa com Benefícios Previdenciários e Assistenciais, em cumprimento ao Acórdão TCU 894/2012, a partir de 2020.

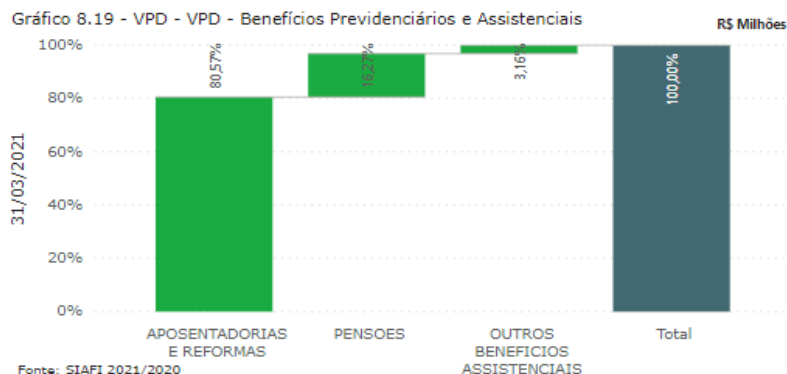
Na tabela 8.12 e gráfico 8.17, é possível verificar que as maiores despesas desse grupo são Auxílio-Alimentação pagos aos servidores de carreira da Justiça do Trabalho (83,44%) e Auxílio-Creche (13,44%). O auxílio-alimentação está fixado no valor de R\$ 910,08 por servidor ativo da JT, sendo que se verifica um acréscimo de 0,88%, o que demonstra que nos dois períodos analisados houve pouca variação no quantitativo de servidores que recebe o auxílio. Também, depreende-se da tabela, que quase todos os benefícios assistenciais pagos a servidores diminuíram em relação ao período anterior, com exceção do Auxílio Alimentação, o que denota o impacto vivenciado em razão da pandemia da COVID19, uma vez que foi instituído o serviço remoto com a finalidade de dar continuidade à prestação jurisdicional trabalhista. Dessa forma, as despesas foram restringidas, como as indenizações de transporte para Oficiais de Justiça, ajuda de custo devido a servidores removidos e/ou redistribuídos, auxílio moradia e, até mesmo, as despesas com sentenças judiciais que tiveram como objeto benefícios assistenciais.

## Painel 8.5 – Resultado Patrimonial (VPD – Benefícios Previdenciários e Assistenciais)

Tabela 8.14 - VPD - Benefícios Previdenciários e Assistenciais

CCon - Subgrupo (3)	R\$ Milhões				
	31/03/2021	31/03/2020	AH	AV	Var Absoluta
APOSENTADORIAS E REFORMAS	1.177,40	1.181,25	-0,33%	80,57%	-3,85
PENSOES	237,77	221,38	7,41%	16,27%	16,40
OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	46,21	44,68	3,44%	3,16%	1,54
<b>Total</b>	<b>1.461,39</b>	<b>1.447,30</b>	<b>0,97%</b>	<b>100,00%</b>	<b>14,09</b>

Fonte: SIAFI 2021/2020



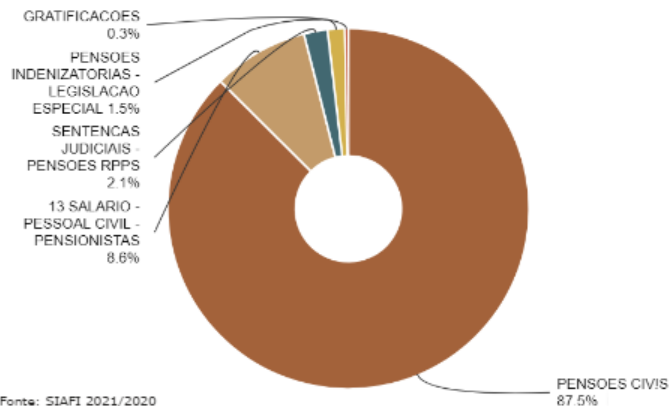
Fonte: SIAFI 2021/2020

Tabela 8.16 - Composição do Grupo Pensões

CCon - Item (6)	R\$ Milhões				
	31/03/2021	31/03/2020	AH	AV	Var Absoluta
PENSOES CIVIS	208,01	199,39	4,33%	87,48%	8,62
13 SALARIO - PESSOAL CIVIL - PENSIONISTAS	20,35	16,78	21,24%	8,56%	3,56
SENTENCAS JUDICIAIS - PENSOES RPPS	5,02	4,37	14,85%	2,11%	0,65
PENSOES INDENIZATORIAS - LEGISLACAO ESPECIAL	3,63	0,02	19225,61%	1,53%	3,61
GRATIFICACOES	0,76	0,81	-6,43%	0,32%	-0,05
<b>Total</b>	<b>237,77</b>	<b>221,38</b>	<b>7,41%</b>	<b>100,00%</b>	<b>16,40</b>

Fonte: SIAFI 2021/2020

Gráfico 8.22 - Composição do Grupo Pensões



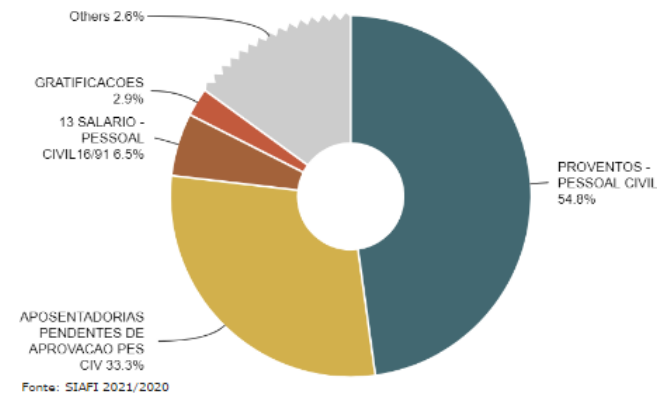
Fonte: SIAFI 2021/2020

Tabela 8.15 - Composição do Grupo Aposentadorias e Reformas

CCon - Item (6)	R\$ Milhões				
	31/03/2021	31/03/2020	AH	AV	Var Absoluta
PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	645,28	698,72	-7,65%	54,81%	-53,44
APOSENTADORIAS PENDENTES DE APROVACAO PES CIV	391,57	353,46	10,78%	33,26%	38,11
13 SALARIO - PESSOAL CIVIL16/91	76,09	72,38	5,12%	6,46%	3,71
GRATIFICACOES	34,21	36,83	-7,11%	2,91%	-2,62
13º SALARIO - PESSOAL CIVIL (PEND APROV TCU)	11,36	4,43	156,25%	0,96%	6,93
LICENCA PREMIO PARA INATIVO CIVIL	8,50	7,82	8,68%	0,72%	0,68
SENTENCAS JUDICIAIS - APOSENTADORIAS RPPS	7,20	4,96	45,08%	0,61%	2,24
DEMAIS VANTAGENS PECUNIARIAS	2,33	2,39	-2,45%	0,20%	-0,06
FERIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS APOSENTADOS	0,86	0,24	261,82%	0,07%	0,62
13 SAL COMPLEMENTACAO APOSENTADORIA PES CIVIL	0,00	0,00	-100,00%	0,00%	0,00
COMPLEMENTACAO DE APOSENTADORIA PESSOAL CIVIL	0,00	0,02	-100,00%	0,00%	-0,02
<b>Total</b>	<b>1.177,40</b>	<b>1.181,25</b>	<b>-0,33%</b>	<b>100,00%</b>	<b>-3,85</b>

Fonte: SIAFI 2021/2020

Gráfico 8.20 - Composição do Grupo Aposentadorias e Reformas



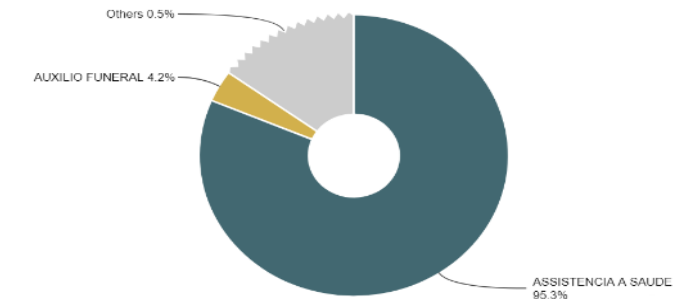
Fonte: SIAFI 2021/2020

Tabela 8.17 - Composição do Grupo Outros Benefícios Assistenciais

CCon - Item (6)	R\$ Milhões				
	31/03/2021	31/03/2020	AH	AV	Var Absoluta
ASSISTENCIA A SAUDE	44,05	43,18	2,03%	95,32%	0,87
AUXILIO FUNERAL	1,94	1,11	75,12%	4,21%	0,83
AUXILIO NATALIDADE	0,13	0,17	-24,68%	0,27%	-0,04
AUXILIO RECLUSAO	0,09	0,22	-58,51%	0,20%	-0,13
<b>Total</b>	<b>46,21</b>	<b>44,68</b>	<b>3,44%</b>	<b>100,00%</b>	<b>1,54</b>

Fonte: SIAFI 2021/2020

Gráfico 8.23 - Composição do Grupo Outros Benefícios Assistenciais



Fonte: SIAFI 2021/2020

### **Resultado Patrimonial (VPD – Benefícios Previdenciários e Assistenciais)**

A terceira maior VPD em valor de contribuição para a formação do resultado é a de Benefícios Previdenciários e Assistenciais (conforme tabela 8.2 e gráfico 8.6 do painel 8.1), cuja contribuição de R\$ 1.461,39 milhões, corresponde a 13,53% do total de VPDs no período. É possível verificar sua composição na tabela 8.14 e gráfico 8.19 (painel 8.5).

A maior participação na VPD de Benefícios Previdenciários e Assistenciais é das contas de Aposentadorias e Reformas, 80,57% do total, e das Pensões, 16,27% do total. Os Outros Benefícios Assistenciais corresponde à assistência a saúde, cuja participação é de apenas 3,16% dos benefícios previdenciários e assistenciais. Importante frisar que a assistência à saúde não se delimita a pagamento de benefícios direto ao servidor, tendo em vista que algumas unidades a despense por meio de reembolso de despesas ou por intermédio de pagamento direto à rede credenciada, quando se trata de plano de autogestão, logo as despesas são muito maiores que as apresentadas neste item.

Na tabela 8.15 e gráfico 8.20 é possível verificar que 54,81% correspondem a proventos de aposentadorias já apreciadas e aprovadas pelo TCU, agregados a estes proventos estão o 13º salário dos aposentados, as gratificações, licença prêmio para inativos, sentenças judiciais, férias vencidas e proporcionais, que somados aos proventos perfazem 65,78% das despesas com Aposentadorias e Reformas, enquanto que os Proventos e Aposentadorias pendentes de aprovação somado ao 13º Salário pendente de aprovação perfazem 34,22%. Essas aposentadorias são divididas, para fins de controle, em Aposentadorias que já foram apreciadas pelo Tribunal de Contas da União e aquelas que ainda não foram, conforme competência do controle externo previsto no Art. 71 da Constituição Federal. Com relação ao mesmo período do ano passado, as aposentadorias pendentes de aprovação pelo TCU cresceram 10,78% conforme tabela 8.15. Esse aumento indica a tendência dos servidores a exercerem seu direito à aposentadoria voluntária, em virtude do cenário de mudanças nas regras de aposentadoria propostas pelo atual governo e o imediatamente anterior.

Na tabela 8.16 e gráfico 8.21 é verificável a composição das pensões concedidas e se observa que 96,04% do grupo são compostos por pensões e 13º salário de pensionistas. As outras VPDs com pensionistas apresentadas são: sentenças judiciais, gratificações e pensões indenizatórias provenientes de legislação especial. Nota-se que esta última teve um acréscimo significativo decorrente de pagamento de restituição de montepio civil pelo TRT da 2ª Região, no valor de R\$ 3,61 milhões.

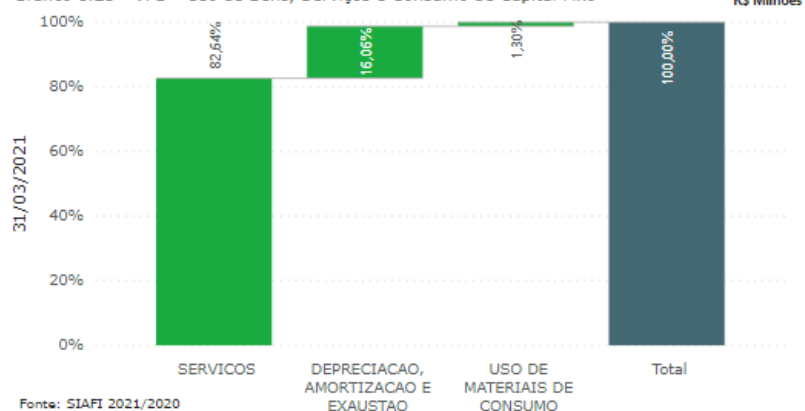
### Painel 8.6 – Resultado Patrimonial (VPD – Uso de Bens, Serviços e Capital Fixo)

Tabela 8.18 - VPD - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

CCon - Subgrupo (3)	31/03/2021	31/03/2020	AH	AV	RS Milhões Var Absoluta
SERVICOS	203,94	228,96	-10,93%	82,64%	-25,03
DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	39,65	47,73	-16,93%	16,06%	-8,08
USO DE MATERIAIS DE CONSUMO	3,20	7,45	-56,96%	1,30%	-4,24
<b>Total</b>	<b>246,79</b>	<b>284,14</b>	<b>-13,14%</b>	<b>100,00%</b>	<b>-37,35</b>

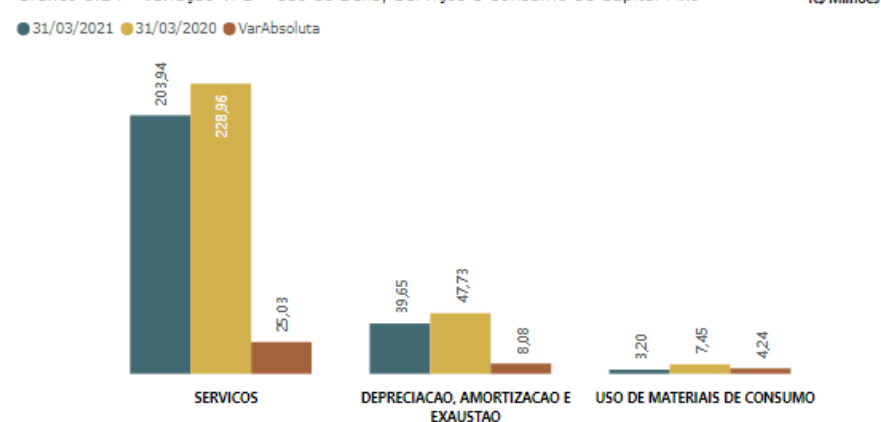
Fonte: SIAFI 2021/2020

Gráfico 8.23 - VPD - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo



Fonte: SIAFI 2021/2020

Gráfico 8.24 - Variação VPD - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo



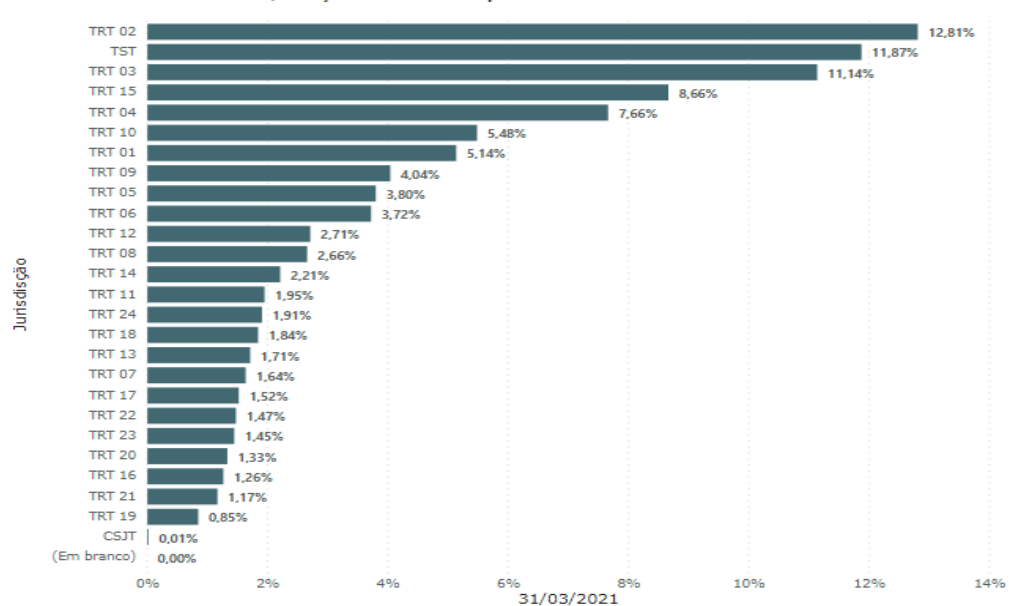
Fonte: SIAFI 2021/2020

Tabela 8.19 - VPD - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo - Por Tribunal

Jurisdição	31/03/2021	31/03/2020	AH	AV	Var Absoluta
TRT 02	31,61	39,84	-20,66%	12,81%	-8,23
TST	29,30	31,21	-6,12%	11,87%	-1,91
TRT 03	27,48	30,50	-9,88%	11,14%	-3,01
TRT 15	21,38	24,48	-12,69%	8,66%	-3,11
TRT 04	18,91	21,67	-12,75%	7,66%	-2,76
TRT 10	13,53	12,76	6,06%	5,48%	0,77
TRT 01	12,68	15,59	-18,71%	5,14%	-2,92
TRT 09	9,97	11,18	-10,80%	4,04%	-1,21
TRT 05	9,38	13,03	-28,05%	3,80%	-3,65
TRT 06	9,18	10,07	-8,82%	3,72%	-0,89
TRT 12	6,69	8,21	-18,57%	2,71%	-1,52
TRT 08	6,56	7,69	-14,69%	2,66%	-1,13
TRT 14	5,45	7,02	-22,31%	2,21%	-1,57
TRT 11	4,81	5,16	-6,80%	1,95%	-0,35
TRT 24	4,71	4,78	-1,58%	1,91%	-0,08
TRT 18	4,55	5,97	-23,83%	1,84%	-1,42
TRT 13	4,22	4,88	-13,55%	1,71%	-0,66
TRT 07	4,04	3,75	7,53%	1,64%	0,28
TRT 17	3,76	4,36	-13,90%	1,52%	-0,61
TRT 22	3,64	2,69	35,12%	1,47%	0,95
TRT 23	3,57	3,84	-7,06%	1,45%	-0,27
TRT 20	3,28	4,34	-24,25%	1,33%	-1,05
TRT 16	3,12	3,94	-20,80%	1,26%	-0,82
TRT 21	2,88	3,77	-23,58%	1,17%	-0,89
TRT 19	2,09	3,38	-38,19%	0,85%	-1,29
CSJT	0,02	0,01	47,69%	0,01%	0,01
<b>Total</b>	<b>246,79</b>	<b>284,14</b>	<b>-13,14%</b>	<b>100,00%</b>	<b>-37,35</b>

Fonte: SIAFI 2021/2020

Gráfico 8.25 - VPD - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo - Por Tribunal



Fonte: SIAFI 2021/2020



## Resultado Patrimonial (VPD – Uso de Bens, Serviços e Capital Fixo)

A quarta VPD de maior valor corresponde a de Uso de Bens e Serviços e Consumo de Capital Fixo (conforme tabela 8.2 e gráfico 8.6 do painel 8.1) e contribuiu com 2,29% do total de todas as VPDs.

A Tabela 8.18 (painel 8.5) evidencia diminuição de 13,14% nas despesas com Uso de Material de Consumo e contratação de Serviços, o que representa R\$ 37,35 milhões de economia para o órgão em 2021. A economia no período foi decorrente, especialmente, da adoção do serviço remoto, decorrente da pandemia do novo corona vírus, que fez com que as unidades diminuíssem o consumo de água, luz, material de consumo, horas extras de terceirizados, diárias, passagens, manutenção por intervenção, gêneros alimentícios, como café, etc.

A redução foi maior no uso de material de consumo (56,96%), enquanto que os serviços ficou menor em 10,93% em razão da não suspensão dos contratos, conforme previsão do Ato Conjunto CSJT.GP. GVP .CGJT Nº 6/2020, que em seu Art. 12 prevê que “a atuação presencial de serviços terceirizados será limitada ao suporte das atividades essenciais definidas no art. 3º, bem como aos serviços de limpeza, conservação e segurança, no patamar mínimo necessário à manutenção do Tribunal, assegurada a observância das normas de saúde e segurança do trabalho.” As contratadas, também, foram autorizadas a prestarem serviços de forma remota, desde que compatível, mediante ajuste contratual. Os tribunais ficaram autorizados a expedirem atos próprios definindo protocolos, rotinas e prioridades para manter os serviços e atividades das unidades (Art. 10).

A Tabela 8.19 demonstra a queda nas despesas de manutenção na ordem de R\$ 37,35 (13,14%), em toda Justiça do Trabalho, em relação às despesas do mesmo período do ano anterior. A exceção foi o TRT da 10ª Região que apresentou um acréscimo de despesa de 0,77 milhões ou 6,06% em relação ao período anterior, mas suas despesas representam apenas 5,48% do total das despesas acumuladas durante esse semestre.

A tabela 8.19 e o gráfico 8.25 (painel 8.6) representa a participação de cada tribunal nas despesas do período, com destaque para os cinco maiores que são TRT da 2ª, TST, TRT da 3ª, TRT da 15ª e TRT da 4ª.

Feita uma análise mais detalhada das despesas com serviços e de uso de materiais de consumo, tem-se o seguinte:

### a) Serviços – Composição:

Tabela 8.20 - Composição do Grupo Serviços

CCon - Título (4)	R\$ Milhões		AH	AV	Var Absoluta
	31/03/2021	31/03/2020			
SERVICOS TERCEIROS - PJ	184,58	200,26	-7,83%	90,51%	-15,67
SERVICOS TERCEIROS - PF	18,43	23,96	-23,11%	9,03%	-5,54
DIARIAS	0,93	4,74	-80,46%	0,45%	-3,82
<b>Total</b>	<b>203,94</b>	<b>228,96</b>	<b>-10,93%</b>	<b>100,00%</b>	<b>-25,03</b>

Fonte: SIAFI 2021/2020

Gráfico 8.27 - Variação VPD - Grupo Serviços

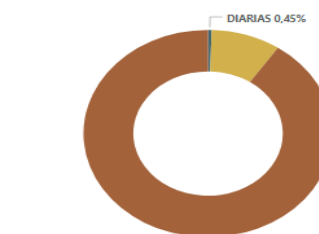


Tabela 8.21 - Serviços de Terceiros (PJ e PF) - Composição

Grupo Serviço	R\$ Milhões		AH	AV	Var Absoluta
	31/03/2021	31/03/2020			
SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	76,11	80,08	-4,95%	37,49%	-3,96
SERV. APOIO ADM. TECNICO E OPERACIONAL	74,21	79,59	-6,76%	36,55%	-5,38
LOCACAO E ARRENDAMENTO MERCANTIL	23,68	24,75	-4,30%	11,67%	-1,06
SERVAGUA E ESGOTO, ENER. ELETR., GAS E OUTROS	13,25	18,42	-28,06%	6,53%	-5,17
SERV.COMUNICAC., GRAFICOS E AUDIOVISUAIS	8,84	9,58	-7,69%	4,35%	-0,74
SERVICOS EDUCACIONAIS E CULTURAIS	4,74	7,01	-32,40%	2,34%	-2,27
SERVICOS ADMINISTRATIVOS	1,54	2,89	-46,81%	0,76%	-1,35
SEGUROS EM GERAL	0,35	0,31	12,51%	0,17%	0,04
SERV.DE TRANSP., LOCOMOCAO E HOSPEDAGEM	0,20	1,43	-85,78%	0,10%	-1,23
Outro	0,08	0,16	-49,46%	0,04%	-0,08
<b>Total</b>	<b>203,01</b>	<b>224,22</b>	<b>-9,46%</b>	<b>100,00%</b>	<b>-21,21</b>

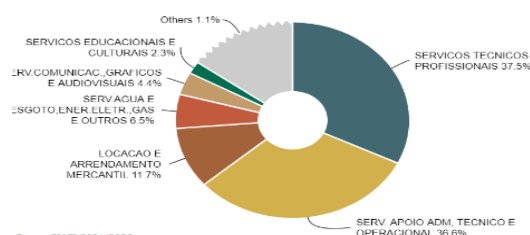
Fonte: SIAFI 2021/2020

Gráfico 8.26 - Composição do Grupo Serviços



Fonte: SIAFI 2021/2020

Gráfico 8.28 - Serviços de Terceiros (PJ e PF) - Composição



Fonte: SIAFI 2021/2020

Nota-se na tabela 8.20 e no gráfico 8.26 a relevância e representatividade das despesas com contratações de serviços de terceiro de pessoas jurídicas, dado o porte e as necessidades dos tribunais. Essas decresceram 7,83%, enquanto as de pessoas físicas foram menores em 23,11%, conforme Tabela 8.20, o que demonstra a essencialidade das despesas contratadas com pessoas jurídicas nesse momento de pandemia.

O detalhamento dessas despesas (tabela 8.21 e gráfico 8.28) evidenciam que o maior decréscimo, em termos percentuais, ocorreu nos serviços de transporte, locomoção e hospedagem (85,78%), enquanto, em termos monetários, a maior redução foi nos serviços de apoio administrativo, técnico e operacional, economia de 5,38 milhões, isto devido ao fato de que dentro desta despesa e dos serviços técnicos profissionais concentra a maior parte dos contratos de TI. Destaca-se que a representatividade destes dois itens perfazem 74,04% do total das despesas do período.

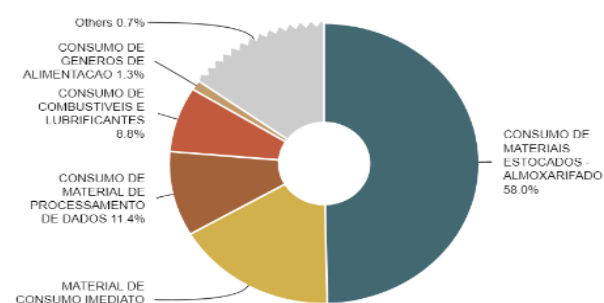
### b) Uso de Bens de Consumo – Composição:

Tabela 8.22 - VPD - Uso de Materiais de Consumo

CCon - Título (4)	31/03/2021	31/03/2020	AH	AV	RS Milhões Var Absoluta
<b>CONSUMO DE MATERIAIS</b>	<b>3,20</b>	<b>7,42</b>	<b>-56,89%</b>	<b>99,78%</b>	<b>-4,22</b>
CONSUMO DE MATERIAIS ESTOCADOS - ALMOXARIFADO	1,86	4,66	-60,06%	58,04%	-2,80
MATERIAL DE CONSUMO IMEDIATO	0,63	1,12	-43,60%	19,76%	-0,49
CONSUMO DE MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	0,37	0,72	-49,30%	11,41%	-0,36
CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	0,28	0,65	-57,04%	8,77%	-0,37
CONSUMO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	0,04	0,20	-78,52%	1,32%	-0,15
CONSUMO DE MATERIAL HOSPITALAR	0,01	0,02	-44,93%	0,38%	-0,01
CONSUMO DE MATERIAL FARMACOLÓGICO	0,00	0,04	-92,57%	0,09%	-0,04
CONSUMO DE OUTROS MATERIAIS	0,00	0,00	-91,04%	0,01%	0,00
<b>DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS GRATUITO</b>	<b>0,01</b>	<b>0,03</b>	<b>-75,95%</b>	<b>0,22%</b>	<b>-0,02</b>
DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL GRATUITO	0,01	0,03	-75,95%	0,22%	-0,02
<b>Total</b>	<b>3,20</b>	<b>7,45</b>	<b>-56,96%</b>	<b>100,00%</b>	<b>-4,24</b>

Fonte: SIAFI 2021/2020

Gráfico 8.29 - VPD - Uso de Materiais de Consumo



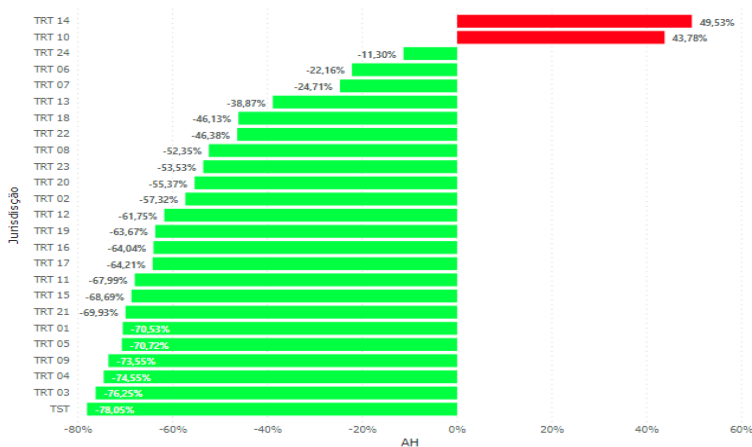
Fonte: SIAFI 2021/2020

Tabela 8.23 - VPD - Uso de Materiais de Consumo - Por Tribunal

Jurisdição	31/03/2021	31/03/2020	AH	AV	RS Milhões Var Absoluta
TRT 02	0,43	1,00	-57,32%	13,32%	-0,57
TRT 10	0,25	0,17	-43,78%	7,73%	0,08
TRT 06	0,24	0,31	-22,16%	7,46%	-0,07
TRT 08	0,22	0,46	-52,35%	6,83%	-0,24
TRT 24	0,20	0,23	-11,30%	6,31%	-0,03
TRT 15	0,18	0,59	-68,69%	5,75%	-0,40
TRT 12	0,17	0,44	-61,75%	5,31%	-0,27
TRT 18	0,16	0,29	-46,13%	4,87%	-0,13
TST	0,15	0,70	-78,05%	4,78%	-0,55
TRT 01	0,14	0,48	-70,53%	4,39%	-0,34
TRT 04	0,12	0,47	-74,55%	3,74%	-0,35
TRT 13	0,11	0,18	-38,87%	3,38%	-0,07
TRT 23	0,11	0,23	-53,53%	3,37%	-0,12
TRT 14	0,09	0,06	-49,53%	2,89%	0,03
TRT 07	0,08	0,11	-24,71%	2,56%	-0,03
TRT 20	0,08	0,18	-55,37%	2,46%	-0,10
TRT 03	0,08	0,32	-76,25%	2,39%	-0,25
TRT 16	0,07	0,19	-64,04%	2,16%	-0,12
TRT 09	0,07	0,26	-73,55%	2,13%	-0,19
TRT 05	0,06	0,20	-70,72%	1,86%	-0,14
TRT 21	0,06	0,19	-69,93%	1,80%	-0,13
TRT 11	0,04	0,14	-67,99%	1,39%	-0,09
TRT 17	0,04	0,10	-64,21%	1,17%	-0,07
TRT 22	0,04	0,07	-46,38%	1,15%	-0,03
TRT 19	0,03	0,07	-63,67%	0,83%	-0,05
CSJT	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00
<b>Total</b>	<b>3,20</b>	<b>7,45</b>	<b>-56,96%</b>	<b>100,00%</b>	<b>-4,24</b>

Fonte: SIAFI 2021/2020

Gráfico 8.30 - VPD - Uso de Materiais de Consumo - Por Tribunal



Fonte: SIAFI 2021/2020

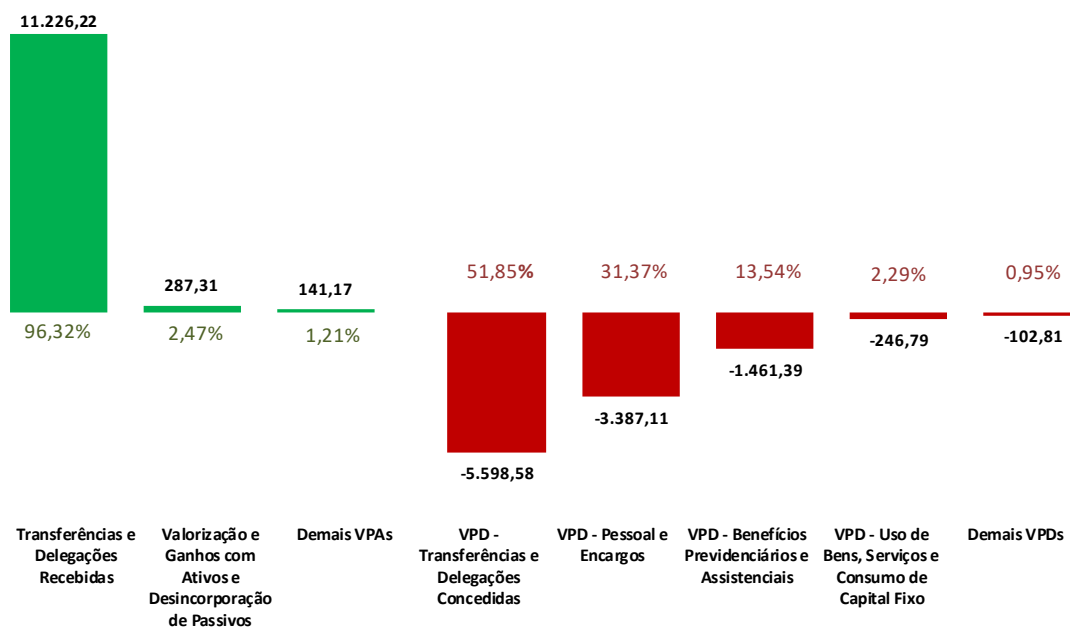
A redução no consumo de materiais alcançou 56,96% no período, enquanto que a distribuição de materiais gratuitos ficou reduzida em 75,95%, esta última pela sua falta de essencialidade. Dentro do consumo de materiais, conforme consta da Tabela 8.22, verifica-se que a redução mais significativa foi no consumo de materiais estocados no almoxarifado, uma vez que deixou de ser demandado em razão do trabalho remoto. Também, em decorrência disso, verificam-se reduções acima de 50% no consumo de combustíveis e lubrificantes, gêneros de alimentação, materiais farmacológicos e outros materiais.

A economia alcançou a cifra de 4,24 milhões, em comparação ao mesmo período anterior, com destaque para os seguintes tribunais, conforme tabela 8.23 e gráfico 8.30: TST reduziu o consumo em 78,05%; 3ª em 76,25% e 4ª em 74,55%.

## Consolidação de VPAs e VPDs

Quando aplicada a consolidação das VPAs e VPDs assumidas pela Justiça do Trabalho, o valor de R\$ 5.598,58 milhões é excluído da VPA Transferências e Delegações Recebidas e da VPD Transferências e Delegações Concedidas. Isso acontece porque esse valor se refere a transações efetuadas entre as unidades da Justiça do Trabalho e corresponde, majoritariamente, aos sub-repasses concedidos pela setorial financeira e recebidos pelos tribunais do trabalho. O Gráfico 8.31, abaixo, ilustra as VPAs e VPDs quando efetuada essa consolidação.

**Gráfico 8.31 – VPAs e VPDs da Justiça do Trabalho em 31/03/2021 (consolidação)**



Fonte: SIAFI 2021/2020

A mudança com a consolidação das variações patrimoniais é apenas qualitativa, uma vez que o Superávit do semestre permanece R\$ 858,02 milhões. A consolidação permite verificar que a principal VPD do órgão é Pessoal e Encargos, representando 65,16% de todas as VPDs, seguida pela VPD de Benefícios Previdenciários e Assistenciais, representando 28,11% de todas as VPDs. Sendo assim, as despesas para manter o seu pessoal ativo e inativo é 93,27% das despesas incorridas no período. A terceira maior VPD no exercício é Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo, que representa 4,75% das VPDs do período.

## Painel 9 – Resultado Orçamentário

Receitas

Tabela 9.1 - Receitas Realizadas – Composição

Conta Contábil	R\$ milhões				
	31/03/2021	31/03/2020	AH	AV	VAR ABSOLUTA
Receitas Correntes	140,23	227,58	-38,38%	100,00%	-87,35
Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00
<b>Total Líquido</b>	<b>140,23</b>	<b>227,58</b>	<b>-38,38%</b>	<b>100,00%</b>	<b>-87,35</b>

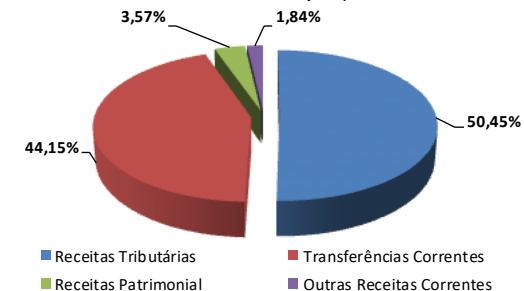
Fonte: SIAFI 2021/2020

Tabela 9.2 - Receitas Correntes – Composição

Conta Contábil	R\$ milhões				
	31/03/2021	31/03/2020	AH	AV	VAR ABSOLUTA
Receitas Tributárias	70,74	90,30	-21,66%	50,45%	-19,56
Transferências Correntes	61,91	131,61	-52,96%	44,15%	-69,70
Receitas Patrimonial	5,00	4,46	12,11%	3,57%	0,54
Outras Receitas Correntes	2,58	1,21	113,22%	1,84%	1,37
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00
<b>Total Líquido</b>	<b>140,23</b>	<b>227,58</b>	<b>-38,38%</b>	<b>100,00%</b>	<b>-87,35</b>

Fonte: SIAFI 2021/2020

Gráfico 9.1 - Receitas Correntes – Composição



Fonte: SIAFI 2021/2020

Figura 9.1 – Balança das despesas empenhadas

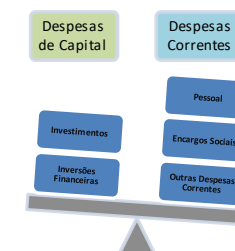


Tabela 9.3 - Despesas Empenhadas – Composição

Empenhadas	R\$ milhões				
	31/03/2021	31/03/2020	AH	AV	VAR ABSOLUTA
Despesas Correntes	16.974,47	16.847,01	0,76%	100,00%	127,46
Despesas de Capital	0,00	5,41	-100,00%	0,00%	-5,41
<b>Total Líquido</b>	<b>16.974,47</b>	<b>16.852,42</b>	<b>0,72%</b>	<b>100,00%</b>	<b>122,05</b>

Fonte: SIAFI 2021/2020

Tabela 9.4 - Despesas Empenhadas por Categoria e por Grupo

Categoria Econômica Despesa	Grupo Despesa	R\$ milhões				
		31/03/2021	31/03/2020	AH	AV	VAR ABSOLUTA
DESPESAS CORRENTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.772,17	14.946,57	5,52%	92,92%	825,60
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.202,30	1.900,44	-36,74%	7,08%	-698,14
<b>Sub-Total</b>		<b>16.974,47</b>	<b>16.847,01</b>	<b>0,76%</b>	<b>100,00%</b>	<b>127,46</b>
DESPESAS DE CAPITAL	INVESTIMENTOS	0,00	5,41	-100,00%	0,00%	-5,41
	INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00
<b>Sub-Total</b>		<b>0,00</b>	<b>5,41</b>	<b>-100,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>-5,41</b>
<b>Total</b>		<b>16.974,47</b>	<b>16.852,42</b>	<b>0,72%</b>	<b>100,00%</b>	<b>122,05</b>

Fonte: SIAFI 2021/2020

Tabela 9.5 - Execução da Despesa por Origem do Crédito CRÉDITOS ORIGINÁRIOS (LOA/2020 + CRÉDITOS ADICIONAIS)

Unidade Orç. - Órgão Superior	Grupo Despesa	R\$ milhões						
		DOTACAO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS (b)	% (b)/(a)	DESPESAS LIQUIDADAS (c)	% (c)/(b)	DESPESAS PAGAS (d)	% (d)/(c)
15000 - Justiça do Trabalho	1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	19.044,45	15.731,42	82,60%	4.738,64	30,12%	4.726,21	99,74%
	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.603,02	1.202,27	75,00%	378,28	31,46%	363,59	96,12%
	4 INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
	5 INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
	9 RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
<b>Sub-Total</b>		<b>20.647,47</b>	<b>16.933,69</b>	<b>82,01%</b>	<b>5.116,92</b>	<b>30,22%</b>	<b>5.089,80</b>	<b>99,47%</b>

CRÉDITOS PROVENIENTES DE DESCENTRALIZAÇÃO

Unidade Orçamentária	Grupo Despesa	R\$ milhões						
		PROVISÃO + DESTAQUE (a)	DESPESAS EMPENHADAS (b)	% (b)/(a)	DESPESAS LIQUIDADAS (c)	% (c)/(b)	DESPESAS PAGAS (d)	% (d)/(c)
JT e Outros Órgãos da Administração Direta e Indireta	1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	219,41	40,75	18,57%	40,35	99,02%	40,31	99,90%
	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1,56	0,03	1,92%	0,03	100,00%	0,03	100,00%
	4 INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
	5 INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
	9 RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
<b>Sub-Total</b>		<b>220,97</b>	<b>40,78</b>	<b>18,45%</b>	<b>40,38</b>	<b>99,02%</b>	<b>40,34</b>	<b>99,90%</b>
<b>Total</b>		<b>20.868,44</b>	<b>16.974,47</b>	<b>81,34%</b>	<b>5.157,30</b>	<b>30,38%</b>	<b>5.130,14</b>	<b>99,47%</b>

Fonte: SIAFI 2021/2020

Gráfico 9.2 - Execução da Despesa – Créditos Originários (LOA/2019 + Créditos Adicionais)

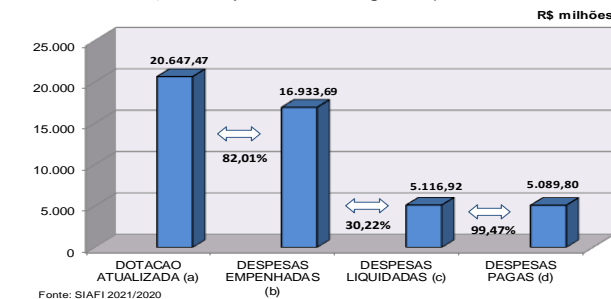
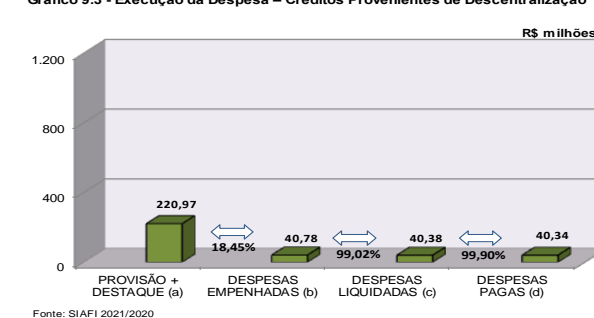


Gráfico 9.3 - Execução da Despesa – Créditos Provenientes de Descentralização



Fonte: SIAFI 2021/2020

Despesas

## **Nota 9 – Resultado Orçamentário**

O resultado orçamentário é originado da confrontação entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo Art. 35 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Ao final do primeiro trimestre de 2021, as receitas realizadas ou arrecadadas montaram a quantia de R\$ 140,23 milhões, enquanto que as despesas empenhadas perfizeram o montante de R\$ 16.974,47 milhões, ocasionando um resultado orçamentário deficitário de R\$ 16.834,24 milhões no período, conforme tabelas 9.1 e 9.3 (painel 9).

O resultado deficitário nos órgãos do Poder Judiciário é comum, considerando que o custeamento destes é realizado pelo Tesouro Nacional, por meio de tributos federais sem destinação específica.

De acordo com informações extraídas do Balanço Orçamentário e da tabela 9.5 do painel 9, o empenho de despesas alcançou 81,34% da dotação atualizada de R\$ 20.868,44 milhões em 31/03/2021 (R\$ 20.647,47 LOA/2021 + R\$ 220,97 Créditos de Descentralização), enquanto que a realização de receitas superou em R\$ 140,23 milhões a previsão atualizada de arrecadação, conforme se depreende do Balanço Orçamentário. Ao final do primeiro trimestre de 2021 o percentual de empenho de despesas é alto devido ao fato das principais despesas, como, por exemplo, as de pessoal, serem totalmente empenhadas no início do exercício e sua execução ocorrer durante o ano.

### **Receitas**

As receitas realizadas até 31/03/2021 em comparação com 31/03/2020 estão distribuídas nas categorias apresentadas na tabela 9.2.

Houve um decréscimo na arrecadação em 38,38% quando comparada com a 31/03/2020 que corresponde ao valor de R\$ 87,35 milhões. Essa diminuição foi influenciada, substantivamente, pelo decréscimo de 52,96% nas transferências correntes (recursos de convênio com os bancos), quando comparadas com o mesmo período do ano anterior, conforme pode ser verificado na tabela 9.2 do Painel 9. Também, influenciou esta diminuição o decréscimo da arrecadação de receitas tributárias proveniente de custas e emolumentos decorrentes da atividade jurisdicional do estado.

As Transferências Correntes, que correspondem a 44,15% do total das receitas correntes, conforme tabela 9.2 e gráfico 9.1, são oriundas de remunerações de depósitos judiciais que são recolhidas pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal para a Justiça do Trabalho como recursos de convênios. O critério de remuneração dos depósitos judiciais atualmente está vinculado à variação da taxa Selic conforme 4º Termo Aditivo de Contrato, cujo critério é o seguinte:

*Na hipótese de a Meta Selic for superior a 9% a.a., estabelecem as partes que será negociado novo índice de remuneração mensal no prazo de até 30 dias da apuração da variação. Nos casos em que a Meta Selic for inferior a 6% a.a., deverão ser aplicados os seguintes índices de remuneração mensal:*

**Tabela 9.6 – Tabela de Índices de Remuneração**

<b>Selic (a.a.)</b>	<b>Índice de remuneração (a.m.)</b>
<b>5,75%</b>	0,0850%
5,50%	<b>0,0825%</b>
<b>5,25%</b>	0,0780%
5,00%	<b>0,0750%</b>
<b>4,75%</b>	0,0710%
4,50%	<b>0,0675%</b>
<b>4,25%</b>	0,0640%
4,00%	<b>0,0600%</b>
<b>3,75%</b>	0,0550%
3,50%	<b>0,0525%</b>
<b>3,25%</b>	0,0490%
3,00%	<b>0,0450%</b>
<b>2,75%</b>	<b>0,0413%</b>
2,50%	<b>0,0375%</b>
<b>2,25%</b>	<b>0,0338%</b>
2,00%	<b>0,0300%</b>
<b>1,75%</b>	<b>0,0263%</b>
1,50%	<b>0,0225%</b>
<b>1,25%</b>	<b>0,0188%</b>
1,00%	<b>0,0150%</b>

Fonte: SEOF/CSJT

## **Despesas**

De acordo com o Art. 58 da Lei nº 4.320/1964, empenho da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

Nesta fase da execução da despesa pública ainda não é possível afirmar se a despesa foi efetivamente realizada, ou seja, não há condições de asseverar se o bem ou material adquirido foi entregue pelo seu fornecedor ou se o serviço contratado foi efetivamente prestado pelo contratado.

Nesta etapa é possível afirmar apenas que os recursos consignados na Lei Orçamentária Anual estão reservados, assegurados para a realização de alguma finalidade pública, tendo como executante determinado fornecedor de bens e serviços demandados pela Administração Pública.

O valor empenhado de despesas até 31/03/2021 totalizou R\$ 16.974,47 milhões, enquanto que até 31/03/2020 tal fase da execução da despesa pública alcançou a cifra de R\$ 16.852,42 milhões, ou seja, uma diferença a menor de R\$ 122,05 milhões que representou aumento de 0,72% entre os dois períodos, conforme tabela 9.4 (painel 9).

As Outras Despesas Correntes são as decorrentes do funcionamento da Justiça do Trabalho e seguem a tendência de redução ante a atual conjuntura de escassez de recursos e de redução do orçamento imposta pela emenda constitucional n.º 95/2016 que implementou o atual regime fiscal nos órgãos integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social da União. Estas despesas tiveram um decréscimo de R\$ 698,14 milhões no período, queda de 36,74%, em relação ao mesmo período anterior. Outro fator contributivo para queda no custeio foram as adoções de medidas de combate ao novo Corona vírus, como o trabalho remoto.

Nas despesas com pessoal e encargos sociais, observa-se aumento de R\$ 825,60 milhões correspondentes a 5,52% em relação à 31/03/2020, refletindo basicamente o crescimento vegetativo da folha de pagamento.

As despesas de capital, representadas exclusivamente por investimentos, foram reduzidas drasticamente em 100%, ou R\$ 5,41 milhões, em relação ao mesmo período anterior, o que reflete a política de contenção de gastos imposta pela EC 95/2016.

Extraí-se das informações do painel 9 (Tabela 9.5) que a execução dos créditos originários, provenientes da LOA 2020 e de créditos adicionais, terminou o primeiro trimestre/2021 em 82,01% de despesas empenhadas em relação à dotação, de 30,22% de liquidação daquilo que foi empenhado e de 99,47% de pagamento do que foi liquidado. Já a execução dos créditos provenientes de descentralização para pagamentos de Sentenças Judiciais e de algumas ações executadas pelas unidades da Justiça do Trabalho com orçamento de outros órgãos federais (a exemplo do Tribunal Superior Eleitoral, Supremo Tribunal Federal, Universidade e Institutos Federais, Encargos Financeiros da União, etc), empenhou-se 18,45% das provisões e destaques, liquidou-se 99,02% do empenhado e pagou-se 99,90% do liquidado. O baixo percentual de empenho nas descentralizações é decorrente da política de empenhar apenas quando recebido o financeiro e a liquidação depende do beneficiário está legalmente apto para o imediato recebimento.

O índice geral de pagamentos em relação às liquidações foi de 99,47% e, com isso, nota-se o esforço dos Tribunais em realizar os pagamentos tão logo as despesas sejam liquidadas.

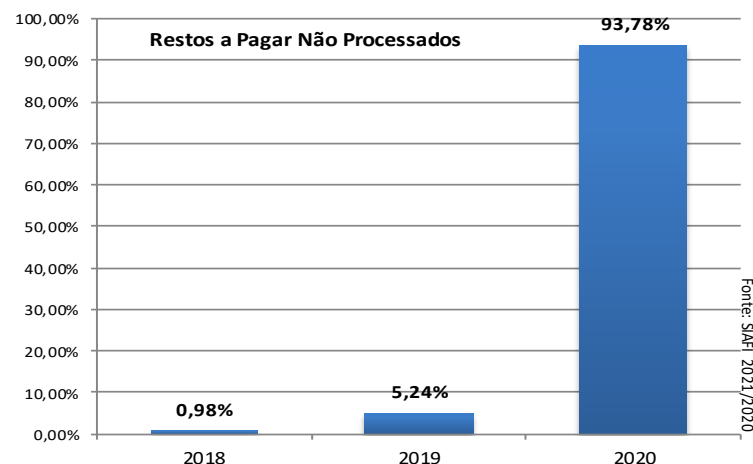
## Painel 10 – Restos a Pagar

**Tabela 10.1 – Restos a Pagar Processados – Execução**

Restos a Pagar Processados				R\$ milhões
Ano Emissão NECCor	Saldo a Pagar em 31/12/2020	Pagamento	Cancelamento	Saldo a Pagar em 31/03/2021
2010	0,01	-	-	0,01
2011	5,68	-	-	5,68
2012	0,05	-	-	0,05
2013	0,04	-	-	0,04
2014	0,09	-	-	0,09
2015	1,82	-	-	1,82
2016	0,11	-	-	0,11
2017	0,14	0,01	-	0,13
2018	0,31	-	-	0,31
2019	9,48	0,10	-	9,39
2020	4,73	3,81	0,00	0,92
<b>Total</b>	<b>22,47</b>	<b>3,92</b>	<b>0,00</b>	<b>18,55</b>

Fonte: SIAFI 2021/2020

**Gráfico 10.2 – Restos a Pagar não Processados**

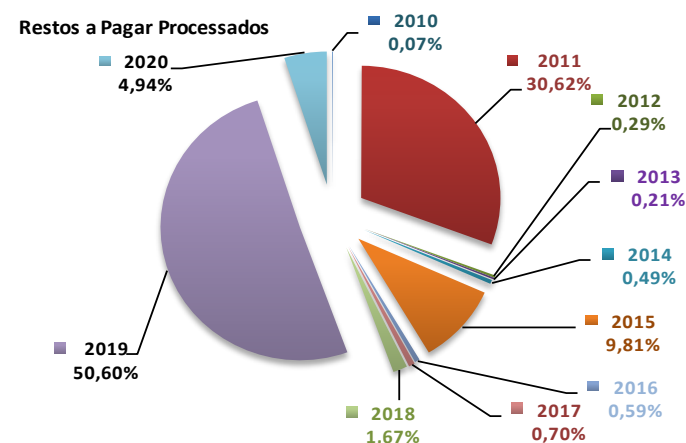


**Tabela 10.3 – Restos a Pagar – Execução**

Restos a Pagar (Processados e Não Processados)					R\$ milhões
Saldo a Pagar em 31/12/2020	Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar em 31/03/2021	AH	
161,32	52,64	3,97	104,71	(35,09%)	

Fonte: SIAFI 2021/2020

**Gráfico 10.1 – Restos a Pagar Processados**



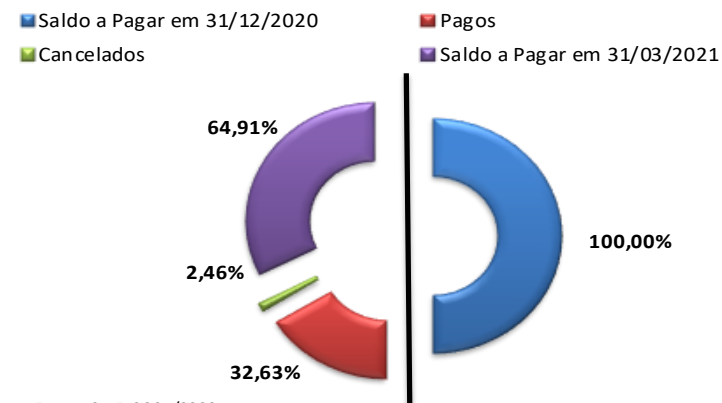
Fonte: SIAFI 2021/2020

**Tabela 10.2 – Restos a Pagar Não Processados – Execução**

Restos a Pagar Não Processados						R\$ milhões
Ano Emissão NECCor	Saldo a Pagar em 31/12/2020	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar em 31/03/2021	
2018	0,88	0,06	0,04	-	0,85	
2019	6,85	2,30	2,24	0,10	4,51	
2020	131,12	47,58	46,45	3,87	80,80	
<b>Total</b>	<b>138,85</b>	<b>49,93</b>	<b>48,72</b>	<b>3,97</b>	<b>86,16</b>	

Fonte: SIAFI 2021/2020

**Gráfico 10.3 – Restos a Pagar (Proc. e Não Proc.) – Execução**



Fonte: SIAFI 2021/2020



## Nota 10 - Restos a Pagar

Segundo o Art. 36, da Lei 4.320/1964, consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro distinguindo-se as processadas das não processadas. Resumidamente, as primeiras são aquelas despesas que, no momento da inscrição, já tinham passado pela liquidação, ou seja, o bem ou serviços já foram entregues e estão apenas pendentes de pagamento. As segundas se referem a empenhos que foram emitidos, mas o bem ainda não foi entregue ou o serviço concluído.

Quanto aos Restos a Pagar, os seus pagamentos concorrem com o limite estabelecido pelo novo regime fiscal da União para as despesas primárias e, por isso, há esforços dos Tribunais para reduzir tanto os saldos acumulados quanto as novas inscrições desde a vigência da emenda constitucional n.º 95/2016.

No painel 10 (tabelas 10.1, 10.2 e 10.3), é demonstrada a execução dos restos a pagar por ano de emissão das respectivas notas de empenhos.

Do total inicial de Restos a Pagar processados (R\$ 22,47 milhões), tabela 10.1, foram pagos R\$ 3,92 milhões, restando saldo a pagar de R\$ 18,55 milhões, redução de 17,44% no período analisado.

Quanto aos Restos a Pagar Não Processados (Inscrição até 2020, conforme tabela 10.2), 93,78% do saldo são de empenhos de 2020. Do saldo de R\$ 138,85 milhões em 31/12/2020, foram liquidados e pagos em 2021, R\$ 48,72 milhões, correspondentes a 35,09% do saldo inicial e foram cancelados R\$ 3,97 milhões (2,86%), restando, então, saldo a pagar (liquidados e não liquidados) em 31/03/2021 de R\$ 86,16 milhões (62,05%). Portanto, houve redução de 37,94% no período analisado. O valor de Restos a Pagar Não Processados que foi liquidado e ainda consta a pagar é R\$ 1,21 milhão (ou seja, 0,87% do saldo inicial).

Observa-se na tabela 10.1 e no gráfico 10.1 que 30,62% dos estoques de processados são de empenhos inscritos no exercício de 2011. A Tabela 10.4 de justificativas a seguir demonstra que esta inscrição foi significativamente impactada pelo precatório do TRT da 8ª Região que teve sua exigibilidade suspensa pelo STF. Somente este precatório representa 30,62% de todo saldo dos restos a pagar processados da Justiça do Trabalho em 31/03/2021.

Destaca-se, ainda, o valor de R\$ 1,59 milhão de 2015, referente ao precatório da Universidade Federal do Rio de Janeiro, também, em fase de julgamento, representando 9,12% do total do saldo a pagar, dos restos a pagar processados.

Após análise das razões para permanência de saldos de anos longínquos apresentamos a seguir Tabela 10.5 com algumas justificativas:

Tabela 10.5 – Justificativas para Permanência de Restos a Pagar

Tabela 10.4 - Justificativas para Permanência de Restos a Pagar - Processados

UG Executora	Nota de Empenho	Valor	Justificativas	R\$ milhões
Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região - PA e AP	2011NE000603	5,67	Trata-se de precatórios - o processo 0115600-28.1991.5.08.0005 encontra-se suspenso por recurso extraordinário com repercussão geral no STF e o processo 0010081-10.2013.5.08.0000 encontra-se conclusos para voto/decisão (gabinete da Ministra Maria Helena Mallmann) no TST.	
Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região - RJ	2015NE002144	1,59	Trata-se de precatório, processo nº 0007142-18.2014.5.01.0000 (0100200-27.1991.5.01.0018 AP) que se encontra aguardando o julgamento do agravo de instrumento interposto pela UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, tendo em vista que a Desembargadora Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região “negou seguimento ao recurso de revista, em que a recorrente é a UNIRIO”, conforme os elementos dos autos.	
<b>Total</b>		<b>7,26</b>		

Fonte: SIAFI 2021/2020

Conclui-se, com base na tabela 10.3 do painel 10, que, de forma geral, os restos a pagar de empenhos até 2020 estão sendo geridos com intuito de redução de seus saldos, pois foram pagos 32,63% e cancelados 2,46%, ou seja, redução do saldo inicial em relação ao saldo final em 35,09% até final do primeiro trimestre de 2021.

## Painel 11 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

Tabela 11.1 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa R\$ milhões

FLUXOS	31/03/2021	31/03/2020	AH	AV	VAR. ABSOLUTA
Atividades Operacionais	533,55	488,33	9,26%	101,89%	45,22
Atividades de Investimento	-9,91	-108,55	90,87%	-1,89%	98,64
Atividades de Financiamento	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>523,64</b>	<b>379,78</b>	<b>37,88%</b>	<b>100,00%</b>	<b>143,86</b>

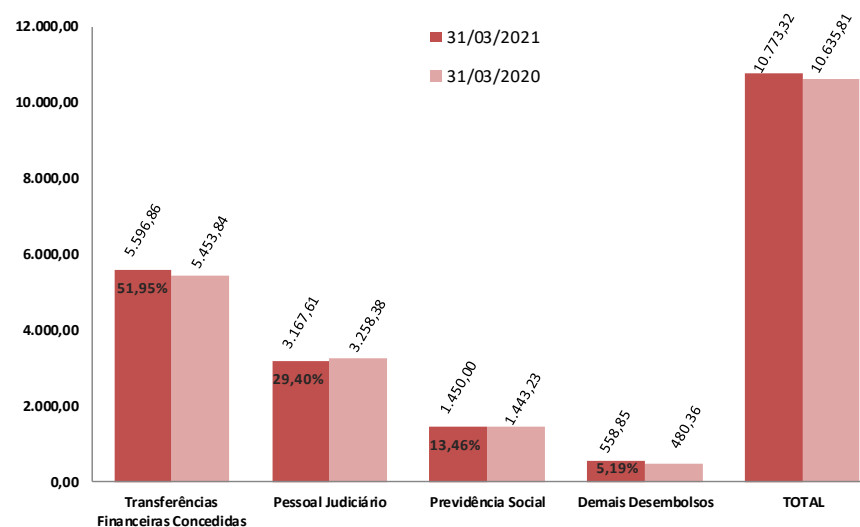
Fonte: SIAFI 2021/2020

Tabela 11.2 – Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais – Composição R\$ milhões

CONTA CONTÁBIL	31/03/2021	31/03/2020	AH	AV	VAR. ABSOLUTA
<b>INGRESSOS</b>	<b>11.306,86</b>	<b>11.124,14</b>	<b>1,64%</b>	<b>100,00%</b>	<b>182,72</b>
Receitas Derivadas e Originárias	78,32	95,97	(18,39%)	0,69%	-17,65
Transferências Correntes Recebidas	61,91	131,61	(52,96%)	0,55%	-69,70
Outros Ingressos Operacionais	11.166,63	10.896,56	2,48%	98,76%	270,07
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-10.773,31</b>	<b>-10.635,81</b>	<b>1,29%</b>	<b>100,00%</b>	<b>-137,50</b>
Pessoal e Demais Despesas	-4.661,21	-4.732,64	(1,51%)	43,27%	71,43
Transferências Concedidas	-511,11	-439,61	16,26%	4,74%	-71,50
Outros Desembolsos das Operações	-5.600,99	-5.463,56	2,52%	51,99%	-137,43
<b>TOTAL</b>	<b>533,55</b>	<b>488,33</b>	<b>100,00%</b>		<b>45,22</b>

Fonte: SIAFI 2021/2020

Gráfico 11.1 - Atividades Operacionais - Desembolsos (R\$ Milhões)



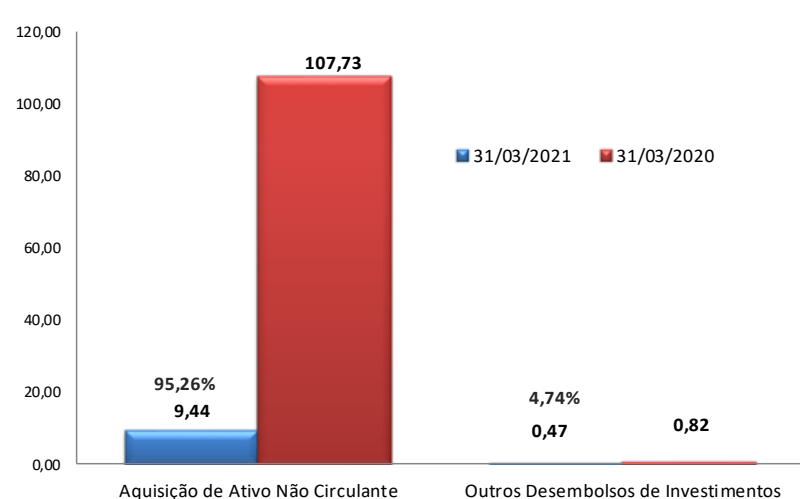
Fonte: SIAFI 2021/2020

Tabela 11.3 – Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento – Composição R\$ milhões

CONTA CONTÁBIL	31/03/2021	31/03/2020	AH	AV	VAR. ABSOLUTA
<b>INGRESSOS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-9,91</b>	<b>-108,55</b>	<b>(90,87%)</b>	<b>100,00%</b>	<b>98,64</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante	-9,44	-107,73	(91,24%)	95,26%	98,29
Outros Desembolsos de Investimentos	-0,47	-0,82	(42,68%)	4,74%	0,35
<b>TOTAL</b>	<b>-9,91</b>	<b>-108,55</b>	<b>(90,87%)</b>		<b>98,64</b>

Fonte: SIAFI 2021/2020

Gráfico 11.2 - Atividades de Investimentos - Desembolsos (R\$ Milhões)



Fonte: SIAFI 2021/2020

## Nota 11 - Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa identifica as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa, os itens de consumo de caixa durante o período coberto pelas demonstrações contábeis (ou exercício financeiro), bem como o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Na União, em função da adoção do princípio da unidade de caixa, a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa é igual ao resultado financeiro. Dito isso, conforme tabela 11.1 do painel 11, é verificável que houve um decréscimo de 32,51%, equivalente a R\$ 123,48 milhões, na geração líquida de caixa no período analisado.

Em 2021 a Justiça do Trabalho não apresentou fluxo de atividades de financiamento.

Quanto ao fluxo de atividades operacionais, nota-se, na Demonstração de Fluxo de Caixa, que houve recebimento de R\$ 11.166,63 milhões de Transferências Financeiras, o que representa 98,76% de todos os ingressos de atividades operacionais no período. Esse valor é utilizado para o pagamento das obrigações de toda Justiça do Trabalho.

Segundo a tabela 11.1 do Painel 11, o resultado do fluxo de atividades operacionais foi positivo em R\$ 533,55 milhões, houve um acréscimo de R\$ 45,22 milhões quando comparado com o mesmo período de 2020, ou seja, houve aumento de 9,26%. O aumento foi determinado pelo acréscimo no outros ingressos operacionais em valor superior à redução dos Desembolsos Operacionais. Nota-se na tabela 11.4, com dados extraídos do Balanço Orçamentário, que houve redução de despesas pagas, resultando em necessidade menor de solicitação de recursos financeiros ao Tesouro Nacional e também de menores transferências financeiras concedidas aos Tribunais Regionais do Trabalho:

CONTA CONTÁBIL	31/03/2021	31/03/2020	AH	AV	R\$ milhões
					VAR. ABSOLUTA
Despesas Pagas	5.130,14	5.140,59	(0,20%)	98,98%	-10,45
Restos a Pagar Pagos	52,64	140,94	(62,65%)	1,02%	-88,30
<b>TOTAL</b>	<b>5.182,78</b>	<b>5.281,53</b>	<b>(1,87%)</b>	<b>100,00%</b>	<b>-98,75</b>

Fonte: SIAFI 2021/2020

A redução nos restos a pagar pagos decorreu do esforço em reduzir o estoque em 2020, indicando uma melhora no planejamento orçamentário das unidades.

Quanto ao fluxo de caixa de investimento, em 2021 foram consumidos 90,87% a menos que o mesmo período de 2021, conforme tabela 11.3 do painel 11. O principal item impactado foram as aquisições de ativos não circulantes, em especial, aquisições de imóveis, cuja redução foi decorrente dos desembolsos com Inversões Financeiras para aquisição de imóvel no valor de R\$ 80,00 milhões para sediar o Fórum trabalhista de Recife/PE, cuja liquidação ocorreu no primeiro trimestre/2020. Cabe salientar que, posteriormente, a aquisição foi cancelada por determinação judicial e o recurso devolvido à União.

Por fim, de acordo com a Demonstração de Fluxo de Caixa, ao final do primeiro trimestre de 2021, o caixa líquido gerado pelos três fluxos no valor de R\$ 523,64 milhões, somado ao saldo inicial de caixa no valor de R\$ 2.994,22 milhões, resultou no saldo final da conta Caixa e Equivalentes de Caixa no valor de R\$ 3.517,86 milhões.